

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
Mestrado em Educação e Formação Humana

Amanda do Carmo Amorim Nadú

**EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE TRABALHO DE BENEFICIÁRIAS
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Belo Horizonte

2019

Amanda do Carmo Amorim Nadú

**EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE TRABALHO DE BENEFICIÁRIAS
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Ferreira Godinho

Linha de Pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais.

Belo Horizonte

2019

N138e Nadú, Amanda do Carmo Amorim
Experiências de escolarização e de trabalho de beneficiárias do Programa Bolsa Família [manuscrito] / Amanda do Carmo Amorim Nadú. – 2019.

148f. enc.

Orientadora: Dra. Ana Cláudia Ferreira Godinho
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana.

Bibliografia: f. 129-142
Inclui apêndices e anexos

1. Educação. 2. Trabalho. 3. Programa Bolsa Família - Beneficiárias.
I. Godinho, Ana Cláudia Ferreira. II. Universidade do Estado de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação. III. Título.

CDD: 370

Amanda do Carmo Amorim Nadú

**EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE TRABALHO DE BENEFICIÁRIAS
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Ferreira Godinho

Linha de Pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais.

Profa. Dra. Ana Cláudia Ferreira Godinho (Orientadora)
Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação

Profa. Dra. Márcia Alves da Silva (Banca examinadora)
Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação

Profa. Dra. Nágela Aparecida Brandão (Banca examinadora)
Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação

Belo Horizonte, 30 de julho de 2019

Dedico este trabalho às importantes mulheres que fizeram parte da minha formação como assistente social e pesquisadora, as quais são lembradas com muito carinho e respeito por meio dos nomes fictícios das beneficiárias entrevistadas.

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, Filho de Deus, o criador de todas as coisas, n'Ele justificada sou. Sobre- tudo, por me dar um novo fôlego de vida e forças para suplantar todos os momentos de dificul- dades físicas e emocionais pelas quais passei durante a construção desta pesquisa. Por me pro- porcionar a oportunidade transformadora de conviver com pessoas que muito me ensinaram e colaboraram para a elaboração desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação e Formação Humana da UEMG por me oportunizar desenvolver o mestrado e acolher como pesquisadora. À todas (os) professoras (es) que fizeram parte da construção desse pro- cesso formativo. Às secretárias do Programa, em especial, à Juliana de Souza por sua compe- tência, paciência e prontidão frente à minha demanda como discente. À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de estudos durante a realização do mestrado.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Cláudia Ferreira Godinho pelo acolhimento, com- promisso, serenidade, competência e saberes socializados. Por prontamente e, docemente, me ouvir e me incentivar em todas as etapas desta investigação, as quais algumas foram permeadas por grandes dificuldades. Especialmente, por agregar ainda mais sentido aos diversos *feminis- mos*, depois desse nosso feliz encontro. Ana, gratidão por acreditar em mim, por me fazer uma mulher mais forte e corajosa. Admiração pela pessoa que você é.

Às professoras integrantes da banca examinadora, Profa. Dra. Márcia Alves da Silva, e Profa. Dra. Nágela Brandão por todas as contribuições que gentilmente apresentaram no exame de qualificação e por aceitarem participar da banca de defesa desta dissertação, pela dedicação à leitura e ponderações tão valiosas.

À Profa. Dra. Nágela Brandão mais uma vez, por ter sido mais que uma supervisora durante o Estágio Supervisionado. Pelo abraço fraterno, o ouvido amigo. A experiência certa num momento muito delicado e difícil da minha vida.

Às beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Ribeirão das Neves, mu- lheres que inspiraram esta pesquisa! À coordenadora, técnicas e estagiárias do Centro de Refe- rência de Assistência Social em questão, que me receberam e, gentilmente, dispuseram-se a contribuir com a construção desta dissertação.

Ao meu marido, Moisés Nadú por não me deixar desistir no ato da inscrição do processo seletivo para o mestrado quando vi o tamanho da fila. Valeu a pena, tentei e juntos conseguimos! Caímos e nos levantamos diversas vezes durante todo esse processo e a máxima de tudo isso é que o amor sempre vence. Prossigamos – Lucas 1:37.

À minha amada mãe, Maria Lúcia, fonte constante de ensinamentos, meu maior e melhor exemplo de força feminina. À minha linda irmã, Arêtha Manzela, companheira de vida e de profissão, amiga que sempre me apoiou e fortaleceu. Gratidão, queridas, por todo amor a mim dedicado. Aos meus irmãos, cunhadas e cunhado, sobrinhas (os), em especial à Kerinha por dialogar também sobre a pesquisa comigo. Pessoas que me apoiaram nesse processo tão lindo que é o mestrado, mas que por motivos de saúde tornou-se um pouco mais delicado para mim. Por proporcionarem como que tudo ficasse mais leve e colorido quando tudo parecia ser mais difícil e impossível.

À todas (os) amigas (os), especialmente, Adrize, Aline, Amanda, Bruno, Flavinha, Gabriela, Henrique (o mais lindo dos peões), Jussara, Laiene, Luciana, Regiane, Rodrigo e Sandra. Cada um, à sua maneira, tornou minha vida mais feliz, principalmente na reta final da construção desta dissertação.

As (os) amigas (os) do Mestrado – FAE/UEMG - Turma IX, pelos momentos inesquecíveis de aprendizado coletivo. Em especial, à amiga Tainah Lessa pelas orações, parceria e amizade, à Úrsula Mansur pelo “tamo junto” de sempre, à Jacqueline Gonçalves pelo carinho e doces palavras e à Flávia Lima, mulher delicada, doce e forte, que não só caminhou junto a mim como mestranda, mas como uma amiga fiel a todo tempo, literalmente na saúde e na doença, compartilhando comigo a beleza da vida, da fé e a esperança.

Por fim, à Profa. Dra. Virginia Schall (in memoriam), mulher sábia, forte, humana, pesquisadora, mãe e amiga, por ter me apresentado o universo da pesquisa científica quando eu era sua secretária, ainda no ano de 2001 e nem imaginava estar onde estou hoje. Por permanecer sendo minha inspiração para prosseguir acreditando no valor da pesquisa científica, em especial em educação. É dela esta homenagem à todas as mulheres:

EVOCAÇÃO FEMININA

Minha voz rasga véus
cortinas de dentro
de sempre desfaz penumbras
e acorda Bárbaras, Cecílias, Stellas
Henriquetas, Heliodoras

E suas vozes em minhas palavras
alteiam celebram encontros
de amores tantos
salpicam sândalos no ar.

Sagas passadas chagas em sangue
vertem e vibram amantes perenes
somos todas onipresentes

Minhas mãos tão femininas
mãos de mulher madura, menina
sonham acariciam ternas
lúcidas lembranças
pedaços de dias
franjas de ausências
melancolias

Em suas palmas conchas
de lágrimas oceânicas
verdejam prantos
horas molhadas
de sofrimento,
surdas, caladas.

O silêncio da solidão
é memória reverbera
fantasias, ilusões,
onde desaguar
como abraçar
tamanha paixão?

Mãos entrelaçadas
tecem séculos em teia
de fios farpados
prisão de anjos eternizados
Somos etéreas
flores fugazes
pirilampos da vida
pela vida alinhavadas

Assim evoco
Bárbara, Cecília, Stella
Henriqueta, Heliadora
cantemos juntas
à nossa felicidade
brindemos uníssonas
à nossa liberdade!

Virgínia Schall

Nem sempre houve proletários, sempre houve mulheres (BEAUVOIR, 1980)

RESUMO

Em uma sociedade historicamente assinalada pelo patriarcalismo, o qual na contemporaneidade manifesta traços visíveis, o reconhecimento do acesso aos direitos pelas mulheres é algo questionável, especialmente quando se trata de mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade social, logo num contexto de negação de direitos, como as beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Desenvolvida no âmbito das políticas públicas, esta dissertação visa investigar as contribuições e os limites do PBF para a afirmação das mulheres como sujeitos de direitos a partir de experiências de escolarização e de trabalho de beneficiárias do Programa do município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais. Para tanto, buscamos a partir de uma abordagem qualitativa pelo método do estudo de caso, de entrevistas semiestruturadas com 12 beneficiárias do PBF, e da observação participante no cotidiano de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) conhecer as experiências de escolarização de beneficiárias do PBF; compreender as experiências de trabalho de beneficiárias participantes do estudo; identificar se os sujeitos da pesquisa percebem uma relação entre a participação no Programa e um maior acesso ao direito à educação e ao trabalho. Apoiados nos estudos do campo da Educação Popular, sobretudo, porque consideramos que as beneficiárias possuem demandas para esse campo (ARROYO, 2005; SAVIANI, 2011; GADOTTI, 2014); sobre Trabalho e Gênero, pelo qual a concepção de trabalho é dada a partir da reflexão feminista materialista, tendo na divisão sexual do trabalho seu cerne, se dando por meio das relações entre sexo, raça e classe (KERGOAT, 1997, 2016; HIRATA, 2009, 2018) e dialogamos igualmente com (REGO; PINZANI, 2013) para versar sobre o PBF, a educação e o trabalho das beneficiárias. Os dados explorados à luz da Análise do Conteúdo (BARDIN, 2012; MINAYO, 2014) mostram, entre outras coisas, que as beneficiárias entrevistadas possuem experiências marcadas pela negação do direito de se escolarizarem durante todo o percurso de suas vidas, inclusive na vida adulta e posterior a participação como titulares do PBF. Evidenciam experiências de trabalhos precários ou em subempregos exercidos pelas beneficiárias. Tais experiências são assinaladas pela baixa escolaridade e pela divisão sexual do trabalho, a qual se configura na divisão social do trabalho dessas mulheres. Apesar do PBF se mostrar como um importante programa social no que concerne ao alívio imediato da pobreza entre as beneficiárias entrevistadas, o Programa apresenta restrições consideráveis no que tange ao acesso ao direito à educação e ao trabalho por essas mulheres, tais como a não articulação a outras políticas públicas, dificuldades concernentes as limitações do CRAS onde este estudo foi desenvolvido e às próprias particularidades do município de Ribeirão das Neves, como o baixo desenvolvimento social. Contudo, considerando que

o PBF é uma das políticas públicas de maior expressividade no município, o Programa apresenta-se com elevado potencial de promoção do acesso ao direito à educação e ao trabalho pelas mulheres beneficiárias.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Programa Bolsa Família. Beneficiárias. Políticas Públicas.

ABSTRACT

In a society historically marked by patriarchy, that still in the contemporaneity manifests visible traces, the recognition of women's access to rights is somewhat questionable, especially when it comes to women living in conditions of social vulnerability, in a context of denial of rights such as the beneficiaries of the Family Grant Program (FGP, Family Allowance Program). Developed in the municipal context, this dissertation aims to investigate the contributions and the limits of the FGP for the women rights affirmation considering the experiences of schooling and work of the beneficiaries of the municipality of *Ribeirão das Neves, Minas Gerais*. For that, it was obtained a qualitative approach through the case study method, semi-structured interviews with 12 FGP beneficiaries and with the observation of the quotidian of a Social Assistance Referral Center (SARC), with the aim on the knowledge of FGP beneficiary schooling experiences; understand the work experiences of beneficiaries participating in the study; identify if the interviewed beneficiaries realized the relationship between participation on the Program and an improvement of rights of access to education and job. It relies mainly on studies in the field of Popular Education because we consider that the beneficiaries have demands for this field (ARROYO, 2005; SAVIANI, 2011; GADOTTI, 2014); about Labor and Gender, through which the conception of work is given from the materialist feminist reflection, having on the sexual division of labor its core, been given through the relations between sex, race and class (KERGOAT, 1997, 2016; HIRATA, 2009, 2018); and we also dialogue equally with (REGO; PINZANI, 2013), to talk over the FGP, the education and the job of the beneficiaries. The explored data in the light of the Content Analysis (BARDIN, 2012; MINAYO, 2014) show, among other things, that interviewed beneficiaries have experiences marked by the denial of right to education throughout the entire course of their lives, including adulthood, and subsequent to the participation as holders of the FGP. Precarious work experiences or underemployment by the beneficiaries were also evident. Such experiences are marked by low schooling, and by the sexual division of labor, which is configured on the labor social division of these women. Although the FGP is an important social program with regard to the immediate alleviation of poverty among the beneficiaries interviewed, the FGP presents considerable restrictions regarding the access to the right to education and job by these women, such as non-articulation to other public policies, difficulties regarding the limitations of the SARC where this study was developed, and the peculiarities of the municipality of *Ribeirão das Neves*, as

the low social development. However, considering that FGP is one of the most expressive public policies in the municipality, this Program is presented with high potential to beneficiary women for access promotion to theirs rights to education and job.

Keywords: Education. Job. Family Grant Program. Beneficiaries. Public Policy

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Teses e dissertações sobre o PBF e as mulheres beneficiárias.....	32
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BF	Bolsa Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESEC	Centro Estadual de Educação Continuada
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DECAU	Departamento do Cadastro Único
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PAS	Política de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAN	Penitenciária Agrícola de Neves
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PROUNI	Programa Universidade para Todos

PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PTCs	Programa de Transferência de Renda Condicionada
RELCAD	Relatórios Gerenciais do Cadastro Único
RMBH	Metropolitana de Belo Horizonte
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SciELO	Biblioteca Eletrônica da Scientific Electronic Library
SM	Salário Mínimo
SNPM	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	26
1.1 Perspectiva e sistematização da investigação.....	26
1.2 Estudos identificados sobre o PBF e mulheres beneficiárias.....	31
2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL, O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O TERRITÓRIO DE ESTUDO	34
2.1 A assistência social como política pública: viabilização e garantia de direitos.....	34
2.2 Programa Bolsa Família	40
2.2.1 A mulher no âmbito do PBF.....	46
2.3 O PBF no município de Ribeirão das Neves	51
2.3.1 O PBF no contexto do CRAS em Ribeirão das Neves	56
3 AS MULHERES COMO SUJEITOS DE DIREITOS.....	60
3.1 Contribuições para problematizar a escolarização e o trabalho das beneficiárias: quando classe, sexo e raça se articulam.....	60
3.2 A educação como direito das mulheres	70
3.3 O trabalho como direito das mulheres	76
4 EDUCAÇÃO E TRABALHO COMO DIREITOS: O QUE DIZEM AS EXPERIÊNCIAS DAS BENEFICIÁRIAS.....	83
4.1 O cotidiano no campo de pesquisa	83
4.2 Caracterização das beneficiárias entrevistadas e a concepção de experiência	91
4.2.1 Quem são as mulheres beneficiárias do PBF entrevistadas?	93
4.3 Experiências de escolarização das beneficiárias do PBF	97
4.4 Experiências de trabalho das beneficiárias do PBF	108
4.5 O PBF na vida das mulheres titulares	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE A – Ficha de Caracterização Individual	143
APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas – Beneficiárias	144
APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista Semiestruturada – Coordenação	145
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	146

INTRODUÇÃO

Sabe-se que desde os primórdios da nossa civilização, passando por todas as fases que a história nos legou e ao longo da formação social brasileira, que a situação de muitas mulheres pouco mudou, sendo em sua maioria, uma história de opressão e coadjuvantismo. Ainda na contemporaneidade, a realidade social de muitas mulheres permanece assinalada pelo domínio da segregação, discriminação e de não direitos. Tal situação sempre me impulsionou a tentar, por meio do conhecimento e da educação reverter, ou, pelo menos, amenizar os impactos dessa realidade. Essas inquietações adquiriram uma análise crítica durante a minha graduação em Serviço Social, profissão historicamente marcada pelas implicações da divisão sexual do trabalho em uma sociedade patriarcal.

Durante a minha formação, especialmente nas disciplinas concernentes às políticas públicas e sociais, ficou evidente o papel do Estado na perpetuação da condição feminina em ocupações, funções e atividades consideradas como “naturalmente” femininas. E nesse sentido, compreender sobre a realidade dos sujeitos em condição de vulnerabilidade social¹, público alvo de algumas dessas políticas, nesse caso, as mulheres, bem como também, buscar conhecer o que essas políticas têm ofertado para que as mesmas acessem seus direitos, faz parte da minha trajetória. Posso argumentar que minha formação como assistente social constituiu-se num marco, que me incentivou a desenvolver a prática investigativa aqui descrita.

Mulheres em condição de vulnerabilidade social são majoritárias nas trajetórias de exploração e de negação de direitos, reforçando por meio das experiências escolares e de trabalho, padrões de dominação e de exclusão socialmente produzidos. Nessa direção, a pesquisa de natureza qualitativa aqui apresentada é norteada pela discussão sobre a garantia do direito à educação e ao trabalho à mulheres em situação de extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF), Programa de Transferência de Renda Condicionada (PTCs), central na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e de proteção social ampla, criado em 2003 pelo Governo Federal. O PBF prioriza as mulheres como corresponsáveis pelo seu andamento, e em 93% dos casos, são elas as receptoras diretas da renda monetária. Embora não tenha sido idealizado para que houvesse um processo de mudanças na vida das mulheres, a escolha das mesmas

¹ Um dos consensos sobre o conceito de vulnerabilidade social é de que o mesmo apresenta um caráter multifacetado, abrangendo várias dimensões, a partir das quais é possível identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidades. Tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e características sociodemográficas, quanto àquelas relativas ao meio social onde esses estão inseridos. O que se percebe é que, para os estudiosos que lidam com o tema, existe um caráter essencial da vulnerabilidade, ou seja, referir-se a um atributo relativo à capacidade de resposta frente a situações de risco ou constrangimentos (CUNHA et al., 2004).

como a pessoa de preferência para administrar o benefício financeiro, acaba por conduzir que as questões relativas à vida privada e pública dessas mulheres se tornem transversal no Programa.

Na perspectiva de Silva (2016) o PBF é constituído por dois eixos configuradores dentro da sua proposta: os benefícios monetários, que contemplam as transferências de recursos financeiros e os não monetários, que são representados pelas ações e programas complementares voltados para a superação da situação de vulnerabilidade das famílias, o que inclui a educação, a inserção no mercado de trabalho, entre outros. Desse modo, é possível argumentar que o Programa tem potencial para ser uma porta de entrada para o acesso a direitos negados às mulheres ao longo da história, como, o direito à educação e ao trabalho, exigindo assim, uma intersectorialidade entre as políticas, em especial a política de educação, uma vez que o direito à educação viabiliza o acesso a outros direitos.

Nesse sentido, compreendendo que o PBF não tem como objetivo ampliar as possibilidades de escolhas das beneficiárias, mas tem potencialidade para contribuir nessa direção, a atuação concomitante desse Programa junto a outras políticas pode colaborar para que essas mulheres percebam o acesso à educação e ao trabalho como direitos e os reconheçam como práticas sociais de identidade e de conhecimento. Adicionalmente, estudar sobre as mulheres que estão em condição de vulnerabilidade social é relevante no sentido de destacar, num contexto permeado por algumas conquistas a favor das mesmas, que estas não integram um grupo homogêneo. Como aponta Falquet (2016) é necessário que as mulheres não “privilegiadas por ‘raça’ e ‘classe’ ” (p.45 grifo da autora) sejam consideradas.

Ao longo de todo processo histórico, somente em tempos mais recentes as mulheres brasileiras tiveram acesso à educação em níveis significativos, o que gerou uma série de consequências adversas para as mesmas, especialmente em relação à cidadania e acesso ao trabalho (ALVES; CÔRREA, 2009). Pelo fato do acesso à educação e a participação na vida pública ter sido por séculos um privilégio destinado aos homens, perpetuou-se para as mulheres uma restrita ou inexistente entrada no campo dos direitos.

Consideramos que direcionar um olhar para as experiências escolares das beneficiárias é relevante para compreender o que a política de proteção social do PBF tem a dizer para políticas públicas da educação voltadas para a elevação de escolaridade das mulheres, como por exemplo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por conseguinte, a escolaridade é um elemento importante na definição dos tipos de ocupação que as mulheres beneficiárias do PBF têm acesso e portanto, pode contribuir para tirá-las ou não dessa condição de extrema pobreza.

O foco na escolarização deve-se ao reconhecimento de que por meio dela amplia-se a garantia a outros direitos, como por exemplo, o direito ao trabalho. Outro motivo que justifica a ênfase nas experiências escolares das beneficiárias está ancorado no fato do trabalho ser compreendido por muitos beneficiários como um meio para exclusão do Programa, uma vez que a renda é critério para inclusão no mesmo, como será exposto mais adiante. Isso pode levar as beneficiárias a não falarem sobre essa questão tão abertamente. Entretanto, sobre as experiências escolares, elas não ficam receosas em falar e nesse momento acabam por dizer muito sobre suas experiências em outras áreas da vida, nas quais o trabalho está incluído.

Seguindo esse debate, o estudo de Godinho, Brandão e Noronha (2017) permite identificar uma similaridade entre as beneficiárias do PBF e as mulheres trabalhadoras participantes da EJA. As experiências laborais das estudantes da EJA e das beneficiárias do PBF, em sua grande maioria, se limita tanto ao trabalho doméstico, quanto ao remunerado, iniciados na infância e na adolescência. Em ambos os casos, a escolaridade é um argumento para justificar a precariedade ou ausência do trabalho dessas mulheres, sendo considerada uma estratégia para fortalecer a luta pelo direito ao trabalho, o qual, assim como a educação, na maioria das vezes é negado a essas mulheres.

Nessa direção, a presente pesquisa problematiza a partir de experiências de escolarização e de trabalho de mulheres beneficiárias do Programa do município de Ribeirão das Neves, Minas Gerais, quais são as contribuições e os limites do PBF no que concerne a essas práticas sociais. A discussão tem como aporte teórico os estudos do campo da Educação Popular e Trabalho e Gênero. Com base em conceitos e categorias destes dois campos teóricos, entendemos que, embora o acesso à educação e ao trabalho venha sendo viabilizado para as mulheres, isso não ocorre com a mesma representatividade para aquelas em condição de vulnerabilidade social como as beneficiárias do PBF.

Dentro desta ótica, a hipótese central que norteia esta investigação é a de que, apesar da participação no Programa de transferência de renda, as experiências de vida das beneficiárias permanecem vinculadas apenas ao domínio privado do lar. Ainda assim, o Programa tem potencial para articular atividades e reflexões com estas mulheres para que elas se identifiquem como sujeitos de direitos e, assim, ser uma porta de entrada para o acesso às políticas públicas que historicamente foram negadas a elas.

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é investigar as contribuições e os limites do PBF para a afirmação das mulheres como sujeitos de direitos a partir de experiências de escolarização e de trabalho de beneficiárias do Programa do município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais. Especificamente, o estudo busca conhecer as experiências de escolarização de

mulheres beneficiárias do PBF participantes da pesquisa; compreender as experiências de trabalho de beneficiárias do PBF do município de Ribeirão das Neves; identificar se os sujeitos da pesquisa percebem uma relação entre a participação no Programa e um maior acesso ao direito à educação e ao trabalho. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa de abordagem qualitativa lança mão do estudo de caso como método de investigação, por meio de entrevistas semi-estruturadas com beneficiárias do PBF e da observação participante no cotidiano de trabalho de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no referido município.

A motivação para a construção da investigação proposta tem relação direta com as experiências acadêmicas vivenciadas na Iniciação Científica no período compreendido entre os anos de 2012² a 2015³, em dois projetos de pesquisas, cujas mulheres beneficiárias do PBF eram sujeitos dos estudos. Os projetos buscaram conhecer sobre as relações de gênero e empoderamento da mulher beneficiária e durante as análises questões referentes à educação e ao trabalho apareceram nas falas das beneficiárias como condicionantes para que se tenha uma melhor qualidade de vida e maior autonomia. Ambas as pesquisas apontaram que grande parte das entrevistadas manifesta interesse em se inserir no mercado de trabalho e avançar nos estudos. Igualmente, para um significativo número dessas mulheres, a maior escolaridade permitiria acessar melhores trabalhos e, conseqüentemente, uma mobilidade social ascendente. Relatam ainda que, o trabalho seria um meio para se afirmarem como pessoas mais independentes, com voz mais ativa em suas famílias e relacionamentos (NADÚ; SIMÃO, 2016).

Para além dessas experiências, o interesse em pesquisar essa temática no município de Ribeirão das Neves, surgiu no ano de 2016, quando realizei um trabalho de conclusão de pós-graduação lato-sensu, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município. Neste espaço, ainda que o estudo realizado não tivesse relação direta com as beneficiárias do PBF, tive a oportunidade de conhecer um pouco da realidade de algumas mulheres beneficiárias que frequentavam a UBS. Conviver com as beneficiárias, ouvir um pouco das suas dificuldades enquanto mulheres, na maioria das vezes únicas responsáveis pela criação dos filhos e dos afazeres do lar, também, saber das suas frustrações na vida escolar e profissional, foram fatores preponderantes de reflexão e direcionamento na construção da proposta de pesquisa sobre a educação e o trabalho das mulheres no contexto do Programa em Ribeirão das Neves. Diante disso,

² Empoderamento Feminino e Relações de Gênero no Contexto do Programa Bolsa Família: uma análise qualitativa no município de Contagem. Projeto 2012/2013. Fundo de Incentivo à Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (FIP Minas). Bolsista de iniciação científica, sob orientação da Profa. Dra. Andréa Branco Simão.

³ Trabalho Feminino e Empoderamento da Mulher: percepções de usuárias do Programa Bolsa Família. Projeto 2014/2015. Programa de Iniciação Científica (PROBIC) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista de iniciação científica, sob orientação da Profa. Dra. Andréa Branco Simão.

optei por desenvolver a pesquisa junto ao CRAS localizado nesse mesmo território. A escolha por essa unidade do CRAS e não por outra unidade no município, é justificada apenas pelo prévio contato estabelecido, sendo, portanto, uma amostragem por conveniência.

Adicionalmente, a escolha pelo município de Ribeirão das Neves se ampara em aspectos identificados no município, como o predomínio de grupos de baixa renda, considerável número de empregos informais, baixos índices educacionais e carências em relação aos equipamentos e serviços públicos, (ver item 2.3). A grande maioria da população encontra-se em situação de vulnerabilidade social, o que de acordo com as orientações do PBF coloca a mesma numa condição de elegível para receber o benefício.

Atrelado a isso, como destacam Fonseca e colaboradores (2018), especialmente no contexto do atual cenário político de desmonte das políticas sociais, significativos cortes do benefício vêm sendo realizados, fato este que coloca a estabilidade do Programa em questionamento, principalmente entre os beneficiados. Desde o ano de 2016, o Governo Federal vem sistematicamente desmantelando todas as conquistas sociais obtidas nos últimos 20 anos, causando um imenso retrocesso nas políticas sociais que tanto foram importantes para a ascensão social de milhões de brasileiros que se encontravam em um estado de pobreza extrema.

Os mesmos estudiosos, por meio do documento intitulado “O desmonte da assistência social brasileira no governo Temer” enfatizam que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CFRB/88) ampliou a proteção social trazendo novas reflexões que proporcionaram as futuras mudanças no panorama da assistência social brasileira. Desde a sanção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) no ano de 1993, durante o governo Itamar Franco, a assistência social ganhou um novo significado, uma nova conceituação como política pública. A partir de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente o governo Dilma Roussef, em 2011, houve grandes avanços no campo da assistência social, com a incorporação dos programas sociais no bojo da assistência no Brasil. Um grande número de mudanças cujo resultado foi um avanço, ainda que muito aquém do necessário, em direção ao bem-estar social. Como protagonistas desse contexto, temos o PBF, o Programa Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Brasil sem Fronteiras, dentre tantos outros, dos quais a qualidade de vida dos brasileiros, principalmente dos mais pobres, melhorou sensivelmente.

Fonseca e colaboradores (2018) a partir de Pochmann (2013) mostram o avanço das conquistas sociais durante o período supracitado. Em 2013, o gasto social agregado correspondia a 23% do PIB, praticamente 10% a mais do que em 1985 (13,3%). Isso significa que de cada quatro reais gastos no país, um se vincula diretamente com a economia social.

Estima-se que quase a metade de toda a produção de riqueza nacional se refere direta e indiretamente à dinâmica da economia social. Esses números estão seriamente ameaçados pelo atual governo, que vem adotando uma política econômica neoliberal.

Ainda na perspectiva dos estudiosos, houve completa falta de responsabilidade dos entes públicos da federação com a aprovação Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2018, com a sensível redução do orçamento previsto para a área da assistência social, refletindo o significativo e notável descaso dos governos neoliberais com a parcela mais pobre e comprometendo seriamente os direitos de cidadania em nosso país. A situação está em níveis tão críticos que segundo o documento em questão, até a existência dos CRAS e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) estão ameaçados, pois houve uma redução de 99% dos recursos destinados às ações de assistência social.

Segundo o mesmo documento, o maior Programa de redistribuição de renda do mundo, o PBF, sofreu cortes vertiginosos no ano de 2018 em relação aos anos anteriores. Já houve o corte de 320 mil famílias, algo em torno de 1,08 milhões de pessoas perderam o acesso aos benefícios do Programa, isso no período de 2014 a 2017. Diante dessa conjuntura, acreditamos que dar visibilidade ao BF (Bolsa Família), especialmente no tocante às mulheres, pessoa de referência para o Programa, contribui para a defesa dessa importante política social.

Este estudo se justifica, também, no fato do PBF ser uma das principais políticas públicas voltadas para o combate da miséria e da desigualdade, que não por acaso atingem sobremaneira às mulheres, representando uma porta de entrada para o resgate dos direitos humanos das beneficiárias em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Em conformidade com Rego e Pinzani (2013, p.12) “seria um erro pensar que o BF se limita a garantir a sobrevivência material de famílias destituídas e extremamente pobres (embora isso constitua obviamente um dos seus principais méritos)”.

Nas primeiras aproximações com o campo, obtivemos a autorização por meio do Termo de Anuência da Gerência de Proteção Social Básica do município para iniciar o movimento da etapa exploratória no CRAS. Desta feita, identificamos os dados iniciais em relação aos sujeitos e o campo empírico por meio de planilhas contendo dados referentes às beneficiárias referenciadas na unidade. Acompanhamos alguns atendimentos individuais, realizamos observações e participamos de um grupo com beneficiárias do Programa na unidade, onde foi possível realizar as primeiras entrevistas semiestruturadas com mulheres beneficiárias. As demais entrevistas foram realizadas no cotidiano de trabalho no CRAS.

O presente trabalho foi organizado em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos nossas escolhas metodológicas, descrevemos também uma breve revisão da produção acadêmica

referente ao tema, a fim de refletir sobre o processo de pesquisa concernente a temática no âmbito das ciências humanas e sociais.

No capítulo dois, detalhamos sobre a construção da assistência social como uma política pública viabilizadora da garantia de direitos e como se origina o PBF no contexto dessa política, dando ênfase ao lugar que a mulher ocupa no âmbito desse Programa. Também, caracterizamos a área de estudo, a qual é marcada pelas desigualdades sociais.

As mulheres como sujeitos de direitos norteiam a discussão do capítulo três. Perpassa pela discussão como a articulação entre classe, sexo e raça, colabora para compreender como se dá ou não o acesso pelas mulheres ao direito à educação e ao trabalho. Traçamos uma breve perspectiva legal e social relativa a esses direitos às mulheres no Brasil, dando ênfase às mulheres socialmente vulneráveis e apresentamos o embasamento teórico da discussão sobre a educação e o trabalho das mulheres.

Por fim, no capítulo quarto, relatamos sobre como se deu a aproximação com o campo de pesquisa e com os sujeitos do estudo. Apresentamos as experiências de escolarização e de trabalho das beneficiárias. Discutimos alguns pontos comuns nos relatos das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, apresentamos algumas reflexões importantes sobre as diretrizes que orientam o Programa à luz do que dizem as beneficiárias entrevistadas e a partir de uma entrevista realizada com a coordenadora do CRAS onde este estudo foi realizado.

1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo apresentamos e justificamos o processo de construção metodológica para recolha e análise dos dados relativos às experiências de escolarização e de trabalho das beneficiárias do PBF, destacando que tal escolha permite identificar de maneira mais detalhada a realidade social vivenciada pelas beneficiárias. Na segunda seção, por meio de um levantamento bibliográfico, abordamos a produção acadêmica relativa à temática e apontamos para as ínfimas pesquisas que buscam aprofundar nesse tema. Nesse sentido, o presente estudo pretende contribuir para a discussão e reflexão do direito à educação e ao trabalho das mulheres em condição de vulnerabilidade social.

1.1 Perspectiva e sistematização da investigação

A realização de uma pesquisa é sempre perpassada por diversos desafios. Um deles diz respeito à escolha da metodologia e das técnicas utilizadas para investigar o objeto do estudo, principalmente, porque a partir dessas escolhas o fenômeno estudado toma forma e se materializa. Optamos pela investigação qualitativa, pois essa perspectiva metodológica nos pareceu mais apropriada para apreendermos sobre as experiências de escolarização e de trabalho dos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa qualitativa “parte do fundamento que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTI, 1998, p.79). Nesse sentido, tem muito a contribuir para a interpretação dos fenômenos que atravessam os processos sociais das mulheres beneficiárias do Programa, possibilitando conhecer a compreensão subjetiva dessas mulheres e suas relações com a realidade concreta.

Em vista disso, a abordagem qualitativa é capaz de abarcar as ações subjetivas e as percepções das mulheres beneficiárias do PBF em relação as suas vivências nos processos de escolarização e de trabalho, possibilitando investigar “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes [...] conjunto de fenômenos entendidos aqui como parte da realidade social [...]” (MINAYO, 2002, p.21).

Apreender a partir das experiências de escolarização e de trabalho das mulheres beneficiárias na perspectiva qualitativa permite, sobretudo, considerar essas práticas sociais em um contexto dialético. Nessa direção, acreditamos ir ao encontro do que aponta Chizzoti (1998, p.80) quando descreve que a dialética “valoriza a contradição dinâmica do fato observado e

atividade criadora do sujeito que a observa, as posições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens”.

A pesquisa qualitativa busca interpretar e compreender sobre determinada realidade social. Nesse caso, apreender sobre as práticas sociais de escolarização e de trabalho de mulheres em condição de vulnerabilidade social. Como propõe Minayo (2002) tais investigações têm a subjetividade como o fundamento do sentido da vida social e “trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada” (p.24).

Concomitantemente, nos posicionamos como pesquisadores ativos durante todo o processo investigativo. Em conformidade com Chizzoti (1998) a pesquisa não pode ser resultado de um observador alheio aos sentidos que os sujeitos concedem aos seus atos, e sim “ser o desvelamento do sentido social que os indivíduos constroem em suas relações cotidianas” (p.80).

Em busca de um suporte que nos possibilitasse organizar o conjunto das informações para melhor entendimento da realidade investigada, o estudo de caso foi definido como método de investigação. Descrito como “um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação” (CHIZZOTI, 1998, p.102), tal método se configura uma unidade significativa para fundamentar a busca pelo conhecimento a partir da dinâmica da realidade de beneficiárias do PBF vinculadas ao mesmo CRAS.

Para Lüdke e André (1986) o estudo de caso permite que algo singular, o qual tenha a importância em si mesmo, seja analisado e ressalta a interpretação de um contexto para que se possa compreender mais sobre o objeto a ser pesquisado, pois procura abarcar toda a realidade. Desta feita, investigar na perspectiva das beneficiárias, sobre a educação e o trabalho a partir do estudo de caso é significativo no sentido de revelar novos significados para compreensão e conhecimento em relação às confluências dessas práticas sociais na vida das titulares do PBF.

A escolha por realizar entrevistas semiestruturadas junto às mulheres beneficiárias do PBF, se apoia na justificativa de que as próprias vivências relatadas dessas mulheres podem oferecer informações não reveladas a partir de outras técnicas. Para May (2004) essa técnica permite ao pesquisador obter informações que não são acessíveis através de questionários estruturados, as quais contribuem para que o entrevistador compreenda o comportamento do entrevistado e as representações que este possui acerca de suas experiências de vida. Lüdke e André (1986) consideram que esse instrumento se “desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o pesquisador faça as necessárias adaptações”

(p.34). Nesse sentido, a entrevista semiestruturada possibilita explorar melhor a temática e investigar a realidade vivenciada pelas beneficiárias do PBF acerca de suas experiências de escolarização e de trabalho.

Em relação ao número de entrevistas, priorizamos por realizá-las até identificarmos a saturação dos dados. Inspirados em Fontanella, Ricas e Turato (2008) não estabelecemos previamente a quantidade de entrevistas, mas avaliamos no decorrer da realização das mesmas, quando os dados não apresentavam descrições novas para incorporar à análise. A finalização da recolha dos dados se deu quando observamos que as entrevistas realizadas contemplavam dados suficientes para uma reflexão teórica sobre o fenômeno analisado e contribuíam com a construção de apontamentos sobre a temática. Desse modo, realizamos 12 entrevistas semiestruturadas com mulheres beneficiárias do Programa referenciadas no CRAS em questão, conforme o Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas - Beneficiárias (Apêndice B).

Acreditando na riqueza da aproximação com a realidade social: e com intuito de estabelecer um contato com o fenômeno em um contexto mais natural possível, optamos também por realizar observações participantes no cotidiano do CRAS. A observação participante se configura como descrito por Neto (2002, p.60): “uma estratégia complementar às entrevistas” e permite perceber situações importantes para conhecer o fenômeno estudado.

De acordo com Chizzoti (1998) a observação participante pode:

Visar uma descrição “fina”, dos componentes de uma ação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade (p.90).

O processo de observação em campo teve início no mês de março de 2018, período no qual pude acompanhar desde a chegada dos usuários ao CRAS, conversar com usuárias enquanto aguardavam na recepção e acompanhar alguns atendimentos com os técnicos da equipe. Os momentos de observações no cotidiano do CRAS, em especial em relação à dinâmica da realidade vivenciada pelas mulheres beneficiárias do PBF naquela instituição, contribuíram para a elaboração do roteiro de entrevistas semiestruturadas. As observações também se deram durante o encontro do Grupo de Beneficiárias do PBF, no decorrer dos meses de mês de abril e maio de 2018.

O contato mais direto com o cotidiano das beneficiárias no CRAS por meio da observação participante permitiu a aproximação das concepções que essas mulheres possuem sobre a realidade, pois como argumentam Lüdke e André (1986):

[...] na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode aprender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações” (p.26, grifo das autoras).

Optamos pelas estratégias aleatórias convidando as beneficiárias que compareciam ao CRAS e se dispunham a realizar a entrevista. Levando em conta o objetivo geral de avaliar as contribuições e os limites do PBF em relação à escolarização e ao trabalho das beneficiárias, foram consideradas a participarem do estudo, mulheres que recebem o benefício com o tempo mínimo de um ano. Esse foi o único critério adotado para a seleção das beneficiárias entrevistadas. Cada entrevista teve em média 25 minutos de duração e as mesmas foram armazenadas em gravador do aparelho de telefone celular. Para garantir que a saturação teórica de dados fosse observada, o processo de transcrição manual foi iniciado simultaneamente à coleta de dados.

Inicialmente não tínhamos a intenção de realizar entrevistas com profissionais da unidade, entretanto, no decorrer da construção deste estudo, identificamos a necessidade de realizar uma entrevista com a coordenadora da CRAS. Orientados pelo Roteiro da Entrevista Semiestruturada - Coordenação (Apêndice C), a entrevista teve como objetivo compreender melhor sobre o funcionamento, as dificuldades e as diretrizes gerais que orientam o Programa no território. Em especial, buscou entender sobre a operacionalização e a efetivação do PBF na vida das beneficiárias, na percepção da profissional responsável pela execução dessa política de proteção social básica no CRAS.

Trata-se, de se considerar como a dinâmica das relações se dá na realidade concreta da operacionalização e execução do PBF, para a compreensão das questões objetivas e subjetivas que perpassam a vida das mulheres beneficiárias em relação à escolarização e ao trabalho, demandando que se pondere a “*complexidade e as diferenciações* presentes em todos os fenômenos, fatos e processos” (MINAYO, 2014, p.115, grifo da autora).

O tratamento e análise das informações recolhidas foram realizadas na perspectiva da análise de conteúdo de Bardin (2011), considerado um instrumento metodológico diversificado aplicado a diferentes discursos; “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade” (p.9). Para além do que está simplesmente dito ou descrito, contemplando interpretações mais profundas, utilizamos desse método para interpretar e validar, a partir da fundamentação teórica norteadora do estudo, o conteúdo presente nas entrevistas.

Portanto, a análise de conteúdo visa “ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação” (MINAYO, 2014, p.308). Por conseguinte, nos permitiu apreender sobre as relações sociais e as experiências dessas mulheres em relação à educação e ao trabalho, a partir das falas das beneficiárias entrevistadas.

Nas palavras de Minayo (2014):

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material. Para isso, geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e a articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem (p.308).

Considerando as diferentes modalidades de análise de conteúdo, optamos pela análise temática para investigar qualitativamente os resultados do estudo, pois, segundo Minayo (2014), nessa modalidade o tema é o centro da interpretação. Por meio desse tipo de análise, a presença ou a periodicidade de um determinado tema contido nas falas das entrevistadas, possuem sentidos para as experiências de escolarização e de trabalho das beneficiárias do PBF. Uma análise dos significados, a qual “denota estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes no discurso” (MINAYO, 2014, p.316).

Em conformidade com Minayo (2014) iniciamos com a pré-análise, que consiste na escolha do que seria analisado e a retomada dos objetivos, além da hipótese inicial do estudo. Estabelecemos algumas categorias que nos orientasse na compreensão e na interpretação do material recolhido. Posteriormente, realizamos a leitura sensível, exaustiva e em profundidade das entrevistas transcritas. No primeiro momento fora individual, no segundo momento em conjunto, organizando os respectivos eixos temáticos em associação com as categorias:

Nessa fase pré-analítica, determinam-se a *unidade de registro* (palavra-chave ou frase), a *unidade de contexto* (a delimitação do contexto de compreensão da unidade de registro), os *recortes*, a forma de *categorização*, a modalidade de *codificação* e os *conceitos teóricos* mais gerais [...] que orientarão a análise (MINAYO, 2014, p.317, grifo da autora).

Para entender a realidade na qual essas mulheres estão inseridas, em especial para compreender as características próprias que perpassam esse grupo, em relação às práticas de educação e de trabalho, procuramos estabelecer categorias que contemplassem as experiências das

mulheres beneficiárias do PBF sobre a educação, especialmente no que concerne as consequências da não escolarização e no que se refere a precarização do trabalho. Consideramos como central investigar as experiências concernentes à educação, sobretudo, porque acreditamos que é impossível pensar o objeto da educação de maneira desassociada da realidade social, na qual os sujeitos da pesquisa estão inseridos. Concomitantemente, buscamos analisar as condições objetivas que as mulheres beneficiárias desenvolvem suas atividades e vivenciam suas experiências relativas ao trabalho, meio onde as relações sociais se estabelecem.

A análise perpassa por essas premissas, expõe temas que atravessam práticas sociais de escolarização e de trabalho e são sobremaneira importantes para compreender o contexto de negação de direitos vivenciado pelas beneficiárias do Programa. Considera também as questões de gênero presentes nessas práticas sociais e o que o PBF representa para as beneficiárias enquanto política pública, a qual tem a mulher como representante legal e responsável pela administração do benefício. Dessa feita, acreditamos que a perspectiva metodológica de trabalho adotada se conforma com a proposta investigativa e juntamente com o aporte teórico contribuiu para a compreensão do nosso problema de pesquisa.

1.2 Estudos identificados sobre o PBF e mulheres beneficiárias

O alcance e amplitude do PBF no campo da proteção social vêm despertando o interesse de estudiosos das mais diferentes áreas. Entretanto, um levantamento empreendido da produção referente à temática, utilizando os descritores PBF e mulheres beneficiárias, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), na Biblioteca Eletrônica da ScientificElectronic Library (SciELO), no Portal do Banco de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Google Acadêmico, apontou para uma escassez de trabalhos que tocam, especificamente, o problema de pesquisa aqui proposto.

O levantamento evidenciou que o fato da mulher estar no cerne do PBF, não assegura que essa posição seja compreendida como objeto de análise. Os estudos acadêmicos sobre o Programa são predominantemente realizados na perspectiva da saúde (SCHMIDT et al., 2017; SPERANDIO et al., 2016) e perspectiva econômica (CAMARGO, PAZELLO, 2014) com pouco debate sobre os sujeitos da política ou especificamente sobre as beneficiárias.

A busca inicial se deu a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave na ANPED nos 23 Grupos de Trabalho-GTs (pôster e trabalhos) e nas três últimas reuniões anuais (2012, 2013 e 2014) não sendo identificada nenhuma pesquisa sobre o PBF e as mulheres beneficiárias.

O segundo levantamento, realizado na Scielo nos meses de junho de 2017 e março de 2018, referente ao período compreendido entre 2012 e 2018, utilizando o descritor PBF, foram identificados 66 trabalhos, dentre os quais a maior parte está concentrado na área da saúde e economia. Nesse mesmo banco de dados, aplicando os descritores PBF e mulheres beneficiárias, foram encontrados nove estudos desenvolvidos em diferentes áreas de concentração: Administração Pública -1, Ciências Humanas -1, Ciências Políticas -1, Economia - 1, Demografia - 2, Psicologia - 1, Saúde Pública -1 e Sociologia -1.

A leitura na íntegra dos estudos identificados na Scielo sobre o PBF, as mulheres beneficiárias e dos registros realizados por meio dos fichamentos, revelou que a maioria desses trabalhos faz um recorte sobre a condição da mulher nas linhas de pesquisa dos estudos e críticas feministas, abordagem sociológica e psicológica da pobreza e gênero e trabalho numa concepção marxista. Sendo analisados em relação ao gênero, trabalho da mulher e autonomia feminina (SANTOS et al., 2017; PASSOS, WALTENBERG, 2016; LAVINAS et al., 2012); violência doméstica, cor/raça e gênero (MOREIRA et al., 2016; MARIANO, CARLOTO, 2013); trabalho remunerado, desigualdade de gênero e empoderamento (MARIANO, SOUZA, 2015; MOREIRA et al., 2012) e saúde reprodutiva (QUADROS, SANTOS, 2017).

O terceiro levantamento, realizado em junho de 2017, utilizou o Portal de Teses e Dissertações da CAPES para acesso às produções do período compreendido entre 2012 e 2016 e com os mesmos descritores utilizados na busca anterior, foram encontrados os seguintes números de produções:

TABELA 1 – Teses e dissertações sobre o PBF e as mulheres beneficiárias (2012-2016)

Trabalhos	Nº de teses	Nº de dissertações	Total
PBF	41	251	292
PBF e mulheres beneficiárias	01	13	14
Total	42	264	306

Fonte: Elaboração da Autora, Belo Horizonte, 2018.

Verificadas as dissertações e tese sobre o PBF e mulheres beneficiárias, a leitura na íntegra das produções mostrou que as mesmas seguem a tendência dos estudos feministas. As dissertações e tese analisadas foram desenvolvidas preponderantemente nas áreas das ciências sociais, política social, psicologia e sociologia. Sendo os temas referentes ao gênero e empoderamento (CECCHIN, 2016; TEIXEIRA, 2016); processo de subjetivação e individualização

(MUNOZ, 2016; PASSOS, 2015); cidadania e direitos reprodutivos (DIHL, 2015; TRIERWEILER, 2014); dicotomia público/privado; modos de vida (SANTOS, 2014; SILVA, 2014); reconhecimento social e inclusão produtiva (CORGOZINHO, 2014); papéis sociais e efeitos das condicionalidades (LIMA, 2015; TABORDA, 2015); sentidos, significados e efeitos da transferência e percepção sobre o Programa (TIMO, 2013; SANTOS, 2013).

Com o objetivo de fazer o levantamento dos registros das teses e dissertações desenvolvidas no ano de 2017, foi realizada uma nova busca no Banco de Teses e Dissertações da CAPES no mês de março de 2018. Contudo, as últimas produções identificadas são referentes ao ano de 2016. Por isso, utilizando os mesmos descritores anteriores, um quarto levantamento foi realizado no Google Acadêmico, sendo identificadas 11 dissertações e nenhuma tese referente ao ano de 2017.

Dessas dissertações, apenas uma refere-se ao PBF e às beneficiárias, a qual Vieira (2017) na área das políticas públicas, buscou identificar os impactos do Programa na vida dessas mulheres, especificamente, sobre o processo de empoderamento e conquista de autonomia, impulsionados pela transferência de renda; a respeito das mulheres beneficiárias e suas percepções quanto às responsabilidades no cumprimento das condicionalidades do Programa. A pesquisadora evidenciou nas suas conclusões que o benefício contribuiu significativamente para a provisão de necessidades imediatas de sobrevivência da família e que o processo de tomada de decisão pela mulher foi fortalecido a partir da inserção da mesma no Programa. Destacou ainda, que o trabalho reprodutivo e de cuidados com os filhos como responsabilidade quase exclusiva da mulher, foi potencializado a partir da participação da mesma no Programa. Além disso, a trajetória de trabalho das mulheres beneficiárias pesquisadas permaneceu pouco inalterada.

Pouco se pesquisa sobre a escolarização das beneficiárias, assim, como também, sobre o trabalho dessas mulheres. Estudos com recorte na área da educação que relacionam as beneficiárias do PBF são muito escassos, dentre os quais, os que associam práticas sociais de escolarização e de trabalho dessas mulheres são ainda mais ínfimos. Em vista disso, a pesquisa buscou avançar exatamente nesses pontos, especialmente, no debate sobre como o Programa tem colaborado para que essas mulheres acessem a direitos, nesse caso o direito à educação e ao trabalho.

2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL, O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O TERRITÓRIO DE ESTUDO

O presente capítulo descreve de forma sucinta sobre a trajetória da construção da assistência social como uma política pública, pela qual alguns direitos sociais passaram a ser garantidos e como as mulheres são compreendidas no contexto dessa política. Outro aspecto abordado diz respeito à construção, organização, objetivos e à execução do PBF, com destaque para o papel da mulher na conjuntura do Programa, apontando ainda alguns significados dessa expressiva participação na vida dessas mulheres. Contextualiza o território onde a pesquisa foi desenvolvida, dando ênfase às circunstâncias adversas nas quais o município de Ribeirão das Neves foi estruturado, justificando as condições de vulnerabilidade social e exclusão que perpassam o campo de estudo. Por fim, é relatado o percurso de reconhecimento do campo de pesquisa.

2.1 A assistência social como política pública: viabilização e garantia de direitos

Antes de adentrar na política de assistência social propriamente dita, importa aqui descrever, ainda que de maneira breve, sobre a concepção de Estado e políticas públicas, pois o PBF é permeado por questões que perpassam essas esferas. O Estado na concepção de Pereira (2009) trata-se de um fenômeno histórico e relacional. No seu processo histórico, o Estado não se concretiza de forma absoluta, está em frequente transformação e associa sempre o passado, o presente e o futuro. Além disso, possui caráter relacional, porque não se trata de um fenômeno excluído ou independente, uma relação dialética entre sujeitos com propósitos diferentes. Conforme Pereira (2009):

É por meio da relação com a sociedade que o Estado abrange todas as dimensões da vida social, todos os indivíduos e classes, e assume diferentes responsabilidades, inclusive a de atender demandas e reivindicações da sociedade em seu conjunto (não só de uma classe) (p.291, grifo da autora).

Na perspectiva dessa autora, o Estado, como instituição, se organiza e se desenvolve a partir de interesses distintos e sua reponsabilidade primeira é administrar esses interesses, contudo, sem neutralidade. Ao mesmo tempo em que o Estado representa a relação de dominação, ou a manifestação política da dominação do bloco no poder, o mesmo corresponde a um conjunto de instituições mediadoras e reguladoras dessa dominação. O Estado não é neutro, está sujeito a mudanças, a influências dos grupos de interesses, de situações imprevisíveis, passível a estruturas de poder e grupos de forças. Portanto, o Estado se concretiza em uma arena de interesses contraditórios.

Segundo Minayo (2012) desde o surgimento da modernidade, o Estado deve ser integrado nas análises que perpassam as questões sociais, pois seu caráter dinâmico repercute as contradições de classes, os conflitos de interesse e os efeitos da segregação social. Nas palavras da autora o Estado exerce:

(a) a regulação social que atenua os efeitos das desigualdades, da exclusão e da mutilação capitalista em relação às classes trabalhadoras; (b) a seleção, a dissociação e a segregação dos recursos públicos destinados aos meios de consumo coletivo para a reprodução da força de trabalho; (c) e os anseios provenientes da ação humana organizada do papel do sujeito histórico na construção social. Este último ponto diz respeito à constituição da sociedade civil com contraponto aos aparatos do Estado, constituindo uma força social com capacidade de intervir no jogo de interesses que, tradicionalmente aliam os governos e os políticos (MINAYO, 2014, p.118).

No âmbito de uma sociedade de economia capitalista, marcada pela exploração do trabalho e pelas desigualdades, onde existe uma classe “naturalmente” desigual e excluída dos direitos, o Estado é solicitado para redefinir funções e pressionado a atuar de forma positiva, buscando promover a diminuição das desigualdades por meio da ordenação dos Direitos Sociais⁴. Tais direitos, de acordo com Pereira (2009) são mediados pelas *políticas públicas*:

Estas políticas, por serem públicas (e não propriamente estatais ou coletivas e privadas), têm dimensão e escopo que ultrapassa os limites do Estado, dos agregados grupais, das corporações e, obviamente, do indivíduo isolado. Isto porque o termo “público”, que também qualifica a política, tem um intrínseco sentido de *universalidade* e de *totalidade orgânica* (p.287, grifo da autora).

Nesse segmento, apesar da participação do Estado ser indispensável no gerenciamento e na concretização de uma política pública, ela não pode ser confundida como uma política estatal ou de governo, menos ainda como uma iniciativa privada. Seu cumprimento envolve vários atores, como o Estado, o governo e a sociedade. Uma política pública é o resultado de ações coletivas, as quais são atravessadas por decisões políticas. Um processo decisório de intervenção pública na realidade social. Como ressalta Pereira (2009):

A política pública, portanto, é uma “coisa” *de todos e para todos*, que compromete todos (inclusive a lei, que está acima do Estado), podendo traduzir o conceito de *república* (do latim *res*: coisa; pública: de todos), o qual envolve tanto o Estado no atendimento de demandas e necessidades sociais, quanto à sociedade no controle democrático desse atendimento (p.288, grifo da autora).

⁴ Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

As políticas públicas vão sendo construídas historicamente de acordo com as demandas e participação da sociedade, uma articulação entre a vontade política e a mobilização social. Pereira (1996) pontua que no campo das questões sociais como esfera de ação pública, o Estado precisou exercer um papel assistencial e passou a desempenhar ações assistenciais que abarcam os mais pobres. Por conseguinte, a assistência social é a via pela qual o Estado busca promover a justiça por meio da atenção às necessidades sociais das populações menos favorecidas.

Numa perspectiva histórica, a assistência social no Brasil por décadas se orientou à luz do assistencialismo e de um padrão arcaico de relações; “enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se tradicionalmente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas” (COUTO; IAZBEK; RAI-CHELIS, 2010, p.33). A prática da assistência social era quase sempre clientelista, de caráter focalista, com traços conservadoristas, e por isso, articulá-la com a noção de garantia de direitos se constituía um desafio e uma construção.

Foi no movimento pela redemocratização brasileira, especialmente na década de 1980 no contexto do período que antecedeu a CRFB/88, que a assistência social começou a ganhar visibilidade como política social, no campo do direito social. Pelo seu caráter constitucional, a assistência social é declarada e norteadas por meio dos Art. 203⁵ e 204⁶ na perspectiva dos direitos, firmando o comprometimento com a universalização e garantia desses direitos enquanto componente da seguridade social, a qual segundo o Art. 194 da CRFB/88 “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Nesse tripé da seguridade social, a assistência social foi a última política a ser aprovada e regulamentada. Pereira (1996) descreve que:

A assistência social não pode ser interpretada como um simples ato episódico de boa vontade nem com mera cobrança ética de dívidas morais. Quem pensa dessa forma é porque a identifica com suas funções programáticas – estipuladas pela lógica da acumulação – ou com a razão tecnocrática que a administra, cometendo sérios equívocos analíticos. Na verdade, a assistência social resulta de resistências estruturais ao modo de produção capitalista as quais problematizam por dentro a compulsão desse modo de produção para a desigualdade e a injustiça. Consequentemente, nada mais natural que ela assuma a condição de direito de cidadania e de componente da seguridade social (p.39).

⁵ Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (BRASIL, 1988).

⁶ Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes (BRASIL, 1988).

O caráter assecuratório do que está declarado na Constituição para a assistência social, foi regulamentado por meio da LOAS de 1993, a qual prevê que os interesses sociais se sobressaíam em detrimento aos interesses econômicos, e certifica à luz dos textos da CRFB/88, que os direitos sociais sejam garantidos, na contramão do clientelismo existente até então, inaugurando um novo cenário no campo dos direitos sociais e chamando o Estado a atuar de forma mais contundente. A LOAS “representou o reconhecimento da política pública de assistência social⁷ sob a responsabilidade do Estado e deu início a uma das mais ricas trajetórias de política social em nosso país” (p.3).

Como política pública, a construção da política de assistência social demandou planejamento e sistematização de procedimentos da gestão pública. Assim, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, se configura num documento contendo definições e conceitos necessários para a construção dessa política pública. A PNAS declara a materialidade do conteúdo da assistência social como um pilar do sistema de proteção social brasileiro, bem como institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de inaugurar uma nova forma de gestão descentralizada e participativa, com atendimento no território onde o usuário se encontra e uma rede socioassistencial (BRASIL, 2004).

A construção dessa política se define a partir de três vertentes de proteção social, as pessoas, as circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. Conforme descrito na PNAS (2004, p.13) “a proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem”.

Desde a década de 1990, com a reorganização das responsabilidades do Estado, o mesmo passou a ceder espaço para outras organizações, entre elas a família. Nesse segmento, a matriz de referência para a construção em torno da PNAS tem a família como central em todos os campos, o que se configura por meio da Matricialidade Sociofamiliar, a qual:

[...] passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2004, p.41).

⁷ De acordo com a LOAS no Art. 1º: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política da Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

A ênfase do atendimento orientado via PNAS está na família, considerando que as questões relacionadas à vulnerabilidade perpassam pelo contexto familiar. A partir dessa disposição, ações e programas, os quais também têm na família seu foco de intervenção, passam a ser implementados no âmbito da Política de Assistência Social (PAS) concebendo-a como lugar de proteção. A política também institui os níveis de proteção pelos quais a assistência social se organiza, a proteção social básica, onde parte do objeto dessa pesquisa está inserida e, por isso, a ênfase nesse nível de proteção e a proteção social especial (de média e alta complexidade)⁸. O CRAS apresenta-se como o principal equipamento para execução do serviço de proteção social básica, sendo responsável pela oferta de serviços e ações executados de forma direta, sendo na maioria das vezes a porta de entrada para o SUAS.

O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial localizado em áreas de vulnerabilidade social. Responsável por organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social, realiza suas ações com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, tendo em vista a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Executa serviços de proteção social básica de assistência social, os quais de acordo com a Tipificação de Serviços Socioassistenciais (2009) potencializam a família como unidade de referência por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.

Segundo as Orientações Técnicas dos CRAS (2009) o acesso aos serviços ofertados no equipamento ocorre por meio da procura espontânea, Busca Ativa⁹, encaminhamento da rede socioassistencial e por encaminhamento das demais políticas públicas. A articulação da rede de proteção social básica referenciada no CRAS acontece entre as entidades comunitárias, os centros de juventude, as entidades filantrópicas, os centros de convivência de crianças e adolescentes, os centros de geração de renda e os centros de convivência de idosos. Cada unidade pública

⁸ A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004, p. 37).

⁹ A Busca Ativa é uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria e significa levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público. Um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é alcançar a população considerada invisível, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social. Os motivos dessa invisibilidade podem ser vários: ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios conflagrados, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos e desconhecimento de seus direitos, entre outros (<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa>).

deve contar com uma equipe mínima¹⁰ para a execução dos serviços e ações nela ofertados. Como descreve Ferreira (2011) a composição da equipe do CRAS é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) e depende do número de famílias referenciadas no equipamento.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) os usuários do CRAS, em especial, são as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais; famílias que atendam os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum dos seus membros e pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade e risco social¹¹.

No CRAS, os usuários também podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Instituído por meio do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 com o objetivo de reconhecer as famílias em condições de vulnerabilidade social, este cadastro é um “instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público” (Art. 2º).

Ainda de acordo com o Decreto nº 6.135, as informações recolhidas durante o cadastro são declaradas pela pessoa responsável pela família, que deve ter 16 anos ou mais e ser preferencialmente do sexo feminino. A partir da inclusão no CadÚnico, as famílias de baixa renda podem ter acesso a alguns programas do Governo Federal, como o PBF; o Minha Casa Minha Vida; a Tarifa Social; o ID Jovem; a Isenção para taxa de inscrição em concurso público; o Benefício de Prestação Continuada (BPC); a Contribuição para Previdência Social como Dona de Casa; a Carteira do Idoso, entre outros.

No âmbito do sistema de proteção social básica, o CadÚnico e o PBF colaboram para a estruturação e efetivação das funções do SUAS. Dentre essas contribuições, o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (2015) destaca:

¹⁰ Composição das equipes do CRAS segundo número de famílias referenciadas: Pequeno Porte I - Até 2.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo, 2 técnicos de nível médio; Pequeno Porte II - Até 3.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e outro preferencialmente um psicólogo, 3 técnicos de nível médio; Médio, Grande, Metrópole e DF - A cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS 4 técnicos de nível médio (FERREIRA, 2011, p.30).

¹¹ De acordo com Deslandes, Souza (2009) o risco social se configura a partir do momento que se complexifica e se agrava as situações de vulnerabilidade. Ou seja, quando os direitos dos indivíduos, grupos e famílias foram violados ou rompidos.

O fortalecimento da segurança de renda monetária as famílias vulneráveis; a defesa de seus direitos sociais básicos de forma intersetorial; o fornecimento de mecanismos de identificação de vulnerabilidades e de organização e acompanhamento dos serviços; e, os mecanismos de cofinanciamento da gestão estadual e municipal (p.125).

Nessa perspectiva, no contexto do SUAS e da proteção social básica, o CadÚnico e o PBF possibilitam que as famílias em vulnerabilidade e risco social, tenham acesso aos direitos sociais de cidadania declarados pela CRFB/88 e contribuem para a que a assistência social seja realidade na vida de todos que dela necessitam.

2.2 Programa Bolsa Família

O desenvolvimentismo no Brasil sempre apresentou particularidades. Desde os anos do governo de Juscelino Kubitschek, com o famoso crescimento “cinquenta anos em cinco”, passando pelo “Milagre Econômico” do Regime Militar, observamos que ao longo das últimas décadas o modelo de crescimento que trouxe certo desenvolvimento em segmentos da economia nacional, não conseguiu superar o crônico problema da pobreza no país. Foi a partir da década de 1980, em especial após a instituição da CRFB/88, que os programas de transferência de renda tiveram uma grande ampliação, apesar de que desde a década de 1930 já existiam programas destinados a trazer equilíbrio social.

Segundo Silva e Lima (2016) diante de um quadro perverso de concentração de renda, acelerado a partir da década de 1990 com a desestruturação do mercado de trabalho, estagnação do parque industrial e com o progressivo crescimento da taxa de desemprego, surge um intenso debate sobre como amenizar ou corrigir os impactos negativos sobre a pobreza e a miséria após décadas de sucessivos erros estratégicos, políticas econômicas equivocadas e políticas públicas de inspiração neoliberal.

Ainda de acordo com as autoras, a partir do ano de 1991 se iniciou dentro da agenda pública brasileira um direcionamento as propostas de inclusão social, primeiro passo em direção à implantação das políticas públicas de transferência de renda. A primeira iniciativa para transferência de renda no Brasil se configurou na proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), mas embora a proposta tenha sido aprovada no Senado, a mesma nunca foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Nesse mesmo ano, ocorreu a fusão de proposta de renda mínima articulada com a escolarização dos filhos dependentes em idade escolar. A proposta traz um qualificador: “articula-

ção da transferência monetária juntamente com a educação e destaque à família e não ao indivíduo, com atenção especial às crianças, enquanto sujeitos a serem beneficiados” (SILVA; LIMA, 2016, p.30).

A partir do ano de 1995, as primeiras experiências municipais de PGRM foram implantadas em Campinas, Ribeirão Preto e Santos. E o primeiro programa Bolsa-Escola, em Brasília. Silva e Lima (2016) pontuam que, o Programa de Erradicação e Trabalho Infantil (PETI), foi um dos pioneiros entre os programas de transferência de renda no Brasil. Criado com o objetivo de coibir o trabalho penoso de crianças e adolescentes em inúmeras atividades urbanas e rurais no ano de 1996, mas com expansão por todo o Brasil somente em 1999, constituía-se em um benefício mensal por meio da Bolsa Criança Cidadã.

Todos esses programas tinham como cerne a família e as condicionantes incluíam a obrigatoriedade de frequência escolar das crianças e adolescentes das famílias beneficiárias, além da inédita condicionalidade na área da saúde. A partir de 2001, inicia-se a expansão dos programas de transferência de renda federais e, em 2003, mudanças significativas, quantitativas e qualitativas na conjuntura desses programas, modificam drasticamente o debate e as experiências dos mesmos (SILVA; LIMA, 2016).

Nesse cenário, o PBF se inscreve no contexto da criação de políticas compensatórias. Anterior a sua criação, programas de combate à pobreza haviam sido elaborados e instituídos em nível federal, como o Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. A partir da unificação desses programas o Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, criou o PBF e o instituiu por meio da Lei 10.836/04, via Decreto nº 5.209/04.

Trata-se de um PTCs, voltado para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, um incentivo ao capital humano¹² das famílias mais pobres. No âmbito das políticas de proteção social, repercute como um Programa de grande notoriedade, sendo uma das mais importantes iniciativas para proteger as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Seus princípios de gestão descentralizada e gestão compartilhada tornam estados,

¹² O conceito “capital humano” reaparece nos anos 80 na mesma forma assumida nos anos 40 e 50 – e amplamente difundida nos anos 60, em especial, pelo livro de Theodore Schultz (1962) - no bojo de uma economia da educação que remete à desenvolvida em razão do “terceiro setor”, supostamente responsável pelo resíduo de crescimento econômico que não se deixava explicar pelo capital fixo empregado. Não que a economia da educação tivesse nascido no pós-guerra. Mas ela ganhou importância em conexão com o peso adquirido pela educação como fator de desenvolvimento, este transformado no tema central do período. A educação passou a ser vista, simultaneamente, como o motor das “etapas do crescimento econômico” e do atendimento aos planos de desenvolvimento do socialista (PAIVA, 2001, p.186).

municípios e Distrito Federal parceiros efetivos do Governo Federal, sendo todos corresponsáveis pela formulação, implementação e controle do PBF e do CadÚnico, instrumento utilizado para seleção e focalização dos beneficiários do PBF (SAGI, 2019).

A política do Programa pretende combater a pobreza por meio de duas frentes principais. O enfrentamento às desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro, associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos (saúde, educação, assistência social e segurança alimentar), o que se configura num dos principais objetivos do PBF e a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiadas, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade que se encontram (SILVA; LIMA, 2010).

De acordo com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o PBF beneficiou, no mês de junho de 2019, 14.072.368 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 186,74. O valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.627.861.441,00 no mês. A transferência direta de renda por meio do Programa beneficia famílias em extrema pobreza, cuja a renda mensal por pessoa até R\$ 89,00 ou renda mensal por pessoa de R\$ 89,01 a R\$178,00, desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição. O critério de elegibilidade do Programa é fundamentalmente baseado na renda familiar per capita, sendo essa norma primária para seleção das futuras famílias beneficiárias (SAGI, 2019).

Camargo e colaboradores (2013) apontam que, 72,4% das famílias beneficiárias vivem em situação de (extrema pobreza), com renda per capita de até R\$ 70,00; 20,5 % possuem renda entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 (pobreza) e 7,1% possui renda per capita familiar entre R\$ 140,00 e R\$ 339,00 (baixa renda). Quanto aos arranjos familiares, predomina as monoparentais femininas (42,2%), com idade média de 31,5 anos para essas mulheres, seguido por casal com filhos (37,6%). Em relação ao grau de instrução dos beneficiários, o nível de escolaridade é baixo. Sendo que 52,1% dos responsáveis pelo núcleo familiar declaram ter ensino fundamental e 12,1% declaram sem instrução. No quesito cor/raça, a maioria dos beneficiários, 66, 7%, se declarou de cor parda, seguido da cor branca, 24,8% e preta, 7%.

O valor a ser recebido por uma família diz respeito a sua renda mensal por pessoa e do arranjo familiar, ou seja, se existem crianças, adolescentes, jovens, mulheres grávidas ou nutrízes, o Programa executa os seguintes benefícios descritos no Manual do Pesquisador- Programa Bolsa Família (2018):

Benefício Básico: é concedido apenas às famílias em situação de extrema pobreza. Essas famílias recebem o Benefício Básico independente de sua composição familiar; **Benefício Variável:** é concedido às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos em sua composição. Cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis; **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ):** também chamado de Benefício Variável Jovem, é concedido às famílias que tenham jovens entre 16 e 17 anos. Além dos cinco Benefícios Variáveis, cada família pode receber até dois Benefícios Variáveis Vinculados ao Adolescente; **Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP):** é concedido às famílias cuja renda familiar por pessoa se mantenha igual ou inferior a R\$ 85,00, mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF (Básico, Variável e/ ou BVJ). Assim, o valor do BSP será o equivalente à soma necessária para que a renda por pessoa da família supere a linha de extrema pobreza (atingindo, no mínimo, R\$ 85,01) (p.13).

Apesar da proposta fundamental do Programa se configurar no enfretamento à pobreza, a fome e a desigualdade, considera-se no âmbito do mesmo que a pobreza possui um caráter pluridimensional, sendo exigida uma contrapartida, ou compromisso dos beneficiários, a saber as condicionalidades na área da saúde (acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento (peso e altura) das crianças menores de sete anos, pré-natal das gestantes); da educação (matrícula e frequência escolar mensal mínima de 85% de todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, matrícula e frequência escolar mensal mínima de 75% adolescentes de 16 e 17 anos) e da assistência social (crianças e adolescentes com até 15 anos em situação de risco ou retirados do trabalho infantil pelo PETI devem participar dos (SCFV) e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal dessas atividades). A gestão e acompanhamento dessas condicionalidades são realizados pelo poder público (SILVA; CARNEIRO, 2016).

Sobre as condicionalidades, Rocha (2013) argumenta que:

Hoje as transferências assistências constituem o cerne da política antipobreza no Brasil. Como é bem sabido, combater a pobreza depende de uma multiplicidade de ações na área de saúde, educação e demais aspectos das condições de vida, que devem operar de forma complementar. A razão de as transferências de renda terem adquirido este caráter de centralidade na política antipobreza foi o seu sucesso (XIV).

Os beneficiários devem cumprir tais condicionalidades para terem acesso à renda monetária via Programa, requisitos os quais têm por objetivo garantir o acesso aos direitos e a articulação com outras políticas e ações complementares¹³, o que insere as contrapartidas na perspectiva de via-

¹³ De acordo com o Manual do Pesquisador – Programa Bolsa Família (2018), as ações complementares podem ser entendidas como a integração de diversos serviços que busquem o atendimento integral às necessidades das famílias, ampliando as condições e qualidade do acesso, bem como a efetivação de direitos, por exemplo, garantir que as crianças do PBF estejam matriculadas em creches ou na educação infantil, garantir o acesso à educação em

bilizar direitos. O descumprimento de tais condicionalidades possui efeitos gradativos que variam desde uma advertência escrita, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício, podendo chegar ao seu cancelamento conforme previstos na Portaria nº 251, de 2012. Os efeitos não têm como objetivo punir as famílias em descumprimento, mas sim revelar que elas não estão exercendo seus direitos e indicar a necessidade de mobilização das próprias famílias e do poder público para resolver os problemas que dificultam o acesso à educação e à saúde. É, também, uma forma de identificar as famílias em situação de maior vulnerabilidade, para que sejam foco de ações do poder público (MANUAL DO PESQUISADOR – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 2018).

A despeito das condicionalidades, Bello (2016) chama atenção para o fato dessas não abarcarem os serviços prestados aos adultos, exceto grávidas e nutrízes, mesmo estando esses sujeitos numa condição de pobreza pela qual as necessidades relativas à educação e à saúde são mais expressivas do que para o restante da população. Destarte, seria de fundamental importância a criação de “medidas como atenção com o quadro sanitário geral, assim como ações de educação preocupadas com o analfabetismo funcional e com a orientação para a instrução escolar e capacitação profissional” (BELLO, 2016, p.161).

No caso dos adultos, uma das ações complementares do Programa se efetiva por meio da intersetorialidade, como por exemplo, via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM)¹⁴. Com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica via programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, a ação é efetuada por meio de parceria entre do Ministério da Educação (MEC) e o MDS, buscando assegurar a oferta gratuita de cursos de qualificação profissional do PRONATEC, na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), para pessoas

tempo integral, garantir a participação em atividades/ oficinas culturais e esportivas, garantir a participação e estimular a oferta de serviços complementares em territórios e escolas com maioria de beneficiários, e a partir desse entendimento de promover e qualificar o acesso aos serviços sociais complementares aos do Programa, os representantes das diversas áreas envolvidas devem dialogar, organizar-se, mapear o público e os territórios, definir ações, compartilhar responsabilidades, recursos estabelecer fluxos e agendas comuns.

¹⁴ De acordo com o MDS (2015), o BSM foi criado para superar a extrema pobreza no país, sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhoria da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas são prioridades no Plano. Para lidar com tantos desafios, o Brasil sem Miséria se organizou em três eixos: garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza; acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade (https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/simulacao/sum_executivo/pdf/fichatecnica_14.pdf).

inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico, com prioridade para os beneficiários do PBF e do BPC (MDS, 2015).

Há de se considerar, entretanto, que mesmo ocupando um lugar de destaque no âmbito do serviço de proteção social básica e sendo o principal Programa responsável por manter cerca de 36 milhões de pessoas fora da linha da miséria, o PBF é alvo constante de críticas e questionamentos. Um ponto contencioso referente ao Programa diz respeito às portas de saída. A problematização gira em torno do fato de que ao receber o benefício do Governo, as pessoas podem se acomodar com essa condição, gerando assim um aprofundamento da pobreza em longo prazo.

Cotta e Paiva (2010) sugerem que o PBF para ser considerado satisfatório deveria possibilitar a seus beneficiários uma rápida absorção e inserção no mercado de trabalho, ou estimulá-los a participarem de atividades que gerem renda. Alinhados a essa argumentação, Soares e Sátyro (2010, p.42) salientam que “a posição do governo federal brasileiro é rejeitar a busca pelas portas de saída, mas ao mesmo tempo deixar a porta entreaberta para políticas sociais que busquem auxiliar as famílias beneficiárias a saírem da condição de pobreza”.

No bojo dessa discussão, merece destaque também, a questão do possível desincentivo ao trabalho às pessoas que recebem o benefício. A crítica feita ao PBF se refere ao seu provável potencial para desestimular o trabalho adulto, devido ao efeito renda do Programa. Frente a esses questionamentos, as pesquisas de SOUZA, CAETANO (2012); OLIVEIRA, SOARES (2013) e CAMPELLO (2013) apontam que tais hipóteses não podem ser comprovadas, sendo as mesmas contestadas por dados empíricos.

Em conformidade com esses pesquisadores, em estudo realizado a partir de um conjunto de dados únicos com mais de três milhões de indivíduos, Santos e colaboradores (2017) concluíram que as chances dos beneficiários do PBF permanecerem no emprego são maiores do que para os não beneficiários, o que:

[...] não apenas contraria a hipótese de um *efeito preguiça* vinculado à concessão do benefício, como também estabelece o efeito inverso, de que o benefício financeiro advindo do programa contribua para a manutenção do emprego” (SANTOS, 2017, p. 730, grifo dos autores).

Os impactos do PBF na diminuição da desigualdade de renda e na redução da pobreza, têm sido cada vez mais conhecidos. Como afirmam Ribeiro, Shikida e Hillbrech (2017) o Programa possui efeito positivo sobre a aquisição (consumo) de alimentos, sem conclusões sobre

a qualidade da dieta e estimula às crianças a participarem da escola (matrícula, frequência e progressão), embora pouco se saiba sobre os efeitos na aprendizagem.

O valor monetário recebido via Programa alinhando ao acesso aos direitos sociais básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social, tem contribuído de maneira significativa na melhora da qualidade de vida dos beneficiários, se mostrando relevante na menor prevalência de baixo peso ao nascer nas crianças de famílias muito pobres (SANTOS et al., 2013); na diminuição da desnutrição e mortalidade infantil, refletindo de forma positiva na saúde da gestante e da criança (RASELLA et al., 2013) e cumprindo um importante papel no que concerne a apoiar a permanência na escola dos estudantes de famílias em situação de pobreza, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, bem como no ensino médio (CRAVEIRO, XIMENES, 2013).

Para além dessas argumentações, estudiosos como Rego e Pinzani (2013) descrevem sobre outras mudanças significativas na vida dos beneficiários a partir da participação no Programa, entre elas “o início da superação da cultura da resignação, ou seja, da espera resignada pela morte por fome e doenças ligadas à pobreza, drama esse constante neste universo espacial [...]” (REGO; PINZANI, 2013, p.190). Ainda nos termos desses autores, pode-se afirmar que para várias famílias, o PBF representa o único rendimento monetário recebido e em diversos casos, configura a primeira experiência regular de obtenção de rendimento na vida dos beneficiários.

Mesmo num cenário controverso o PBF tem mostrado sua importância na redução da pobreza, da desigualdade e a relevância da articulação das políticas públicas no intuito de viabilizar o acesso a direitos, a cidadania e a promoção da autonomia. De certa forma, o fato de ser beneficiário do Programa permitiu a milhões de brasileiros alcançarem algum tipo de visibilidade. Além disso, por se tratar de um benefício em dinheiro, o mesmo representa um importante passo rumo a construção da independência econômica dos beneficiários, em especial das mulheres, majoritárias no contexto do Programa.

2.2.1 A mulher no âmbito do PBF

É fato que o PBF não foi idealizado como uma política pública destinada especificamente às mulheres, mas a centralidade na figura da beneficiária como a representante legal prioritária no âmbito da família, acaba por desencadear discussões referentes ao lugar que a mesma ocupa no contexto do Programa, especialmente por se tratar de mulheres pobres, mar-

ginalizadas e passarem despercebidas na maioria das vezes. Concomitantemente, como já apontado no decorrer deste estudo, a família ocupa uma posição central no contexto da PNAS. Como assinala Arrazola (2010):

[...] quem realiza predominantemente esta proteção, em nome de uma naturalizada divisão sexual do trabalho, proporcionando a atenção, socialização e os cuidados da reprodução ou *autoprodução*, é a mulher-mãe-esposa-dona-de-casa (p.240, grifo da autora).

As ações no âmbito da PNAS são direcionadas para a família, tendo a figura da mulher como pessoa responsável pelo cuidado; “é uma figura feminina – a mãe, principalmente – que frequentemente assume o papel de mediadora entre o Estado e a família, responsabilizando-se pela execução das orientações recebidas pelos trabalhadores sociais” (SANTOS, 2014, p.482).

Reportando-nos aos termos legais, conforme dispõe o Art. 23 do Decreto nº 5.209 de 2004: “O titular do cartão de recebimento do benefício será preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar” (BRASIL, 2004). A Lei 10.836/04 dispõe no Art. 2º, parágrafo 14, que “o pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento”. Nessa mesma direção, o Manual do Pesquisador - Programa Bolsa Família (2018) descreve que:

[...] o Bolsa Família realiza o pagamento dos benefícios preferencialmente às mulheres, com objetivo de contribuir para a ampliação do bem-estar da família e, ao mesmo tempo, da autonomia feminina no espaço doméstico e nas comunidades locais (p.10).

Em seus estudos, Silva e Lima (2010); Abreu e colaboradores (2016) argumentam que o PBF repercute sobremaneira na vida das mulheres, compreendidas nesse contexto como responsáveis pela família, sendo atribuída a elas a titularidade do benefício mesmo quando o cônjuge do sexo masculino esteja presente, sob a justificativa de que ao se tornar beneficiária, a mulher expande sua autonomia decisória na família e aplica os recursos de maneira mais eficaz em prol de seus filhos. A esse respeito, o documento da ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (2016) aponta que:

[...] a política pública reconhece a capacidade de diálogo das mulheres e de negociação do uso dos recursos no âmbito da família. Além disso, lhes abre novos horizontes de interlocução com agentes públicos e privados, o que antes era feito predominantemente pelos homens. Assim é o caso do cadastramento das informações da família junto ao governo local, do acesso ao banco ou ao agente lotérico e, muitas vezes, até ao comércio local. São fatos que, de imediato, instalam novas bases no contexto da divisão sexual do trabalho (ONU, 2016, p.24).

Paralelamente, os dados provenientes da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (2018) por meio do Departamento do Cadastro Único (DECAU) corroboram com esses estudos e apontam que em relação ao percentual de familiares do sexo feminino responsáveis por receber o benefício via PBF. No mês de fevereiro de 2018, das 14.080.828 famílias em nível nacional, 90,15% eram chefiadas por mulheres beneficiárias. A Região Sudeste têm 90,22% de responsáveis familiares do sexo feminino em um universo de 3.670.704 famílias beneficiárias, e no Estado de Minas Gerais, de um total de 1.077.800 famílias beneficiárias, 90,21% são compostas por mulheres.

O fato do PBF apresentar um potencial para que as beneficiárias acessem à educação e ao trabalho como direitos, discussão desta pesquisa, está em consonância com as críticas levantadas por Bartholo, Passos e Fontoura (2017) sobre a possibilidade de ampliação das escolhas sociais das mulheres adultas a partir da inserção no Programa. Para que isso se torne uma realidade na vida dessas mulheres é necessária a articulação com outras políticas públicas, as quais não fazem parte do PBF e nem estão associadas à sua gestão. As estudiosas destacam que:

Embora não seja correto exigir que o PBF seja isoladamente responsabilizado por ampliar o leque de escolhas femininas, o programa tem potencial para contribuir nessa direção. Essa potencialidade está em sua ampla plataforma de informações de identificação e de características socioeconômicas da população mais pobre – o Cadastro Único, [...]. O uso integrado dessas informações pelo Estado pode fazer com que as políticas públicas, inclusive as universais, sejam tensionadas no sentido da equidade (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017, p.14).

No que concerne especificamente a educação das mulheres beneficiárias, essas mesmas autoras fazendo referência a Gomes (2011); Carloto (2012) chamam atenção para o fato dos PTCs, como o PBF, atentarem para a continuidade dos estudos apenas das mulheres mais jovens, desconsiderando as mulheres adultas e as especificidades que perpassam suas vidas. Pontuam, também, que “não haveria nesses programas nenhum amparo para que escolham se dedicar mais ao trabalho produtivo, gerador de independência e autonomia” (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017, p.11).

Nesse ponto da discussão importa destacar que gênero é compreendido neste estudo, como uma relação social, tendo o sexo como base dessa relação, ou seja, é um aspecto que origina a diferenciação de grupos sociais com interesses antagônicos, não podendo ser analisado de maneira fragmentada, mas sim na sua totalidade social. Nessa perspectiva, nossa compreensão parte das contribuições de Kergoat (2010) enfatizando a necessidade de se considerar o aspecto concreto das relações sociais, indo na contramão da argumentação na qual as relações de classe estão associadas exclusivamente ao domínio econômico, ou que as relações patriarcais

se inscrevem unicamente na dimensão ideológica. Portanto, são instâncias que se associam entre si, atravessando todos os aspectos de uma sociedade e se manifestam, também, nos diferentes campos, tais como, econômico, cultural, político, entre outros. Apesar das relações patriarcais vivenciadas por muitas mulheres, entre elas as beneficiárias do PBF, cumpre ressaltar a partir de Delphy (2009) que:

[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente o poder é dos homens. Ele é, assim, quase um sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres (p.173, grifo da autora).

Saffiot (2004) ressalta que as relações patriarcais, suas hierarquias e sua estrutura de poder corrompe toda a sociedade, mas não abarca apenas a sociedade civil, atravessando também o Estado. Acrescenta Hirata (2018): “para nós não existe uma formação social “patriarcado”, separado do “capitalismo”. Preferimos falar em capitalismo patriarcal” (p.16, grifo da autora).

Em vista disso, ainda que o PBF não apresente uma atuação clara no tocante às relações de gênero, a partir de uma perspectiva de influência feminista, estudiosos vêm buscando problematizar essa questão. Algumas dessas problematizações dedicam-se a investigar como esse tipo de Programa pode reforçar papéis assimétricos de gênero, perpetuando o modelo de cuidado baseado na figura materna sem apresentar resultados significativos para mudanças no status social ou uma maior autonomia (MOLYNEAUX, 2008; LAVINAS; COBO; VEIGA, 2012; PASSOS; WALTEBERG, 2016).

Argumentos de que o Programa naturaliza o papel reprodutivo da mulher se fundamentam principalmente considerando que para além da titularidade do benefício, a mulher é também a responsável pelo cumprimento das condicionalidades. Sobre isso, pondera Aguiar (2012):

O processo decisório sobre as possibilidades de aquisições com os recursos do PBF representaria um tipo de empoderamento, no entanto, é preciso atentar para o fato que os novos encargos, derivados da participação no programa (supervisão maior dos filhos, gestão financeira, decisão sobre compras), trazem embutidos a dimensão de gênero, pelo reforço das atribuições domésticas das mulheres, o que redundará num acréscimo na desigualdade (p.6).

Sobre essas questões, Ferreira e Mariano (2014) chamam atenção para o fato de que o PBF não foi planejado para lidar com as diferentes questões existentes nas relações de gênero. Dessa maneira, não pode cooperar para modificar papéis construídos tradicionalmente para mulheres e homens. Ressaltam que “ao direcionar as responsabilidades para a mulher, entendemos

que o PBF reproduz a divisão de papéis sociais de gênero postos na sociedade” (FERREIRA; MARIANO, 2014, p.3).

Em consonância com essas fundamentações, o estudo de Lavinias, Cobo e Veiga (2012) evidencia que é inegável o ganho de bem-estar das famílias beneficiárias, mas enfatiza que somente a renda não é suficiente para contribuir para o empoderamento das mulheres, sendo necessário os *inputs* (grifo das autoras), compreendidos como meios pelos quais, no contexto das relações sociais de gênero, as mulheres deixam de ter a obrigação com as funções domésticas e reprodutivas. E argumentam:

O desenho do Programa, através de suas condicionalidades e controles, acaba por gerar não desincentivos ao emprego formal por parte dos beneficiários, mas incompatibilidade e, forçosamente, exclusão entre ser beneficiário de um programa de transferência de renda e ter um emprego formal. Não por acaso, a ideia de que é preciso ter uma “porta de saída” para a pobreza está associada à ideia de que é pobre e permanece pobre quem não tem trabalho (LAVINAS; COBO; VEIGA, 2012, p.52, grifo das autoras).

A esse respeito, Santos (2014) chama a atenção para o fato de que no âmbito dos PTCs “é a mulher, na condição de mãe, que executa as orientações dadas pelos programas e serviços para fortalecer os vínculos familiares e cumprir o dever parental de garantir a educação e a saúde das crianças, combatendo a reprodução da pobreza intergeracional” (p.483).

Por outro lado, buscando dar visibilidade e voz para as mulheres na conjuntura do Programa, a obra de Rego e Pinzani (2013) reserva destaque para elas, considerando que as mesmas são preponderantemente sujeitos da pesquisa e também, na maioria das vezes, titulares do PBF. Orientados pela discussão sobre a relação entre dinheiro e autonomia, tese principal do estudo, pontuam que a ausência do mínimo grau de autonomia, entre eles a independência financeira, é um empecilho para que os indivíduos alcancem condições para se tornarem sujeitos de direitos, nesse sentido, enfatizam que “as pequenas fendas abertas na autonomia das mulheres merecem registro e nossa atenção” (REGO; PINZANI, 2013, p.193).

Ressaltam ainda que ser responsável por receber o valor monetário não excluiu as mulheres da condição de pobres, mas possibilita que essas não precisem dedicar a maior parte do tempo à procura de comida, além de adquirem mais autonomia pelo fato de serem responsáveis pela maneira como o valor referente ao benefício é utilizado. As mulheres passam a planejar suas vidas, ainda que minimamente, ao se tornarem beneficiárias do PBF, permitindo às mesmas ampliarem suas possibilidades de escolhas (REGO; PINZANI, 2013).

As mulheres passam a ter um maior controle no âmbito da família se libertando de uma vida destinada à miséria, bem como “do controle masculino familiar amplo sobre os seus destinos permite às mulheres um mínimo de programação da própria vida, e nesta medida, possibilita-lhes o começo da automatização da vida moral” (REGO; PINZANI, 2013, p.195).

Carloto e Mariano (2012) apontam, também, para o fato das mulheres beneficiárias decidirem sobre a utilização do benefício e mesmo que essa decisão seja sempre direcionada para o uso do recurso em prol dos filhos com (alimentação, vestuário, lazer e material escolar), ou melhorias para a casa “ao falarem sobre isso, o fazem de forma positiva e valorizada, como algo que pertence ao domínio delas, algo relacionado ao exercício de poder, mesmo voltado para o consumo das necessidades essenciais” (p.269).

Mesmo sendo a experiência da renda regular algo recente na vida das beneficiárias e as modificações advindas dessa vivência sejam ainda muito tímidas, para Rego e Pinzani (2013, p.17) “um dos temas que as deixam falar com mais desenvoltura se liga à vivência, às vezes pela primeira vez, de mais liberdade pessoal, como ainda ao ganho de um sentimento precioso: a aquisição de mais respeitabilidade na vida local”.

Há de se considerar, portanto, que embora a condição das mulheres como corresponsáveis por cumprir junto às instâncias públicas as contrapartidas impostas por essa política venha se mostrando um problema no que concerne às relações de gênero, constatação essa a qual não pode ser ignorada, as premissas apontam para o fato de que apesar do PBF não ter sido desenhado com o objetivo de fortalecer a autonomia da mulher, em alguma medida, mesmo que muito aquém da ideal, o Programa colabora para isso. Nessa perspectiva, o estudo buscou contribuir para a discussão que vem sendo realizada à luz da perspectiva feminista no contexto do PBF, analisando o que essa política social tem proporcionado para beneficiárias do município de Ribeirão das Neves, mulheres cujos direitos foram negados historicamente, dentre eles o direito à educação e ao trabalho.

2.3 O PBF no município de Ribeirão das Neves

As primeiras referências sobre a origem de Ribeirão das Neves datam do início do século XVIII com as “Matas de Bento Pires” e a formação de povoados durante o século XIX. Já no século XX, ocupando a categoria de distrito, esteve figurado aos municípios de Contagem (1933-1938), Betim (1938-1943) e Pedro Leopoldo (1944-1948). Elevado à categoria de município com a denominação de Ribeirão das Neves pela Lei nº 1.039, desmembrando-se de Pedro Leopoldo no ano de 1953. O município de Ribeirão das Neves está localizado no Vetor Norte

da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)¹⁵ e localiza-se a cerca de 40km da metrópole, ocupando uma área de 154.18^{km}², sendo o quarto município com a maior população da RMBH. O município é dividido em três regiões: Sede (o centro municipal), Justinópolis (distrito) e Veneza (regional), conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2016).

Ainda na condição de distrito rural, com a criação da primeira penitenciária agrícola do Estado de Minas Gerais, a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) em 1938, posteriormente, Penitenciária José Maria Alkmin, o distrito passa a ter uma função metropolitana¹⁶, suscitando uma mudança de vida na região e o surgimento do primeiro núcleo populacional ao seu entorno. Nesse segmento, com a instalação da Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira, atual Presídio Antônio Dutra Ladeira, nos primeiros anos da década de 1960, a instauração de outra unidade prisional, atual Presídio José Abranches Gonçalves em 1982 e a construção da Presídio Inspetor Jorge Martinho Drumond em 2006, o Governo do Estado sinalizou a intenção de transformar o município, no que Campos (2010) chamou de “espaço-carcerário”:

A implantação das várias unidades prisionais não foi acompanhada por investimentos relevantes em infraestrutura, saúde, educação, habitação, saneamento e geração de emprego. Além disso, e de acordo com técnicos da Prefeitura Municipal, os presídios causam ônus a algumas secretarias municipais, como a de Saúde e a de Assistência Social, aos quais os detentos têm atendimento prioritário em relação à comunidade, mas não geram renda nem emprego ao município. Ribeirão das Neves tem, reconhecidamente, um dos mais altos índices de pobreza e violência da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em suma, o Município de Ribeirão das Neves foi criado para manter-se distante do centro urbano, afastado do poder político, mas articulado e comandado de fora pelo Governo do Estado, que era (e ainda é) o grande organizador do espaço urbano municipal (CAMPOS, 2010, p.6, grifo da autora).

Ademais, durante a formação da metrópole de Belo Horizonte, grande parte da população trabalhadora de baixa renda foi relegada às periferias, como foi o caso do município de Ribeirão das Neves. A esse respeito descreve Campos (2009):

Portanto, sua história delinea-se sob o signo da diferenciação socioespacial. Ao mesmo tempo em que se criou a cidade do planejamento, com adequados padrões de urbanidade, cresceu outra cidade, precária, deficiente de serviços e equipamentos urbanos, local de moradia das classes populares (p.41).

¹⁵ Criada em 1973 pela Lei Complementar Federal nº. 14/73, a Região Metropolitana (RM) de Belo Horizonte é composta por 34 municípios e possui área de 9.473 km² (IPEA, 2013).

¹⁶ “Ao sediar a Penitenciária Agrícola [...] Neves não só deu o primeiro passo para ser considerada ‘cidade-presídio’, como também para inserir-se no processo de metropolização, tornar-se periferia de Belo Horizonte e cidade-dormitório [...], pois apresenta forte dependência em relação ao núcleo central da RMBH, no que tange às concentrações de atividades e de emprego” (SOUSA, apud CAMPOS, 2009, p.84).

Ainda nos termos da autora, na década de 1970 na RMBH, o capital imobiliário passou atuar também, na produção de loteamentos populares destituídos de serviços básicos, como foi o caso de Ribeirão das Neves, o qual passou a se configurar uma importante área de produção de loteamentos isentos de infraestrutura básica e com grande concentração de população de baixa renda. Destarte:

Ribeirão das Neves entra no cenário metropolitano, não mais como um “espaço-carcerário” exclusivamente, mas também como um “bairro popular”, palco de intenso processo de parcelamento do solo e ocupação do território por população de baixa renda (CAMPOS, 2010, p.11, grifo da autora).

Essas breves considerações relativas a construção de Ribeirão das Neves, mostra um pouco como o município se formou a partir de um grande agrupamento de pessoas com baixa renda, da ausência de uma estrutura econômica, a qual pudesse oferecer trabalho para a população, da falta de infraestrutura urbana e de serviços públicos. Desse modo:

O processo de formação socioespacial de Ribeirão das Neves é um exemplo emblemático de criação de um município segregado. A expansão periférica baseada em loteamentos destinados a população menos favorecida juntamente com a presença dos presídios proporcionou um cenário de baixos índices e indicadores socioeconômicos (SILVA, 2016, p.78).

A expansão e ampliação do município de Ribeirão das Neves de forma desordenada desencadearam diversos efeitos negativos, os quais se perpetuam nos dias atuais. Com uma população estimada de 328.871 pessoas, segundo o IBGE (2017) com base no Censo de 2010, o município possui 10.315 pessoas em extrema pobreza.

De acordo com os dados do IBGE Cidades, referentes ao ano de 2015, o município ostenta um dos piores índices educacionais da região metropolitana e situa-se entre os últimos nas questões relativas à renda. No que concerne ao trabalho e rendimento, a média mensal da população economicamente ativa era de dois salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 9.8%, o que posiciona o município em 600 de 853 em Minas e 23 na microrregião de Belo Horizonte. Entre os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 34.5% da população municipal se apresenta nessas condições, colocando-o na posição 555 entre os 853 municípios mineiros e 6 de 24 da microrregião de Belo Horizonte.

Relativo à renda, o Atlas do Desenvolvimento no Brasil, da Fundação João Pinheiro, cujos dados são baseados no Censo 2010, mostra que o município possui uma renda per capita média de R\$ 477,77. A proporção de pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior

a R\$ 140,00 é 9,25%. O percentual de pessoas extremamente pobres é de 2,21%. O índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres em Ribeirão das Neves é de 0,39. O que demonstra a existência de uma acirrada desigualdade na distribuição de renda do município.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) baseado no Censo de 2010, mostra que a renda per capita das mulheres Ribeirão das Neves é de R\$ 466,23 e dos homens R\$ 493,90. O rendimento médio das mulheres ocupadas com 18 anos ou mais é de R\$ 660,04, e dos homens nestas condições, R\$ 940,97. Dentre a população em extrema pobreza no município, 5.632 são mulheres (54,6%) e 4.683 são homens (45,4%). Para a população negra, a renda per capita é de R\$ 461,23 e para a população branca é de R\$ 532,04. O rendimento médio das pessoas negras com 18 anos ou mais ocupadas é de R\$ 793,15, enquanto das pessoas brancas nas mesmas condições é de R\$ 899,50. Entre a população negra, 2,39% são extremamente pobres, enquanto 1,71% dos brancos o são. Já os pobres perfazem 9,36% dos negros e 8,81% dos brancos.

O mesmo Atlas descreve que a taxa de atividade das mulheres ocupadas com 18 anos ou mais é de 62,10% e dos homens, 80,02%. A taxa de desocupação das mulheres com 18 anos ou mais é de 10,68% e dos homens, 4,52%. O grau de formalização das mulheres ocupadas com 18 anos ou mais é de 67,67% e dos homens, 75,05%. O percentual das mulheres ocupadas com rendimento de até 1 Salário Mínimo (SM) e com 18 anos ou mais é 19,29% e dos homens 6,08%. Para os ocupados com rendimento até 2 SM e 18 anos ou mais, o percentual das mulheres é de 88,90% e dos homens 74,41%. As mulheres ocupadas com rendimento de até 5 SM e 18 anos ou mais perfazem 99,14% e os homens 97,51%.

Sobre a vulnerabilidade social, dados do Censo 2010, contidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) mostram que 64,00% das crianças de 0 a 5 anos estão fora da escola. Entre as crianças de 6 a 14 anos, 3,46%. O índice de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis perfaz 8,88% e a taxa de atividade dos jovens de 10 a 14 anos é de 5,06%. Entre as mulheres de 10 a 17 anos, 2,22% tiveram filhos. Entre as mães chefes de família, 24,71% não cursaram o ensino fundamental e têm filho menor. Esse percentual aumentou em relação aos medidos pelo Censo 1991 e 2000, os quais foram respectivamente 20,26% e 23,96%. Praticamente um terço da população, 30,03%, são vulneráveis à pobreza e 32,85% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo se encontram em atividades informais. Entre os vulneráveis, 1,38% dependem de idosos e 4,10% das crianças são extremamente pobres.

Ainda de acordo com o Atlas, referente à educação de homens e mulheres, a taxa de analfabetismo de pessoas com 18 anos ou mais do sexo feminino é de 7,89%, frente a 6,73% dos homens. As mulheres com ensino fundamental incompleto e analfabetas perfazem 9,49%, e os homens na mesma condição 8,04%. As mulheres com ensino fundamental incompleto e alfabetizadas são 49,76% ante 51,64% dos homens. Entre as mulheres com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto o índice é de 16,34% ante a 16,99% dos homens. As mulheres com ensino médio completo e ensino superior incompleto são 21,25% ante 20,80% dos homens. E as mulheres com ensino superior completo são 3,16% ante 2,53% dos homens. Em relação às políticas públicas disponíveis no município, França (2016) em estudo realizado sobre a qualidade de vida da população em extrema pobreza de Ribeirão das Neves, identificou a partir da percepção dos gestores das políticas que:

O município é descrito como caracterizado por várias dificuldades para a população acessar os serviços públicos. Essas dificuldades são citadas como causadas pela ausência de investimentos locais, e a falta, ou, insuficiente cobertura e oferta de equipamentos públicos relacionados aos setores de saúde, educação, assistência social nesses territórios. Tudo isso se configura como um conjunto de graves impedimentos para que a população possa usufruir dos direitos sociais ditos como universais (FRANÇA, 2016, p.114-115).

O PBF, o CRAS e o Programa Estratégia Saúde da Família (ESF) são apontados como as principais políticas públicas locais presentes no município, as quais são acessadas pelas famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. Sobre essas constatações, França (2016) argumenta que “[...] ainda persiste um grande déficit na cobertura e acesso a esses serviços, principalmente, nos territórios de extrema pobreza, mesmo essas ações sendo consideradas um direito universal” (p.124).

Esse contexto somente condicionou a população de Ribeirão das Neves a uma situação de vulnerabilidade social, padecendo de problemas como, a ausência de plano de ocupação do solo e uso de recursos hídricos, precários serviços básicos como saúde e educação, além de um sistema de segurança pública falho e do déficit de empregos. Os dados estatísticos mostram que o município basicamente se enquadra no que é chamado “cidade-dormitório”, ou seja, boa parte de sua população em idade ativa trabalha fora dos limites municipais.

É relevante ainda dizer que o fato de o município possuir oito unidades prisionais¹⁷ contribui para o parco investimento em atividades industriais ou de produção tecnológica.

¹⁷ De acordo com a Secretária de Estado de Administração Prisional (SEAP/MG) (2018) atualmente, o município de Ribeirão das Neves possui oito estabelecimentos prisionais: Penitenciária José Maria Alkimin, Centro de Apoio Médico e Pericial, Presídio Inspetor José Martinho Drumond, Presídio José Abranches, Presídio Antônio Dutra Ladeira, Complexo Público Privado I, Complexo Público Privado II e Complexo Público Privado III.

Soma-se a isso, a questão do estigma negativo devido aos consideráveis casos de violência e criminalidade recorrentes no município¹⁸. A partir desses breves apontamentos temos visão mais apurada dos dados citados neste trabalho sobre as desigualdades sociais presentes no município, justificando também, a escolha do mesmo como o campo empírico de estudo, pois “a esfera de produção, consumo e troca estão sempre em permanente interação e todos são espaços históricos de investigação” (MINAYO, 2014, p.118).

Ainda nessa conjuntura, é importante salientar sobre as políticas de assistência social executadas no município. De acordo com o Relatório de Programas e Ações do MDS (2018) a Rede Socioassistencial do SUAS em Ribeirão das Neves é composta por sete unidades do CRAS, um CREAS e dez Unidades de Acolhimento. Especificamente sobre o PBF, o mesmo beneficiou, no mês de junho de 2019, 15.479 famílias, representando uma cobertura de 87,8% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 182,75 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.828.766,00 no mês (SAGI, 2019).

2.3.1 O PBF no contexto do CRAS em Ribeirão das Neves

A primeira aproximação com o campo empírico deste estudo aconteceu no dia 23 de junho de 2017, por meio da Gerência de Proteção Básica do Município, ficando programada uma visita para o dia 11 de setembro de 2017, pois a coordenadora do CRAS estava passando por problemas pessoais, e por isso, se ausentando muito do trabalho.

Na ocasião, após explicação do projeto de pesquisa e assinatura do Termo de Anuência, recebemos autorização para entrar em contato com a coordenadora do CRAS e agendar a primeira visita no equipamento. Além disso, a coordenadora do departamento disponibilizou o contato com a pessoa responsável pelo CadÚnico no município, meio pelo qual, após a assinatura do Termo de Responsabilidade pela Utilização da Base de Dados do CadÚnico, tivemos acesso ao banco de dados referentes aos beneficiários acompanhados no referido CRAS. Em posse desse material, realizamos um tratamento prévio dos dados a fim de empreender uma

¹⁸ Consta no Diagnóstico de Homicídios no Brasil do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) (2015) que o município de Ribeirão das Neves possui a maior taxa de homicídio de Minas Gerais (43,5/100 mil habitantes), a segunda maior taxa de óbitos por arma de fogo (39,6/100 mil habitantes), em Minas Gerais. A Taxa de homicídios de mulheres corresponde a (5,89/100 mil habitantes), e os casos de violência doméstica ocorrem a (10,02/100 mil habitantes).

triagem relativa às mulheres beneficiárias. Entretanto, devido à ausência de variáveis, foi possível extrair desses dados apenas o número de beneficiárias referenciadas no equipamento e os respectivos bairros de residência dessas mulheres.

No que diz respeito ao número de beneficiárias do Programa referenciadas no equipamento, o acesso ao banco de dados obtido junto aos Relatórios Gerenciais do Cadastro Único (RelCad), atualizados em 11 de outubro de 2017, mostrou o total de 3.364 registros de mulheres beneficiárias e referências de núcleo familiar acompanhadas pelo CRAS e dispersas nos diversos 40 bairros de abrangência de seu território. A coordenação nos informou que dos 40 bairros referenciados no equipamento, cinco deles apresenta uma população com maior vulnerabilidade social. Assim, inicialmente, pensamos em convidar para participarem do estudo, beneficiárias do PBF residentes nesses bairros mais vulneráveis. Contudo, após analisar a distância entre esses bairros e o CRAS percebemos que seria inviável. A própria dificuldade financeira das beneficiárias e geográfica dos bairros, se mostrou como dificultadores para que as mulheres se deslocassem a nosso convite para o CRAS.

Especificamente sobre o PBF no CRAS em questão, a coordenadora do equipamento pontuou que o CadÚnico começou a ser realizado na unidade com o processo de descentralização da assistência social no município no ano de 2016. As equipes do CadÚnico Central foram divididas e a execução do serviço ficou sob a responsabilidade do CRAS. A mesma equipe que atua nos demais serviços oferecidos no CRAS atua também, no CadÚnico, tanto em relação ao cadastramento, que hoje é realizado pelos assistentes administrativos, quanto em relação ao atendimento técnico, com assistente social e psicólogo. Nesse sentido, de acordo com a coordenação da unidade um dos dificultadores existentes no CRAS atualmente, diz respeito à redução da equipe, especialmente pensando que o CRAS executa três serviços importantes no âmbito da atenção social básica.

O CRAS onde a pesquisa foi desenvolvida possuía no momento de coleta dos dados, uma equipe composta por três profissionais de nível superior com graduação em Serviço Social, atuando como técnicos sociais. Uma profissional de nível superior com graduação em Psicologia, atuando como técnica de referência, exercendo a função de coordenação do CRAS. Dois assistentes administrativos de nível médio, exercendo atividades de inserção, desligamento e transferência das famílias no CadÚnico e rotinas administrativas. Um profissional exercendo a função de serviços gerais.

A unidade é responsável por executar três serviços no âmbito da atenção básica, o PAIF, o SCFV e o CadÚnico. Desenvolve em parceria com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) um trabalho com idosos “Grupo Arte & Prosa” e promove um projeto de Taekwondo

para crianças e adolescentes, entre 7 e 17 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a fim de viabilizar a socialização e possibilitar o acesso a uma forma de atividade física.

Além desses serviços, o CRAS ainda oferece ações de caráter não continuado, buscando possibilitar o acesso da população à informação sobre temas diversos, sobretudo, referente à garantia de direitos; atendimento com técnico social (Assistente Social ou Psicólogo) para orientações sobre acesso a benefício eventual da Cesta Verde¹⁹, concessão de isenção para segunda via de documentação civil, encaminhamento para outros serviços da rede socioassistencial; ações comunitárias como palestras e eventos, voltadas para a dinamização das relações no território; articulação e fortalecimento da rede local, para o estabelecimento de contatos, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades públicas locais.

O campo empírico desta pesquisa faz parte de uma totalidade social marcada pelas desigualdades sociais e de gênero, pouca atuação do poder público, entre outros. O reflexo desses processos se expressa individualmente e coletivamente no cotidiano das mulheres beneficiárias do PBF. No primeiro contato direto no CRAS, fui informada por uma das técnicas da equipe, que o único grupo ativo na unidade era o do NASF, sob a justificativa que no momento não seria possível grupos de SCFV devido à ausência de recursos financeiros para a manutenção dos orientadores e oficinairos. Sobretudo, a deficiência de recursos humanos para compor a equipe técnica foi mencionada.

Contudo, no mês de abril de 2018, um Grupo de Mulheres Beneficiárias do PBF foi iniciado no CRAS com a proposta de trabalhar temas referentes ao descumprimento das condicionalidades do Programa, favorecer o acesso à informação e a garantia de direitos, especialmente em relação à pensão alimentícia e proporcionar um espaço coletivo de escuta e troca de vivências familiares, a fim de fortalecer os vínculos comunitários e possibilitar a superação de fragilidades sociais. O grupo tinha como objetivo principal potencializar o protagonismo feminino e autonomia familiar.

Durante o processo das observações participantes no CRAS, os encontros com o Grupo de Mulheres Beneficiárias do PBF no primeiro semestre de 2018 aconteceram apenas três vezes, dos quais pude participar de dois desses momentos. De acordo com a coordenação da unidade, não houve adesão das beneficiárias devido à relação espacial. Pelo fato do equipamento

¹⁹ Em 2017, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do município implementou a distribuição da Cesta Verde (hortaliças, legumes e frutas) e a formação para entidades da rede sócio assistencial, além de reestruturar os projetos de Educação Alimentar e Nutricional. Através da Cesta Verde, 4.800 famílias cadastradas pelos CRAS são beneficiadas. Além disso, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Banco de Alimentos realizou mais de R\$ 400 mil em compras da Agricultura Familiar, adquirindo 103 toneladas de alimentos e gerando renda para os mesmos (<https://ribeiraodasneves.net/53-noticias/social/7349-banco-de-alimentos-de-ribeirao-das-neves-se-torna-referencia-na-grande-bh>).

atender a bairros muito distantes e como no momento outro benefício, o Vale Social, estava indisponível, as beneficiárias não puderam contar com respaldo financeiro para participarem dos encontros do grupo, justificando a não adesão de algumas beneficiárias do Programa. Já no segundo semestre, a proposta de trabalho com as beneficiárias passou a ser mais pontual, por meio de palestras nos meses específicos da Repercussão²¹. Entretanto, devido a disponibilidade de profissionais da equipe técnica, apenas uma palestra para as beneficiárias foi realizada

Em vista disso, entendemos que acompanhar o cotidiano das beneficiárias no CRAS seria de grande contribuição para conhecer o que essas mulheres vivenciam em suas vidas diárias em relação às suas demandas sociais. Adicionalmente, conforme as mulheres apareciam para atendimento, seria possível compreender se o equipamento realmente funciona como um centro de referência para elas, ou apenas como um espaço burocrático para garantir o acesso e a manutenção do benefício via PBF.

²¹ É o processo de análise dos resultados do acompanhamento (educação e saúde); identificação dos integrantes que descumpriram as condicionalidades; e aplicação dos efeitos gradativos de condicionalidades.

3 AS MULHERES COMO SUJEITOS DE DIREITOS

As mulheres ao longo da história foram, com raras exceções, relegadas a uma condição de coadjuvantes no processo histórico, o que desencadeou num silenciamento das mesmas para romper o *status quo* que perdura até os dias atuais, mesmo com avanços nas garantias legais sobre os direitos delas. Priorizamos nesse capítulo, argumentar sobre as mulheres como sujeitos de direitos no que concerne à educação e ao trabalho. O ponto principal é de que estas duas variáveis expressam intersecções com o cenário de vulnerabilidade socioeconômica vivenciada por milhares de mulheres brasileiras e necessitam ser compreendidas à luz da teoria. Para tanto, apresentamos as aproximações e aportes teóricos nos campos Educação Popular e Trabalho e Gênero, para definir sobre a educação e o trabalho das mulheres e investigar a respeito das experiências de escolarização e de trabalho das beneficiárias do PBF.

3.1 Contribuições para problematizar a escolarização e o trabalho das beneficiárias: quando classe, sexo e raça se articulam

Sem a pretensão de esgotar os conteúdos descritos a seguir, julgamos necessário apontar porque as decisões de se escolarizarem ou trabalharem de muitas mulheres, são atravessadas por temas importantes correlatos às relações sociais de sexo, classe e raça, na articulação dessas relações. Problematizar essas relações é essencial para compreender como essas incidem sobremaneira na vida das beneficiárias do PBF. A inviabilização da participação da mulher na vida pública, especificamente a construção das identidades femininas nas suas relações com a educação e o trabalho, tem relação direta com os lugares “naturalmente” femininos e com as obrigações “natas” das mulheres. Um desses é o lugar de mãe:

O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal (BADINTER, 1980, p.19).

Apesar do legado de ser mãe e, sobretudo, ser uma boa mãe está posto como algo da essência feminina, tal obrigatoriedade foi sendo construída no decorrer da história, de acordo com as necessidades sociais em função dos valores dominantes de determinada sociedade. A relação entre mães e filhos se consolidou a partir de posições distintas. Badinter (1980) expõe

por meio da realidade das mulheres francesas, como o amor materno foi sendo construído de acordo com demandas privadas ou públicas de determinada sociedade.

Como conceito, o amor materno é inaugurado no século XVIII e ainda que esse sentimento estivesse presente anteriormente “o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade” (BADINTER, 1980, p.144). São as mulheres, as grandes responsáveis pela educação e formação moral e religiosa dos filhos.

Adicionalmente, a realização do trabalho familiar, principalmente o cuidado e o amor dispensado aos filhos, foram perpetuados como indispensáveis à sociedade, tarefas essas destinadas às mulheres, pessoas “naturalmente” capacitadas para isso. As mulheres foram incentivadas a assumirem diretamente os cuidados com os filhos e passaram a se sentirem mais valorizadas e respeitadas ao aceitarem essa condição, mesmo que esse reconhecimento se restringisse somente ao espaço privado (BADINTER, 1980).

Essa posição foi compreendida por muitas mulheres durante longos períodos, como um meio por onde seriam reconhecidas e aceitas, algo particular e específico delas. Como aponta Badinter (1980) “finalmente, uma tarefa necessária e "nobre", que o homem não podia, ou não queria realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana” (p.146, grifo da autora). Posteriormente, a maternidade passa de um dever a algo planejado e esperado pelas mulheres, o que faz delas pessoas dotadas de ternura, onde “exaltam-se interminavelmente as doçuras da maternidade, que deixa de ser um dever imposto para se converter na atividade mais invejável e mais doce que uma mulher possa esperar” (BADINTER, 1980, p.178).

Ser naturalmente mãe, assim como outros temas correlatos a ser feminina advindos do patriarcado “impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho” (BADINTER, 1980, p.145). A maternidade é peculiar à essência feminina:

[...] a mulher não pode encontrar melhor ocasião de exercer seus dons do que na maternidade. O papel de esposa, muito necessário, não bastará à plena realização de sua feminilidade. Para que uma mulher cumpra a sua vocação, é preciso que seja mãe, não como outrora, de maneira esporádica e irregular, mas constantemente, vinte quatro horas por dia (BADINTER, 1980, p.248).

Nas palavras de Badinter (1980) a maternidade como uma construção social, ou como um mito, estabeleceu a orientação de um pensamento fabricado, pelo qual a mulher se realiza por meio da maternidade e se limita ao espaço privado. Contudo, ainda segundo a estudiosa, com o advento do movimento feminista, especialmente a partir da segunda metade do século

XX, a maternidade se inscreve numa perspectiva mais reflexiva e as dimensões sociais, culturais e econômicas na vida das mulheres vão aos poucos sendo consideradas.

Entretanto, desde as décadas mais remotas, para as mulheres menos favorecidas social e economicamente, a maternidade era uma ostentação a qual essas não poderiam desfrutar como as demais mulheres. As necessidades direcionam as mulheres menos favorecidas a realizarem um trabalho, muitas das vezes, cuidando dos filhos de outras mulheres “compreende-se que a atenção materna é um luxo que as mulheres pobres não se podem permitir” (BADINTER, 1980, p. 223).

A exaltação da maternidade contribuiu e ainda contribui na formação das identidades femininas, no sentido de que a representação da mulher é vinculada ao seu papel enquanto mãe. Conforme Birolli (2013):

A valorização da maternidade, por exemplo, não corresponde nesse sentido à atenção a experiências individuais, mas a padrões que organizam as experiências de um grupo social, no caso as mulheres, e que vêm sendo consolidados em detrimento de outras possibilidades de organização da vida (p.93).

Nesse segmento, Vieira (2017) pontua que o comprometimento das mulheres com as funções e ocupações da vida reprodutiva é uma construção social pela qual o seu papel é atribuído no âmbito do cuidado, conferindo a grande parte das mulheres, a inserção em atividades profissionais relativas à maternidade. A vivência específica das mulheres no contexto da maternidade, por vezes tem como uma das consequências a anulação do desenvolvimento de projetos de vida diferentes daqueles correlatos ao seu papel de mãe, como por exemplo, projetos de vida individuais no que concerne à educação e ao trabalho, especialmente quando o amor e a responsabilidade com os filhos, compreendidos como atribuições especificamente femininas, cabem preponderantemente a elas.

Entretanto, na contemporaneidade, a maternidade não é mais o único meio pelo qual as mulheres podem se afirmar, sobretudo, porque a opção por ter filhos é confrontada por outros desejos e necessidades imperativas “é como se a criança não fosse mais a prioridade das prioridades” (BADINTER 2011, p.31). A busca pela elevação da escolaridade, maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, entre outros, corroboram para que as mulheres se dediquem, ou pelo menos se interessem por outros projetos.

Por esse prisma, consideramos importante olhar para as mulheres beneficiárias do PBF, problematizando até que ponto a maternidade para essas mulheres está subordinada às questões da esfera pública. Principalmente, porque, apesar de ter filhos não ser uma condição para tornar

as mulheres elegíveis para o Programa, todas as beneficiárias entrevistadas possuem filhos. Além disso, a ideia de que “desde que as mulheres controlam a reprodução, estudam, invadem o mercado de trabalho e reivindicam a liberdade financeira, a maternidade não é mais uma evidência natural, mas um problema” (BADINTER, 2011, p.163), pode não ser uma realidade na vida das beneficiárias do Programa.

Fazendo um recorte mais específico no contexto do PBF, conforme ressaltam Mariano e Carlotto (2009) o Programa acaba por desenvolver meios tradicionais que associam as mulheres à maternidade e as tarefas pertencentes a clássica esfera reprodutiva são reforçadas:

Ao ser incluída no PBF, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, vale dizer, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Esta, por sua vez, é percebida tão somente por meio de seus ‘papéis femininos’, que vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe, com uma identidade centrada na figura de cuidadora, especialmente das crianças e dos adolescentes, dadas as preocupações do PBF com esses grupos de idade (MARIANO; CARLOTO, 2009, p.902, grifo das autoras).

A esse respeito, as autoras ainda ressaltam que em alguns casos, o papel social de cuidadora é exercido por outra mulher no âmbito da família, como por exemplo, a tia ou a avó da criança ou adolescente, mas permanece naturalizado como sendo uma atividade feminina, o que vincula e conserva, na conjuntura do PBF, os papéis de gênero. Dentro dessa ótica, tanto a maternidade, quanto a maternagem²³, são atribuições focalizadas pelo Programa.

É importante frisar que a submissão feminina à maternidade sempre foi uma questão latente nas discussões dos estudos feministas. Concomitantemente, no âmbito das políticas públicas atuais, como o PBF, as quais podem reforçar ainda mais essa subordinação, é relevante considerar como as beneficiárias vêm vivenciando essa tradicional posição destinado às mulheres. Principalmente, porque a maternidade, bem como a maternagem, são realidades na vida das beneficiárias do Programa.

Para além da questão da maternidade, perpassa, também, de forma muito contundente pela construção das identidades femininas, nas suas relações com a educação e o trabalho, a questão racial. O Brasil é o país com a maior população negra das Américas e a segunda maior do mundo. Números expressivos os quais não podem ser desconsiderados, pois continuamos sendo um dos países mais desiguais quando se trata de oportunidades em relação a raça/cor.

²³ A maternidade é relacionada à procriação e/ou ao papel social de mãe. A maternagem é relativa ao cuidado da criança e do adolescente desempenhado por outra mulher, geralmente com vínculo de parentesco, porém sem se designar como sua mãe (MARIANO E CARLOTO, 2009).

Gonzalez (2011) buscou evidenciar, dentre outras coisas, que na seara do feminismo, a questão racial não pode ser colocada de lado ou esquecida “exatamente porque tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação” (GONZALEZ, 2011, p.13).

Especificamente sobre as mulheres, Rago (2013) ressalta que mesmo após a abolição dos escravos no Brasil, as mulheres negras prevaleceram trabalhando nos setores menos qualificados, sendo tratadas de forma desprezível e recebendo baixíssimos salários pelos serviços prestados. “Sabemos que sua condição social não se alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do trabalho livre no Brasil” (RAGO, 2013, p.582). Sobre essas questões, Gonzalez (2011) sustenta que “para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região - assim como para as ameríndias - a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial” (p.18, grifo da autora).

Considerando que grande parte das mulheres beneficiárias do PBF são pardas e negras, advindas de condições socioeconômicas num contexto de marginalidade, nos apoiamos nas contribuições da intelectual negra e feminista, Lélia Gonzalez. Militante constante da causa da mulher e do negro no Brasil, Gonzalez (1983) sempre buscou uma resposta social dentro de um feminismo afro-latino-americano, investigando novas soluções para os problemas de ordem social, política e cultural, os quais sempre relegaram os povos afrodescendentes à marginalização, chamando a atenção para a importância de se considerar o caráter multirracial e pluricultural das sociedades no contexto do feminismo latino-americano.

A dimensão racial que atravessa a vida das mulheres beneficiárias do PBF e as consequências da mesma não podem ser ignoradas, pois grande parte dessas mulheres encontra-se em situação de inferioridade, principalmente no que tange à escolarização, remuneração, oportunidades de emprego, dentre outros, em decorrência da opressão advinda do processo de discriminação racial, a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 1983, p.224).

É num contexto periférico que grande parte das beneficiárias se encontra, tendo como uma das fontes, ou a única fonte de subsistência, o benefício monetário do PBF. Mulheres em sua maioria pardas e negras, moradoras de bairros periféricos ou cidades-dormitório, pouco escolarizadas e com um número limitado de experiências profissionais ligadas a subempregos, uma realidade contemporânea que vai ao encontro da argumentação de Gonzalez (1983):

[...] é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente

porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra da família sozinha (p.231).

Para Gonzalez (1979) de maneira geral, o privilégio racial é uma particularidade relevante da sociedade brasileira, no sentido de que o branco é o principal favorecido da exploração essencialmente da população negra. No Brasil ocorre de fato uma divisão racial do trabalho; “a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada, etc...” (GONZALEZ, 1979, p.2, grifo da autora), o que colabora para as condições desfavoráveis nas áreas da educação, da sociedade, do lazer, entre outros.

Adicionalmente, Vieira (2017) chama atenção para o fato de existir um expressivo contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico com baixos salários e para o alto grau de informalidade que perpassa a vida dessas mulheres, produzindo “efeitos significativos sobre as práticas discriminatórias, retroalimentando imagens e estereótipos na manutenção de guetos ocupacionais para essa população” (VIEIRA, 2017, p.102).

É fato que as mulheres negras são as mais afetadas nas camadas mais pobres e vulneráveis. Concomitantemente, são as maiores beneficiárias do empenho de eliminação da pobreza e da fome nas últimas décadas no Brasil, especialmente a partir do ano de 2003. A busca pela elevação da escolaridade entre as mulheres, especialmente pelas mulheres negras, é parte de um conjunto de transformação mais justo e inclusivo elaborado e produzido no Brasil nos anos mais recentes, conforme documento da ONU Mulheres (2016), o qual também destaca que:

O CadÚnico evidenciou a concentração da pobreza sobre as mulheres, quando reafirmou em 2014 o percentual de mulheres chefiando domicílios que recebiam os benefícios do Programa Bolsa Família: 93%, ou quase 13 milhões de famílias. Em dezembro do mesmo ano, também confirmava que 88% de todas as famílias inscritas nos programas sociais brasileiros eram chefiadas por mulheres, sendo que, dessas famílias, 68% eram chefiadas mulheres negras (ONU MULHERES, 2016, p.24).

É nessa direção que a pesquisa em tela se apoiou e dialogou, considerando que compreender sobre a escolarização e o trabalho das beneficiárias do PBF a partir da relação existente entre raça, sexo e classe, é determinante no contexto do feminismo. Em relação, são ideologias que se configuram num sistema de opressão sobre a vida das mulheres, as inserindo num contexto de negação de direitos.

Coexistem, também, entre essas questões de forma muito contundente, a permanência da mulher preponderantemente no âmbito do trabalho doméstico²⁴ e do cuidado²⁵, ambos vinculados ao processo de escravidão. Tratam-se de atribuições sociais direcionadas às mulheres, onde a repartição do trabalho doméstico e de cuidados entre os sexos, ainda não é, nos dias atuais, uma realidade. O trabalho doméstico não é compreendido como outro qualquer trabalho pela maioria das pessoas, inclusive pelas próprias mulheres, que por vezes ignoram esse fato por não considerarem o que fazem dentro dos lares e toda a gestão da casa como um trabalho. No contexto da insistente manutenção da mulher como a principal responsável por essas funções “a configuração da esfera privada como principal local de exercício do cuidado das pessoas é acompanhada pela do trabalho específico das mulheres: o ambiente doméstico” (FOUGEYROLLAS –SCHWEBEL, 2009, p.258).

Corroborando com essa constatação, Sarti (2011) sinaliza que para além de passar, lavar, limpar, arrumar e cozinhar, o trabalho doméstico representa, juntamente com a maternidade, um fundamento essencial da identidade feminina, determinando uma maneira de ser mulher. Para essa autora, por meio do trabalho doméstico e do cuidado extremo como esse é realizado, empreendem-se valores morais essenciais dos mais vulneráveis concernentes ao espaço da casa.

Sobre essa perspectiva, Hirata (2004) ressalta que os serviços realizados pelas mulheres no âmbito do espaço doméstico são compreendidos como uma troca de “compensações afetivas, materiais, simbólicas; ou que se trata do resultado de negociações no interior do casal, o que pressupõe necessariamente interação e reciprocidade etc” (HIRATA, 2004, p.44).

Paralelamente, o trabalho doméstico não remunerado, como também o remunerado, foram configurados nas imbricações das relações sociais de sexo, de raça, e de classe. Por essa ótica, Ávila (2016) sustenta que a trajetória do emprego doméstico aponta que essa relação de trabalho tem como bases construtivas a dominação, a exploração patriarcal e racista, as quais têm relação direta e inevitável com a construção e desenvolvimento capitalista no país. Para as trabalhadoras domésticas remuneradas, o tempo do trabalho é um elemento central entre cidadania e servidão, especialmente porque “no Brasil, a configuração do emprego doméstico foi historicamente tributária da escravidão e das heranças que persistiram como elementos consti-

²⁴ Definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executados no contexto da família-domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres (FOUGEYROLLAS –SCHWEBEL, 2009, p.258).

²⁵ De acordo com Kergoat (2016) o cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros (KERGOAT, 2016, p.17).

tutivos das relações sociais” (ÁVILA, 2016, p.138). Apontando para uma trajetória de escravidão nessa relação de trabalho, onde “trabalhadores/a domésticos no Brasil, é de 6,6 milhões, dos quais esses 92,6% são mulheres. O percentual de mulheres negras é de 61% nessa ocupação” (ÁVILA, 2016, p.137).

No contexto de vida de mulheres em condição de vulnerabilidade social, como as beneficiárias do PBF, as relações sociais de raça se configuram uma perspectiva constitutiva de tal condição, considerando que:

O sentido de servidão no trabalho doméstico, ligado a uma concepção sobre as mulheres como sujeitos predispostos a uma disponibilidade permanente para servir os outros, é informado ainda por um outro sentido de servidão, que diz respeito a uma escravidão da população negra (ÁVILA, 2016, p.139).

Atrelado a isso, o trabalho doméstico remunerado realizado pelas mulheres é marcado por sua precariedade, inserindo-se num campo ainda mais amplo. Hirata (2018) destaca que “o trabalho feminino, sendo muitas vezes um trabalho informal, aumenta o caráter de precariedade do emprego feminino” (p.149). A regulação do trabalho doméstico remunerado está inserida no contexto de uma relação conflituosa de interesses contraditórios, onde a consolidação dos direitos para essa categoria perpassa pela luta por um trabalho digno e pelo acesso aos direitos trabalhistas.

No campo da legislação, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2015) o avanço da conquista de direitos das (os) trabalhadoras (es) domésticas (os) teve início em 1972, com a Lei nº 5.859, pela qual o trabalho doméstico foi reconhecido como função, além da obrigatoriedade legal da carteira profissional para a categoria. Como parte desse processo, a promulgação a CRFB/88 garantiu para as (os) trabalhadoras (es) domésticos os direitos ao SM, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias, licença maternidade, aviso prévio, aposentadoria, entre outros. Já a Emenda Constitucional nº 72, que entrou em vigor no dia 3 de abril de 2013, PEC 66/2012, medida popularmente conhecida como PEC das domésticas, viabilizou que as (os) trabalhadoras (es) domésticas (os) pudessem ter os seus benefícios assegurados de maneira mais fácil e como qualquer outro trabalhador formal. Por meio da Lei Complementar nº 150 de 2015, novos direitos às (aos) trabalhadoras (es) domésticas (os), tais como a jornada de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de horas extras e de adicional noturno e o Simples Doméstico²⁶ (eSocial) foram implementados.

²⁶ O Decreto nº 8373/2014 instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Por meio desse sistema, os empregadores passaram a comunicar ao Governo, de forma

Toda essa trajetória está inscrita num processo de luta e resistência das trabalhadoras organizadas. Conforme Hirata (2009) o trabalho doméstico remunerado estruturado na divisão sexual do trabalho, na assimetria do trabalho profissional e na divisão sexual do poder e do saber, está fundamentado na divisão sexual do trabalho doméstico. Por conseguinte, a estudiosa pondera que se essa configuração na divisão sexual do trabalho doméstico fosse modificada, se houvesse uma distribuição mais equitativa desse trabalho entre homens e mulheres, provavelmente existiria uma mudança no mundo do trabalho e na situação das trabalhadoras.

Por esse prisma, Hirata (2018) chama atenção para fato de que no contexto brasileiro as empregadas domésticas, em muitos casos, também realizam o trabalho de cuidadora. Cuidam das crianças, cuidam dos idosos, como se tudo isso fizesse parte do seu trabalho como empregada doméstica “trata-se de uma nova configuração da divisão sexual do trabalho de “care”, que ainda hoje é assumida, principalmente, pelas mulheres, tanto em casa, como nas instituições, tanto gratuitamente, como trabalho remunerado” (HIRATA, 2010, p.5).

Ainda de acordo com a autora, no tocante à centralidade do trabalho desempenhado pelas mulheres, o trabalho de cuidado em domicílio ou nas instituições se tornou muito importante socialmente, sobretudo, porque por meio dele há uma entrada significativa de mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos. Não alheio a essas ponderações, a questão do trabalho de cuidado exercido preponderantemente pelas mulheres brasileiras, na sua maioria por mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade social, como as beneficiárias do PBF, é um aspecto importante a ser considerado.

Aproximar a análise do trabalho de cuidado exercido pelas mulheres, ao trabalho das empregadas domésticas é interessante pelo fato de existir uma significativa similaridade no que concerne à raça, classe e sexo entre essas profissões e “também confirma a ideia de que tal trabalho constitui uma das múltiplas faces do trabalho precário: um trabalho mal remunerado, pouco reconhecido e pouco valorizado” (HIRATA, 2016, p.193).

Hirata (2009) sugere três indicadores do trabalho precário:

- 1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.); 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe

unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS. A implantação do eSocial busca viabilizar a garantia aos direitos previdenciários e trabalhistas, racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações, eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas, e aprimorar a qualidade das informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias.

em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário; 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego (p.26).

Inserida muitas das vezes no bojo do trabalho precário, a profissão de cuidador de idosos ainda não é regulamentada no Brasil, pois o Projeto de Lei 4.702/2012 encontra-se em fase de regularização. Diante disso, é exigido o atestado de bons antecedentes e o curso de cuidador de idosos dos contratados para trabalharem nas instituições ou nos domicílios por mais de dois dias, sendo que a contratação é realizada nos moldes do empregado doméstico, Lei 5.859/72, se configurando ilegal a realização dos trabalhos domésticos pelas (os) cuidadoras (es) (MARTINS; MELLO, 2013).

A profissão de cuidador de idosos é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (2010) que define o cuidador como alguém que “a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida” (p.781). A CBO contempla sob código 5162-10 os acompanhantes de idosos; cuidadores de idosos institucional; cuidador de pessoas idosas e dependentes; cuidador de idosos domiciliar e o gerossitter.

As dificuldades na escolha e contratação do cuidador de idosos, modalidade mais comum de cuidado, é uma decisão que pode ser por vezes equivocada. De acordo com Martins e Mello (2013) é frequente que o cuidador seja uma pessoa sem qualquer instrução, competência e motivação para desempenhar a função, podendo ser até mesmo a faxineira da casa, que passa a acumular e concentrar as funções.

Para Hirata (2016) a profissão é marcada por uma regulamentação precária do trabalhador do cuidado, ínfimo reconhecimento social da competência profissional, carência de especialização de formação profissional. Além disso, “a dificuldade do autorreconhecimento como cuidadoras, mesmo quando são desempenhadas funções de cuidado, está certamente relacionada com a formação e a formalização insuficientes do estatuto profissional” (HIRATA, 2016, p.200).

Esses breves apontamentos evidenciam como classe, raça e sexo, quando colocados em relação, incidem sobremaneira sobre a formação das identidades femininas, tornando as mulheres mais vulneráveis em relação à pobreza, ao trabalho precário, à segregação social e política, à baixa escolarização, entre outras coisas. Dessa forma, privilegiar uma discussão que tem como

ponto nodal os direitos das mulheres, em especial, direitos concernentes à educação e ao trabalho, é essencial para avançar na compreensão sobre a negação desses direitos e no que concerne a participação da mulher na esfera pública guiada pela reprodução dos espaços domésticos.

3.2 A educação como direito das mulheres

As desigualdades vivenciadas pelas mulheres ocorreram e ainda ocorrem com muita veemência e com grandes desvantagens para elas também no que concerne à educação. Mesmo após a proclamação e adesão à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948, a qual viabilizou vários avanços na busca da consolidação da educação como um direito, para muitas mulheres o acesso a esse direito ainda se configura um processo em construção. Fazendo referência a Paulo Sérgio Pinheiro, Gentili (2009) descreve sobre a dificuldade em se efetivar o que está posto em uma declaração quando se trata de pessoas que foram historicamente excluídas. Sendo necessário a criação de leis, as quais possam viabilizar a efetivação do que está declarado como direito para essas pessoas, pois os avanços são correlatos às desigualdades e as iniquidades produzidas pelo sistema educacional.

Nessa direção, ainda na perspectiva de Gentili (2009) é necessário olhar para as particularidades a fim de que a educação seja compreendida e implementada no seu sentido universal, indo na contramão do que o autor chama de “universal sem direitos”. Na sua compreensão, um dos aspectos que contribui com a expansão de um sistema educacional “universal sem direitos”, diz respeito à associação entre a pobreza e a desigualdade vivida por um número considerável de pessoas, que na maioria das vezes têm uma entrada prematura no mercado de trabalho, sofre com uma deficiente nutrição e com condições adversas de saúde, vivencia uma gravidez precoce, no caso das meninas, entre outros. Esses são fatores que associados ou não, dificultam a entrada ou permanência das pessoas expostas a uma maior condição de vulnerabilidade social nas instituições escolares e assim, também, da democratização do direito à educação.

No Brasil, somente no século XX, ocorreram os ganhos significativos no âmbito da educação das mulheres. Segundo Alves e Côrrea (2009) o aumento da urbanização associada à industrialização do país contribui com o desenvolvimento do sistema educacional no que concerne à educação das mulheres. Alinhado a isso, ainda de acordo com esses estudiosos, a partir da década de 1970 a luta mais contundente por igualdade de direitos entre mulheres e homens e o empenho das mulheres para ter acesso ao direito à educação, contribuíram, sobremaneira, para a ampliação e melhoria do sistema educacional no sentido mais amplo para as mulheres.

Seguindo esse debate, a CRFB/88 garantiu no Art. 6º o direito social à educação a todo e qualquer cidadão. Tal garantia ganha mais força e legitimidade a partir da década de 1990, quando segundo Rosemberg (2013) ocorreram importantes discussões sobre a expansão das oportunidades educacionais para as mulheres. Em nível mundial e nacional, a discussão sobre a igualdade entre os sexos foi conduzida por uma mobilização feminista a favor de uma perspectiva mais igualitária. A educação das mulheres passou a integrar a agenda da educação nacional, e nesse período, não só o Brasil, mas os demais países da América Latina aderiram à campanha “Educação para Todos” advinda de organizações internacionais, desencadeando um processo de reformas educacionais (ROSEMBERG, 2013).

Sobre o reconhecimento do direito à educação das mulheres, Alves e Corrêa (2009) descrevem que nos anos 2000, a educação inclusiva e não sexista estabelecida na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM) realizada em 2004, colaborou para que o direito à educação das mulheres fosse de fato sendo legitimado. Concomitantemente, o Primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) construído em 2004 a partir das diretrizes dessa conferência, teve com um dos objetivos promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas, e como uma das prioridades, oportunizar a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas, especialmente negras e indígenas.

Um dos objetivos gerais do II Plano de Políticas para as Mulheres (II PNPM) 2007 foi “garantir o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade [...]” (p.61), tendo ainda como uma das prioridades “ampliar o acesso e a permanência na educação de grupos específicos de mulheres com baixa escolaridade” (p.62). A busca por uma educação igualitária e sem discriminação norteou o III Plano de Políticas para as Mulheres (III PNPM) de 2013. Um dos objetivos específicos desse Plano se configurou em “promover políticas para reduzir o analfabetismo feminino, em especial entre as mulheres acima de 50 anos, negras e indígenas” (p.24).

Ainda nessa perspectiva, o Programa Nacional Mulheres Mil, construído em torno dos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de promover a inclusão social e econômica de mulheres, possibilitando a melhora do seu potencial de mão de obra das suas vidas e as das suas famílias e comunidades, foi instituído pela Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Desenvolvido para acolher mulheres que se encontram em diversos

contextos sociais de marginalização e vulnerabilidade social e incluí-las no processo educacional e no mundo do trabalho, tem como maioria das alunas, beneficiárias do PBF. Tal programa se configura, também, uma tentativa do Estado de garantir que o direito à educação das mulheres, violado historicamente, seja reparado.

Esses breves apontamentos mostram um esforço para construir políticas públicas que alterem as desigualdades enfrentadas pelas mulheres para acessar o direito à educação, em particular pelas mulheres em condição de vulnerabilidade social, como por exemplo, as beneficiárias do PBF.

Nesse segmento, mesmo com a diminuição da desigualdade educacional entre homens e mulheres, conforme apontam (ALVES, CORRÊA, 2009; ROSEMBERG, 2013; ABREU et al., 2016), é preciso considerar que muitas mulheres ainda não acessam a educação devido às dificuldades de ordem estrutural econômica, ou por fatores que perpassam as questões de sexo, cor e raça. Dito de outra forma, a segregação e a exclusão ainda persistem na vida das mulheres, especialmente daquelas em condições de vulnerabilidade social.

Segundo a pesquisa Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres do IBGE (2018) na desagregação por cor ou raça, a taxa de frequência escolar mínima ajustada ao ensino médio, nas idades entre 15 e 17 anos, mostra uma taxa de 80,1% para as mulheres brancas e 69,3% para as mulheres pretas e pardas. Isso significa que 30,7% das mulheres pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade apresentaram atraso escolar em relação ao ensino médio, face a 19,9% das mulheres brancas. Traçando uma comparação no quesito gênero e cor ou raça, o atraso escolar das mulheres pretas ou pardas (30,7%) é menor do registrado em relação aos homens pretos ou pardos (42,7%).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua-Educação do ano de 2018, 38,4% das mulheres brasileiras acima de 25 anos não possuem instrução ou possuem o ensino fundamental incompleto, 28,4% das mulheres acima de 25 anos no Brasil não trabalham, não estudam e nem se qualificam. Em relação à taxa de escolarização, somente 5,1% das mulheres acima de 25 anos estão estudando. O analfabetismo atinge 7,9% das mulheres entre 25 e 40 anos, 11,2% entre 40 e 60 anos e 19,1% nas mulheres acima de 60 anos.

É notório que nos dias atuais as diferenças entre o acesso à educação no que concerne ao sexo permanece contundente. Temos como exemplo o acesso das mulheres pretas às políticas educacionais. Os dados da PNAD - Contínua-Educação do ano de 2018 mostram que as desigualdades são persistentes. A referida pesquisa aponta que o desinteresse de estudar é maior

entre os homens (25,3%), do que entre as mulheres (16,0%). Contudo, mesmo sendo mais interessadas em estudar, as mulheres sofrem mais com a falta de recursos (13,0% frente a 9,2% dos homens). Isso evidencia o quanto as barreiras econômicas podem influenciar decisivamente nas pretensões educacionais de boa parte das mulheres brasileiras.

Diante do que foi argumentado e dos dados apresentados, observamos que um quadro de vulnerabilidade atinge sobremaneira as mulheres, as quais historicamente foram privadas do acesso aos direitos primordiais como o direito à educação. A persistente pobreza e a desigualdade vivenciadas por milhares de mulheres brasileiras, atrelada à segregação desses sujeitos são entraves que não nos permite falar sobre a garantia do direito à educação de forma universal para as mulheres em condições de vulnerabilidade social, entre estas temos um número bastante significativo de titulares do PBF. Obviamente houve grandes avanços na proteção à mulher nas últimas décadas, mas muitas ainda vivem em condições adversas e sem oportunidades de ascensão social, sobretudo, pelo fato de terem tido negado o direito à educação.

Isso posto, dialogamos sobre a educação das mulheres beneficiárias, à luz da compreensão de Saviani (2011) de que “a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana” (p.11). Ademais, a educação possui caráter mediador:

Afirmar que a educação é mediação significa admitir que o que se passa em seu interior não se explica por si mesmo, mas ganha este ou aquele sentido, produz este ou aquele efeito social dependendo das forças sociais que nela atuam e com as quais ela se vincula (SAVIANI, 2011, p.45).

A educação nessa perspectiva é mediadora das práticas sociais, onde os sujeitos fazem parte do processo de construção e desenvolvimento das relações sociais, sendo, também, um elemento determinante dessas relações, podendo modificá-las. O campo de reflexão sobre a educação das mulheres beneficiárias do PBF apoia-se, também, na obra de Rego e Pinzani (2013) a qual aponta que o movimento feminista desvelou sobre a deficitária participação democrática da mulher ao pontuar que não é prioridade da educação feminina uma formação democrática e republicana. Contraditoriamente, busca uma formação inócua no âmbito da democracia, se dedicando a valorizar a reprodução de sujeitos nos espaços privados.

A educação para as mulheres sempre esteve vinculada às máximas da vida privada e doméstica, sendo que, o mais agravante nessa educação não emancipatória, ocorre quando ela se amplia para a vida pública. Ou seja, mesmo que as mulheres alcancem algum nível de participação democrática, elas padecem das normatizações aprendidas no âmbito privado. Para esses

autores “como mulheres, sua educação sempre se pautou normativamente para a vida privada e doméstica; ainda mais que isso, esse *pathos* se projeta para a vida pública” (REGO; PINZANI, 2013, p.51, grifo dos autores). Nas palavras desses estudiosos:

[...] a experiência das mulheres na vida pública carrega na grande maioria das vezes a dificuldade de utilizar suas capacidades humanas argumentativas e persuasivas. Esse déficit de capacidade funcional tem origem na vida privada resultante da dominação e exploração a que são submetidas. Um dos mais gritantes impedimentos, observado por vários autores, deita raízes na impossibilidade histórica das mulheres desenvolverem “habilidades retóricas”, condição fundamental para participar plenamente da vida pública (REGO; PINZANI, 2013, p.53, grifo dos autores).

Ainda na dimensão teórica, considerando as particularidades dos sujeitos da pesquisa, nos orientamos a partir das contribuições Gadotti (2014) de que a educação popular tem na educação de jovens e de adultos sua concepção mais significativa. Para tanto, olhar para as experiências de escolarização das mulheres beneficiárias a partir da educação popular nos parece adequado, baseados, sobretudo, no que Gadotti (2014) defini:

O termo “popular” pode ser entendido como tudo aquilo que atende às necessidades populares, às demandas dos excluídos. Tem a ver com o quantitativo – que atende a todos – e com o qualitativo, uma certa concepção de Educação. Entendemos o “popular” da Educação na perspectiva da emancipação, da transformação. Seria, então, tudo o que se realiza na perspectiva da transformação, da libertação, da conscientização [...] com base nessa visão de mundo em transformação, eles propõem lutas e metodologias que visam mudar a situação de miséria vivida pelo povo (p.26).

Ainda nos termos do autor “a Educação é um direito que não prescreve aos 14 anos. Não priorizar a Educação de Jovens e de Adultos é penalizar duplamente os analfabetos” (GADOTTI, 2014, p. 15). Desse modo, olhar para a educação das mulheres beneficiárias do PBF é considerar que:

Educar para um país sem miséria é educar, sobretudo os que mais necessitam da Educação, aqueles e aquelas que tiveram seu direito à Educação duplamente negado: primeiro ao não poderem, quando crianças, frequentar a escola e, depois, quando adultos, ao lhes ser negado, mais uma vez, o acesso à Educação (GADOTTI, 2014, p.13).

Destarte, nos propomos a analisar as experiências de escolarização das beneficiárias do PBF, a partir da educação popular preponderantemente nos remetendo a EJA, especialmente pelo número expressivo de mulheres em salas de aula e, também, devido ao caráter heterogêneo dessa modalidade. Por conseguinte, na perspectiva de Arroyo (2005) muitos dos alunos da EJA estão privados de garantias que deveriam vir da escolarização, são ameaçados pelos baixos

índices escolares e pelo analfabetismo. Existe, segundo o autor, um expressivo número de sujeitos que estão à margem do direito à educação, estão despojados das representações que a escolarização precisaria assegurar. Sendo que:

O analfabetismo e os baixos índices de escolarização da população jovem e adulta popular são um gravíssimo indicador de estarmos longe da garantia universal do direito à educação para todos. Colocamo-nos nessa perspectiva é um avanço em relação às velhas políticas de suplência” (ARROYO, 2005, p.23).

Reforçando essas fundamentações, Godinho, Brandão e Noronha (2017) descrevem sobre como a suplantação do antigo supletivo pela EJA, como modalidade de educação básica, torna-a um campo específico da educação pública. Para as autoras, a escolarização de jovens e adultos redescobriu princípios nobres do ensino popular, como a valorização de saberes e experiências dos estudantes dentro e fora do ambiente escolar.

A complexidade de sujeitos na EJA e suas experiências no ambiente não escolar, lança um olhar criterioso para as mulheres. Para muitas delas foi negado ao longo dos tempos vários direitos como, o direito de acesso à educação, corroborando para analisar o contexto das experiências das mulheres do PBF, uma vez que as alunas da EJA são, na grande maioria, beneficiárias do Programa. A esse respeito, Arroyo (2005) aponta que “um novo olhar deverá ser construído, que os reconheça como jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos” (p.23).

Ainda na perspectiva de Arroyo (2005) a EJA vem construindo conjunturas importantes e propícias para se conformar e se caracterizar como um campo próprio de políticas públicas, de formação de educadores, de elaboração de teoria própria e de mediações pedagógicas. Para isso, é necessário que a conformação dessa modalidade saia de uma perspectiva preventiva e moralizante, considerando:

[...] os jovens-adultos e os ver com seu protagonismo positivo: sujeitos de direitos e sujeitos de deveres do Estado. Aí poderá se configurar como política pública, como dever de Estado. As possibilidades de reconfigurar esse direito à educação passam por aí: por avançarmos em uma visão positiva dos jovens e adultos populares, por reconhecê-los como sujeitos de direitos (ARROYO, 2005, p.26).

Destarte, pensar a educação popular para as beneficiárias é interessante pelo fato dessa abordagem permitir, sobretudo, um olhar para o contexto social e pessoal dessas mulheres excluídas do direito à educação por diferentes motivos. Assim, essa prática educativa é requerida “como estratégia formativa que orienta a ação transformadora” (GUEVARA, 2006, p.216).

Uma educação que parte da vida concreta do sujeito e considera suas experiências na busca da sua emancipação em direção a uma vida mais digna, permitindo ao mesmo:

[...] reconhecer-se como sujeito capaz de provocar mudanças. O crescimento em autonomia e identidade, assim como a confiança em que é possível impulsionar processos de transformação da realidade [...] (GUEVARA, 2006, p.216).

Entendemos que o PBF é uma experiência educativa não escolar de mulheres jovens e adultas com baixa escolaridade. Para tanto, olhar para a educação das beneficiárias do Programa pelas lentes da educação popular, é considerar que independente se essas mulheres estão ou não inseridas na educação de jovens e adultos, elas são demanda potencial dessa modalidade. Outro aspecto fundamental no campo da reflexão sobre os direitos das mulheres, está centrado no direito ao trabalho.

3.3 O trabalho como direito das mulheres

Por longos períodos um grande contingente de mulheres ocupou um lugar secundário na sociedade, apartadas da participação social e política. No decorrer da história, a negação do direito ao trabalho às mulheres está fundamentada na cultura do patriarcalismo, sob o argumento de que as mulheres não necessitam ter autonomia financeira, intelectual, cultural, entre outros, devendo assim permanecer em conformidade com a tutela dos homens. Sobre essa questão, Nicknich (2016) aponta que:

A cultura do patriarcalismo desvirtua a construção social do direito social ao trabalho, da participação política, econômica e jurídica e do poder, além de instituir duas situações: uma, visível, que é a chamada igualdade dos gêneros perante a lei; e a outra, invisível, que é a efetiva desigualdade. Nesta se reconhece um conjunto de valores, de crenças e de atitudes, de forma que paira o senso comum de que determinado grupo humano - o dos homens - é legitimado como mais capaz e dotado de superior inteligência e habilidade para o trabalho em detrimento do grupo das mulheres (p.197).

Ainda de acordo com a autora, o cenário de desigualdades vivenciado pelas mulheres na contemporaneidade é, sobretudo, resultado de condições históricas de padrões e condutas patriarcais baseadas na diferença entre os sexos e na dominação de um gênero sobre o outro, o que contribui para que prepondere um grande hiato entre o direito legal e o direito social de acesso ao trabalho pelas mulheres. Atrelado a essa constatação, em se tratando de mulheres brasileiras, como por exemplo, as beneficiárias do PBF, a situação de vulnerabilidade e exclusão social vivenciada por elas, se configura em uma condição social que por vezes impossibilita o acesso do direito ao trabalho.

Pensar em mudança de mentalidade numa sociedade patriarcal requer importantes transformações e uma dessas significativas mudanças se dá no âmbito da lei. No Brasil, as discussões sobre os aspectos sociais e econômicos referentes ao trabalho das mulheres passam a ser mais contundentes a partir da década de 1970, devido ao processo da luta pela emancipação da mulher, a maior atuação dos movimentos sociais, as transformações econômicas, culturais, sociais, entre outras, as quais contribuíram para que mudanças significativas ocorressem na vida das mulheres, na contramão de um discurso conservador que prescrevia a mulher como sendo naturalmente uma figura destinada ao espaço privado (NICKNICH, 2016).

Nesse sentido, os avanços e conquistas feministas que já viam sendo construídos por meio dos conselhos e movimentos sociais ganham mais respaldo especialmente com a promulgação da CRFB/88, pela qual o acesso aos direitos humanos passa a ser garantido e a questão da igualdade entre homens e mulheres ganha destaque e respaldo na forma de lei. De acordo com Pitanguy e Miranda (2006):

A Constituição Federal de 1988 simboliza um marco fundamental na instituição da cidadania e dos direitos humanos das mulheres no Brasil. O texto constitucional inaugura os princípios democráticos e rompe com o regime autoritário militar instalado em 1964. Pela primeira vez na história constitucional brasileira, consagra-se a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental. O princípio da igualdade entre os gêneros é endossado no âmbito da família, quando o texto estabelece que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelos homens e pelas mulheres (p.23).

Na busca pela reversão de um cenário cristalizado pela pouca visibilidade das mulheres nos espaços públicos, o Estado é reivindicado a elaborar políticas públicas capazes de combater práticas assimétricas entre homens e mulheres, as quais promovam um elo entre as transformações no âmbito legal e social no que concerne à igualdade no mundo do trabalho.

Nas décadas de 1980 e 1990, por meio de normas e leis infraconstitucionais, buscou-se a regulamentação e a promoção dos direitos individuais²⁷ e sociais garantidos na Constituição. Nesse contexto, são criados mecanismos institucionais destinados à promoção da igualdade de gênero e legitimação dos direitos das mulheres. A criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) em 2003, representou uma importante conquista em direção a valorização e inclusão da mulher no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Brasil, uma vez que a SNPM “tem como principal objetivo promover a igualdade

²⁷ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (BRASIL, 2003).

Ainda nos anos 2000, segundo Alves e Corrêa (2009) a I CNPM realizada em 2004, estabeleceu por meio do I PNPM, quatro importantes eixos estratégicos referentes aos direitos das mulheres, entre eles, a igualdade no mundo do trabalho. No ano de 2007, a II CNPM afirmou por meio do II PNPM 11 eixos de atuação prioritária, sendo que o primeiro eixo se refere à autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social.

Em 2011, a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirmou por meio do Plano de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (2013) a importância da continuidade das políticas de autonomia das mulheres e traçou ações²⁸ voltadas para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em profissões não tradicionais com o objetivo de diminuir a diferença dos rendimentos. Destaca-se que uma das metas do Plano é:

Garantir que no mínimo a metade dos beneficiários do Bolsa-Formação Inclusão Produtiva para beneficiárias do Bolsa-Família, no âmbito do PRONATEC, sejam mulheres (PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (2013-2015), 2013, p.15).

Na perspectiva legal, o direito ao trabalho pelas mulheres é positivado na CRFB/88 por intermédio de leis e da criação de políticas públicas. No entanto, as condições reais de acesso das mulheres ao trabalho não se materializaram para todas da mesma maneira e o direito ao trabalho é correlato às dificuldades experimentadas por elas. Entre os impedimentos, temos a insistente atribuição dos papéis relacionados à esfera privada somente às mulheres. Conforme Nicknich (2016) o acesso ao direito ao trabalho por parte das mulheres é tratado, na maioria das vezes, como assunto de mulheres e mais precisamente de feministas, ou ainda, concernente com certas profissões compreendidas como exclusivamente femininas tais como, empregada doméstica, babá, manicure, cozinheira, enfermeira, sobretudo, atribuições relacionadas à função do cuidado. Acrescenta Kergoat (2016):

[...] ao trabalho do cuidado, é indispensável observar que essa dignidade recuperada não oblitera o fato de que se trata - também - de trabalho não qualificado, mal pago,

²⁸ Os objetivos específicos dessas ações são: I. Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos; II. Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente das em situação de vulnerabilidade social; III. Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição das mulheres do campo, da floresta, mulheres indígenas, das comunidades tradicionais e das mulheres com deficiência para o desenvolvimento econômico do país; IV. Promover políticas que visem o compartilhamento das responsabilidades domésticas e que contribuam para a superação da divisão sexual do trabalho; V. Ampliar a formalização do trabalho das mulheres e a garantia de direitos. (PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (2013-2015), 2013).

não reconhecido, e que as mulheres normalmente não têm opção de escolher fazê-lo ou não (p.19, grifo da autora).

Nessa direção, é relevante considerar até que ponto o direito ao trabalho pelas mulheres está permeado pela discriminação e pela desigualdade. Dados do IBGE do ano de 2017, por meio da Síntese dos Indicadores Sociais mostram que mesmo com os crescentes avanços nas áreas sociais nos últimos anos no Brasil, a desigualdade entre homens e mulheres se mantém. Em relação a estrutura produtiva nacional a desigualdade entre homens e mulheres permanece. Os dados de 2017 mostram que entre os trabalhadores domésticos, 6,3 milhões, correspondente a 6,8% dos ocupados, a grande maioria é constituída de mulheres (5,8 milhões ante a 475 mil homens).

Em relação aos rendimentos, em 2017 os homens ganhavam em média 29,7% a mais do que as mulheres. Os rendimentos médios das mulheres alcançaram 77,1% dos homens em 2017, sendo que as mulheres formais ganham 77,5% dos homens formais. O rendimento médio dos homens no mesmo ano era de 2261,00 reais, frente a 1743,00 reais das mulheres. A taxa de participação das mulheres em todos os níveis de instrução ficou bem aquém dos homens no referido ano, sendo 72,5% dos homens e 52,7% das mulheres. A taxa de desocupação entre as mulheres foi maior do que para os homens, no ano de 2017, 14,6% para o sexo feminino e 10,9% para o masculino.

As mulheres também lideram os números da subutilização do trabalho. Elas representam 43,4% da população ocupada, mas 53,6% da população subocupada por insuficiência de horas²⁹. Os homens representam 56,6% da população ocupada e 46,4% da população subocupada por insuficiência de horas. Em relação a força de trabalho potencial, 20,7% das mulheres afirmaram não terem tomado providência para conseguir uma ocupação por ter que cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes. O mesmo motivo representou a resposta de 1,1% dos homens, como mostra os dados da PNAD contínua, ano de 2017.

Sobre o trabalho informal, as maiores taxas de informalidade entre as mulheres ocorrem nas atividades de serviços domésticos (71,2%) e agropecuária (75,5%). Em números absolutos os percentuais entre homens e mulheres são praticamente iguais, 40,8% das pessoas ocupadas

²⁹ Pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas: São as pessoas que, na semana de referência, atendem as quatro condições: 1. têm 14 anos ou mais de idade; 2. trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; 3. gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; 4. e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (ftp://ftp.ibge.gov.br/.../pnadc_201201_201801_trimestre_novos_indicadores.pdf).

em trabalhos informais são homens e 40,7% são mulheres. Em relação aos rendimentos informais, as mulheres informais ganham 73% dos rendimentos dos homens que trabalham informalmente e entre mulheres, a proporção de formal/informal nos mostra que as informais ganham 46,5% dos rendimentos das mulheres que trabalham formalmente.

Em vista disso, percebe-se que todo o movimento em prol da conquista do direito ao trabalho pelas mulheres necessita ser legitimado, especialmente para as mulheres mais vulneráveis socialmente. A implementação de políticas públicas que possam possibilitar que mulheres em condição de miséria ou extrema pobreza acessem o direito ao trabalho, tem se mostrado insuficiente. Nesse sentido, uma política de renda mínima, como o PBF, na qual a mulher é uma figura proeminente, pode ser uma base para que as mulheres beneficiárias acessem aos direitos, nesse caso o direito ao trabalho.

Assim, consideramos que as referências teóricas fundamentais para dialogarmos sobre o trabalho das mulheres beneficiárias do PBF, para além do trabalho como prática social permeado por relações sociais, considera que a relação social de classe é indissociável da relação social de sexo. O referencial teórico do estudo apoia-se no campo de Trabalho e Gênero para contemplar, também, a discussão sobre a relação social de sexo. A concepção de trabalho é dada a partir da reflexão feminista materialista “o trabalho como produção do viver em sociedade” (KERGOAT, 2016, p.21) e não somente como a produção material. Acrescenta Hirata (2018) que “para o feminismo materialista o trabalho é central em sua materialidade e enquanto prática social” (p.15).

A partir do conceito de consubstancialidade³⁰, Kergoat (2016) descreve o trabalho como uma relação social e não uma categoria. Nessa perspectiva, consideramos que “uma relação social é uma tensão em torno da qual se criam grupos (eles não estão dados de início), enquanto uma categoria é apenas um marcador descritivo” (KERGOAT, 2016, p.20). O trabalho como uma prática social é atravessado por relações sociais de classe, raça e relações sociais de sexo, na conexão estabelecida entre elas. Assim, é importante pensar sobre sexo, classe e raça não só no sentido de mesclar essas categorias, mas a partir das relações sociais que as criam.

³⁰ Conceito desenvolvido por Kergoat (1970) a fim de “articular” sexo e classe. Convida a pensar o mesmo e o diferente em um só movimento: 1) não obstante sejam distintas as relações sociais têm propriedades comuns- daí o emprego do conceito marxiano da relação social com seu conteúdo dialético e materialista, para pensar também o sexo e a raça; 2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser entendidas separadamente, sob o risco de serem reificadas (KERGOAT, 2016, p.20).

O feminismo materialista se importa pelas “relações de poder, pelas relações de exploração, opressão, dominação entre homens e mulheres” (HIRATA, 2018, p.14), ou seja, considera que a condição das mulheres não é justificada com base somente no econômico ou na classe, mas pela correlação entre o sexo, classe social e raça.

Entendemos que para pensar sobre o trabalho das mulheres na conjuntura do PBF, o gênero interessa na perspectiva do feminismo materialista, pois os desdobramentos do que é ser mulher se mantêm ou se aprofundam enquanto o que é ser mulher trabalhadora. Kergoat (2016) chama atenção exatamente nesse sentido, quando descreve que “para apreender as práticas sociais das trabalhadoras, era necessário, portanto, não apenas convocar as relações sociais de sexo e as relações sociais de classe, mas colocá-las em relação” (p.20).

Para Hirata (2018) a divisão sexual do trabalho é um ponto central no feminismo materialista, a qual contempla o lugar das mulheres também na produção e na reprodução social e se apresenta implícita à divisão sexual do poder e do saber. Desse modo, a leitura dos dados deste estudo considera que todas as experiências de trabalho das mulheres beneficiárias são perpassadas pelo imbricamento dessas relações e não apenas pelas condições econômicas desfavoráveis que perpassam suas vidas.

Argumenta Kergoat (1997) que a divisão sexual do trabalho hierarquiza as atividades, justifica o poder que os homens exercem sobre as mulheres, sendo indissociável das relações sociais. São relações antagônicas, estruturantes da totalidade do campo social. Em consonância com essa argumentação, Hirata (2003) pontua que o “trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e se articulam” (p.67). Nesse debate, as relações sociais de sexo sempre se desenvolveram sob a ótica de opressão das mulheres, tendo como base uma visão hierárquica dos homens sobre as mesmas. Tais relações são pautadas por práticas sociais e não por condutas regulamentadas biologicamente, ou seja, naturalizadas. Para as mulheres há um agravante: elas nunca se veem somente como mulheres, mas como trabalhadoras, como mães, entre outras atribuições sociais.

Sobre a argumentação da divisão sexual do trabalho, para Hirata e Kergoat (2007) tal divisão é compreendida como primazia para manutenção da relação social entre os sexos, formatada histórica e socialmente, caracterizada pelo que é designado ao homem como sendo prioritariamente à esfera produtiva e as mulheres como esfera à reprodutiva. A divisão sexual do trabalho é uma “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Assim, de acordo com essas autoras, a divisão sexual do trabalho é organizada a partir de dois princípios, o que diz existir trabalhos diferentes para homens e para mulheres, o princípio da separação e o que designa o trabalho realizado por um homem como sendo mais valoroso do que o trabalho realizado por uma mulher, o princípio da hierarquização. As desigualdades expressas no mundo do trabalho para as mulheres na realidade social são fortemente atravessadas pelo gênero, bem como pelas relações sociais de classe e raça.

Adicionalmente, a discussão proposta também passa pela questão do aumento do acesso de mulheres ao trabalho. A partir das considerações de Hirata (2009) esse aumento quer seja no setor formal ou informal, esteve sempre seguido pela ampliação da sua precarização e vulnerabilidade. As mulheres ocupam a maior parte dos trabalhos precários e estão inseridas num sistema caracterizado pela dinâmica da exclusão.

Paralelo a essas constatações, Lavinias, Cordilha e Cruz (2016) mostram que uma maior inserção de mulheres no mercado de trabalho pode estar ocorrendo devido a substituição pela mão de obra mais barata, uma vez que, as mulheres seguem recebendo, de modo geral, menores valores. Enfatizam também, que a mão de obra feminina permanece concentrada nos serviços e comércio, em empregos informais precarizados e sem proteção trabalhista.

Dentro desse contexto, o desemprego e a precarização do trabalho decorrentes das transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas afetam, sobremaneira, as mulheres das classes populares. Desse modo, entendemos que a relação entre a histórica negação do direito ao trabalho e a condição de pobreza e extrema pobreza das beneficiárias do PBF é fundamental para compreender, a partir das suas experiências, as condições objetivas de existência dessas mulheres e problematizar o seu reconhecimento como sujeitos de direitos.

4 EDUCAÇÃO E TRABALHO COMO DIREITOS: O QUE DIZEM AS EXPERIÊNCIAS DAS BENEFICIÁRIAS

Este capítulo expõe por meio das experiências de escolarização e de trabalho das mulheres beneficiárias do PBF entrevistadas, uma análise apoiada nas falas dessas mulheres em diálogo com a teoria que orienta este estudo. Os objetivos da pesquisa são contemplados por meio da análise das experiências das beneficiárias aqui descritas, as quais revelam uma trajetória de negação de direitos para elas, não só no que concerne à educação e ao trabalho como também nas demais áreas de suas vidas. Inicialmente, relatamos um pouco das observações participantes no cotidiano do CRAS e como foram realizadas as entrevistas com as beneficiárias. Em seguida, em quatro subcapítulos, apresentamos a caracterização sociodemográfica das 12 entrevistadas, bem como uma breve apresentação de cada beneficiária. E também as análises e as problematizações dos dados recolhidos nas entrevistas semiestruturadas concernentes ao direito à educação, ao trabalho e relativo ao PBF.

4.1 O cotidiano no campo de pesquisa

Em 11 de setembro de 2017, dia da primeira visita ao CRAS, fui recebida por uma das técnicas da equipe. A unidade funciona em uma casa alugada pela prefeitura em um bairro da regional Sede do município de Ribeirão das Neves, o que indica uma fragilidade dessa política pública, uma vez que o espaço está sujeito a mudanças de endereço, assim como não pode ser ampliado ou alterado pelo locatário.

Durante nossa conversa informal, especificamente sobre as beneficiárias do PBF, a técnica relatou que “grande parte dessas mulheres acompanhadas no CRAS não trabalha e não quer trabalhar, é muito jovem, possui muitos filhos e está no perfil de renda zero” (sic). O ponto mais alto do diálogo se deu quando a profissional expôs não entender qual é o papel do PBF, pois o mesmo não viabiliza nenhum tipo de mobilidade para as famílias, principalmente para as mulheres. Sendo também enfática em dizer que não percebe nenhum movimento das mulheres em direção a uma possível mobilidade social. Disse ainda que quando os homens procuram o CRAS para fazer o CadÚnico, na maioria das vezes eles têm como objetivo receber o BPC.

É importante ressaltar que nessa conversa a técnica trabalhadora do sistema de proteção social básica, disse não compreender sobre o objetivo do PBF no sentido de inclusão social e mudanças, especialmente para as mulheres. Tal argumento reforça ainda mais a necessidade de estudos como este, os quais buscam compreender os limites e contribuições do Programa no

contexto de vida das beneficiárias. Além disso, a afirmação da técnica de que as mulheres beneficiárias não querem trabalhar, pode também reforçar a argumentação de Silva (2016, p.98) de que “há inclusive entre os gestores do BF, uma concepção liberal-conservadora que dissemina a perspectiva ideológica de que programas como o BF desestimulam o trabalho [...]”.

Desde o mês de setembro de 2017, tentei por várias vezes agendar uma data com a coordenadora do CRAS, mas devido às complicações de saúde vivenciadas por ela enfrentei algumas dificuldades para concretizar minha entrada no campo da pesquisa. No dia 14 de dezembro, em contato telefônico com uma das técnicas, fui informada que a coordenadora responsável não estava mais trabalhando no equipamento. Além disso, devido às fortes chuvas que atingiram drasticamente o município no final do mês de novembro e início de dezembro do referido ano, o trabalho realizado pela assistência social aumentou consideravelmente, gerando maior demanda para o CRAS. Diante disso, comunicaram-me para aguardar até o início do mês de janeiro de 2018.

No dia 04 de janeiro encaminhei um e-mail para a secretaria do CRAS na intenção de agendar uma possível data para acertar sobre o início das observações participantes. Como resposta disseram que desde o último contato realizado, já haviam passado cinco coordenadores diferentes pelo CRAS, mas que uma psicóloga havia assumido a coordenação do equipamento. Entretanto, a atual coordenação necessitava de um tempo para organizar o trabalho acumulado, e por esse motivo, posteriormente, entraria em contato. No dia 13 de fevereiro, recebi um e-mail da secretaria agendando uma reunião com a nova coordenadora para o dia 16 de fevereiro, na parte da manhã.

Na data marcada, cheguei ao CRAS por volta das 09h:00min e permaneci na recepção, local onde oito usuários (sete mulheres e um homem) aguardavam atendimento. Às 10h:40min, a coordenadora convidou-me para entrar e nossa conversa foi rápida. Expliquei sobre o projeto e ela me disse que estava à disposição para colaborar no que precisasse para o desenvolvimento da pesquisa, pois entendia que esse tipo de estudo é muito importante, mas que no momento não havia nenhum grupo de convivência com beneficiárias do PBF, no qual poderíamos realizar a pesquisa. Entretanto, ficou agendada uma primeira observação participante para o dia 08 de março, a qual foi remarcada pela coordenação para o dia seguinte.

Cheguei ao CRAS no dia 09 de março às 12h:30min e alguns usuários já aguardavam o atendimento (três mulheres e um homem). Às 13h:00min a coordenadora se apresentou para os usuários, explicou sobre os serviços ofertados pelo equipamento e em seguida distribuiu três senhas para atendimento do CadÚnico, pois o atendimento do homem que aguardava se tratava de uma demanda espontânea para a assistente social. Fui informada por uma das técnicas, que

todos os dias são distribuídas 10 senhas para atendimento do CadÚnico, cinco no período manhã e cinco no período da tarde.

Na recepção, iniciei uma conversa com uma jovem mulher, a quem chamamos de Patrícia, grávida de sete meses do segundo filho, relatou ter ido ao CRAS atualizar seus dados junto ao CadÚnico pelo fato de estar separada do marido, necessitando assim, receber o benefício do PBF novamente. A maior parte da conversa se deu em torno de questões relativas à gravidez e a criação de filhos. Patrícia relatou sua alegria por estar grávida novamente e destacou com muito orgulho o fato de ter tido o seu primeiro filho via parto normal e sem anestesia. Contou da sua experiência no hospital no dia do parto e disse não entender porque as mulheres reclamam tanto da maternidade pública, pois foi muito bem assistida. Quando busquei conversar um pouco sobre educação e trabalho, Patrícia me pareceu um pouco receosa, mas disse que terminou o ensino médio, que nunca trabalhou e que não seria agora que iria trabalhar, pois ninguém emprega mulher grávida.

Acompanhei o atendimento do técnico à usuária para a atualização dos dados no CadÚnico e pude observar que Patrícia foi bem direta nas repostas, reafirmando sobre a necessidade de receber o benefício do Programa, pois estava sozinha, sem receber a pensão do filho, passando necessidade em relação a comida, morando com a ex-sogra e que agora não pode trabalhar. Atualizado os dados, a técnica orientou que em até três meses após a data daquele dia, Patrícia receberia uma carta informando-a sobre a nova inclusão para o recebimento do benefício. Por se tratar de uma usuária com renda zero, a mesma foi encaminhada para o atendimento individual com uma técnica, o qual também acompanhei. Nesse atendimento, a técnica a instruiu sobre o direito do seu filho à pensão alimentícia, independente do benefício do PBF, orientando-a a procurar a defensoria pública. Entretanto, a beneficiária disse ter conhecimento sobre esse direito, mas não estava disposta a mexer com isso no momento. Assim, a técnica a incluiu na lista para recebimento da “Cesta Verde”, a qual já seria entregue no dia 19 do referido mês.

De maneira geral, em relação as minhas visitas ao CRAS, mesmo nos dias os quais não realizei observações diretas, identifiquei que a maior parte das demandas dos usuários diz respeito a atualização dos dados junto ao CadÚnico, sobretudo, com o objetivo de reativar o benefício do PBF, sendo uma procura preponderantemente das mulheres. Tal constatação reforça os argumentos já apontados no que concerne à relevância do CadÚnico e do PBF no âmbito da PNA e do papel da mulher nessa conjuntura.

No dia 19 de abril, a convite da coordenadora realizei uma observação participante no segundo encontro do Grupo de Mulheres Beneficiárias do PBF, o qual tinha como cerne o protagonismo feminino, cujas atividades haviam iniciado no referido mês. Inicialmente, a coordenadora me apresentou para as participantes do grupo e destacou sobre a importância de uma pesquisa como esta, especialmente no sentido de apontar possíveis melhorias para o PBF. Em seguida, fiz uma breve explicação sobre a pesquisa em tela, para que todas compreendessem o objetivo do estudo e o motivo da minha presença naquele grupo.

Os trabalhos no grupo foram coordenados por duas assistentes sociais técnicas do CRAS e duas estagiárias do Serviço Social. Contou com a participação de seis beneficiárias do PBF e uma adolescente, filha de uma das mulheres beneficiárias. Nesse dia, a discussão foi norteadada pela questão do direito à pensão alimentícia, pois essa demanda tem sido recorrente nos atendimentos realizados no CRAS. Após conversa sobre o direito à pensão alimentícia e apontamentos jurídicos que legitimam esse direito, foi realizada uma dinâmica com o propósito de mostrar para as mulheres que para além dos alimentos, as pessoas precisam de outros bens materiais. No caso das crianças e adolescentes, brinquedos, roupas, entre outros, justificando a necessidade dos mesmos acessarem o direito à pensão.

Dando continuidade, aproveitei o momento do lanche e convidei a todas as mulheres a participarem da pesquisa, me concedendo uma entrevista para conversarmos um pouco sobre educação, trabalho e também sobre o PBF. Rapidamente duas beneficiárias se dispuseram a participar da pesquisa, mas realizei apenas uma entrevista devido ao horário, pois uma das mulheres precisou buscar a filha na escola. Porém, ela mesma pontuou que gostaria muito de ser a próxima entrevistada no encontro seguinte.

Dessa maneira, após explicar de forma mais específica sobre a pesquisa, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - (Anexo A) realizei a primeira entrevista com uma beneficiária do PBF. A entrevista foi realizada em uma das salas do CRAS disponibilizada pela coordenação.

No dia 03 de maio de 2018 participei do terceiro encontro do Grupo das Beneficiárias do PBF. Na ocasião, participaram quatro beneficiárias, sendo duas novas no grupo; duas adolescentes e uma jovem, filhas de duas beneficiárias distintas. O grupo foi coordenado por uma assistente social e duas estagiárias do Serviço Social. A discussão ainda se deu em torno da questão da pensão alimentícia, dando ênfase à necessidade de respeitar os direitos dos filhos, que para além da questão financeira, têm o direito de conviver com os pais. Tal discussão proposta foi necessária, pois as mães das adolescentes e da jovem não aceitavam o contato dos pais com as filhas, devido a questões não resolvidas entre eles como casais. Contudo, as adolescentes

e a jovem expressavam o desejo de conviver com os pais, deixando claro que as mães estavam dificultando esse convívio. Houve muita discussão entre mães e filhas e as articuladoras do grupo fizeram uma intervenção procurando explicar sobre a importância do papel da mãe e do pai na criação dos filhos.

Após o encerramento das atividades do grupo, realizei a segunda entrevista com a beneficiária que havia se disponibilizado a ser entrevistada no encontro anterior. A entrevista foi feita na área externa do CRAS, local onde aconteciam as atividades com o grupo. Outra beneficiária, presente pela primeira vez no grupo se ofereceu para uma entrevista, mas novamente, devido ao horário, não foi possível. Entretanto, a mesma disponibilizou o contato telefônico para que pudéssemos agendar um horário.

As observações no Grupo de Mulheres Beneficiárias do PBF foram um importante meio para o estabelecimento de vínculos com a equipe do CRAS, o que é extremamente relevante para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica em outros territórios. Após o exame da qualificação desta pesquisa, foi sugerido pela banca examinadora que realizássemos também, durante os encontros, grupos de discussão com as beneficiárias. Entretanto, como já mencionado anteriormente, não houve adesão das mulheres beneficiárias e as atividades do grupo foram encerradas, fato que, de certa forma, dificultou a aproximação com as beneficiárias do PBF.

Optamos por dar continuidade com as entrevistas semiestruturadas e a terceira entrevista foi realizada no dia 28 de agosto com a beneficiária que disponibilizou o contato telefônico durante encontro do Grupo de Mulheres Beneficiárias do PBF. A beneficiária optou por conceder a entrevista em casa, a qual se situa em um bairro próximo ao CRAS.

A retomada na rotina de observações se deu no dia 10 de setembro de 2018, período no qual a coordenadora da unidade se encontrava de férias. Nesse dia, uma segunda-feira, cheguei no CRAS por volta das 08h:40min e não havia nenhum usuário aguardando atendimento. Na tentativa de conversar com alguma mulher beneficiária do PBF, permaneci na unidade durante todo o período da manhã, mas não houve procura pelos serviços. Uma das técnicas da unidade me informou que nas segundas-feiras, em especial no período da manhã, é recorrente os usuários não aparecerem na unidade, me aconselhando a retornar no dia seguinte, terça-feira, dia no qual a procura pelos serviços ofertados pelo CRAS é maior.

No dia seguinte, 11 de setembro, estive no CRAS no período da manhã, onde seis usuários aguardavam atendimento na recepção, sendo que apenas três desses eram beneficiárias do PBF. Os demais, buscavam fazer o CadÚnico para o BPC e solicitar a emissão de documentos (identidade e carteira de trabalho). Nesse dia, realizei três entrevistas. Destaco que como a ro-

tatividade no CRAS é grande e todos os dias passam por ali novos usuários, enfrentei dificuldade para estabelecer contato com as beneficiárias. Na recepção, onde as mesmas aguardavam o atendimento, me aproximava e me apresentava para as mulheres, explicando o objetivo da pesquisa, tentando convencê-las a me concederem uma entrevista. Esse foi um momento desafiador no campo de pesquisa, pois existe entre os beneficiários do PBF um receio em falar sobre algo relativo ao Programa e pude vivenciar essa questão neste estudo.

No dia 18 de setembro estive no CRAS no período da tarde. Dos setes usuários que aguardavam atendimento, um era beneficiária do Programa e a mesma me concedeu uma entrevista. Os demais usuários buscavam solicitar a emissão do documento de identidade. Por volta das 16h:00min, três mulheres chegaram à unidade, das quais duas procuravam reativar o benefício do PBF, pois haviam trabalhado durante um período, mas se encontravam desempregadas no momento. Uma das mulheres, beneficiária do Programa, concedeu-me uma entrevista.

Eu estava encontrando dificuldades para realizar as entrevistas no cotidiano do CRAS, pois nem todos os dias haviam beneficiárias do PBF na unidade. No dia 19 de setembro entrei em contato telefônico com a segunda entrevistada, a qual chamamos pelo nome de Cecília, pois a mesma se mostrou muito receptiva no momento da nossa conversa. Perguntei se ela conhecia alguma beneficiária que frequentasse aquele CRAS e que pudesse me conceder uma entrevista, tentando estabelecer assim, uma rede de contatos. Cecília respondeu que conhecia quatro beneficiárias e que iria conversar com as mesmas. Retornei a ligação no dia 24 de setembro, data sugerida pela entrevistada e ela me disse que as mulheres não quiseram participar da pesquisa por medo de perder o benefício, pois na semana anterior algumas pessoas passaram pelos bairros dizendo que se determinado candidato ganhasse as eleições para a Presidência da República, seria o fim do PBF. Entendi que a pesquisa de cunho acadêmico estava sendo confundida pelas beneficiárias com uma pesquisa eleitoral.

Trabalhos como a pesquisa de Rego e Pinzani (2013) mostram que grande parte das beneficiárias (75%), público alvo da pesquisa dos autores, estabelece uma relação entre o governo do ex-presidente Lula e o PBF. Nesse sentido, o momento político e o clima tenso das eleições para Presidente da República 2019, coincidiram com a recolha dos dados desta pesquisa, contribuindo para estabelecer alguns complicadores durante a realização o trabalho de campo. Como aponta Sales (2015) por ser tratar de um tema político polêmico, diversas “verdades”, são proferidas sem embasamento empírico ou científico:

[...] há, ademais, um forte apelo partidário em relação ao Programa Bolsa Família, o que faz com que muitas pessoas sejam a favor ou contra essa política pública somente

pelo fato de ter sido implementada no governo do Presidente Lula (SALES, 2015, p.227).

O medo de falar sobre o PBF não decorre somente do período eleitoral, mas também está presente no cotidiano dos beneficiários. Rego e Pinzani (2013) também expõem sobre as dificuldades encontradas “quando lhes perguntamos por que não vieram mais mulheres à entrevista, todos nos disseram: Por medo” (p.97). Uma das mulheres beneficiárias entrevistada diz aos pesquisadores: “Vocês chegaram agora, nem todo mundo aceita falar com vocês porque pensam que vão ser prejudicados, né?” (p.97).

Acredito ter sido esse também o principal motivo pelo qual as mulheres beneficiárias ficavam receosas em falar sobre o PBF, mesmo estando dentro do CRAS. Percebi que muitas entrevistadas se sentiam mais à vontade para expor suas experiências somente no decorrer da entrevista, quando entendiam que o objetivo da pesquisa era realmente falar sobre suas experiências de escolarização e de trabalho e que a ênfase no PBF dizia principalmente sobre como se deu o acesso ao benefício.

Dando continuidade, no dia 25 de setembro estive no CRAS, mas não foi possível realizar nenhuma entrevista, pois todos os usuários que procuraram a unidade naquele dia buscavam realizar o CadÚnico, solicitar a emissão de documentos e atendimento individual com assistente social ou psicólogo.

Na data de 29 de setembro, acompanhei os trabalhos no CRAS no período da tarde. Fui informada que o atendimento aos usuários passaria a ser por ordem de chegada e não por meio de senha como anteriormente. As demandas se repetiram entre a solicitação da emissão de documentos e do CadÚnico. Destaco que nesse dia havia um homem aguardando para realizar o desligamento do PBF, justificando ter conseguido um emprego. Nas palavras dele precisava “entregar” o benefício para outra pessoa. Foi a primeira vez que me deparei com um homem recebendo o benefício nesse CRAS e também a primeira experiência com o pedido de processo do desligamento do Programa. Quase no fim do expediente na unidade, uma beneficiária que havia ido até o CRAS para incluir a filha no CadÚnico, concedeu-me uma entrevista e mostrou muita lucidez a respeito da importância de uma pesquisa acadêmica.

Em 02 de outubro, foi possível realizar as três últimas entrevistas com as beneficiárias do Programa. Apesar de não termos estabelecido o número específico de entrevistas a serem realizadas, percebemos que os dados haviam sido saturados. Ademais, o tempo disponível para análise, interpretação e tratamento do material recolhido estava reduzido.

Uma das entrevistadas desse dia, a qual chamamos pelo nome de Érica, relatou numa conversa após a entrevista, sobre a dificuldade enfrentada por ela para que pudesse realizar seu

parto nos hospitais da rede pública de Belo Horizonte e também do município de Ribeirão das Neves. Após buscar o atendimento em três maternidades, a beneficiária teve seu filho na rua de um bairro de Belo Horizonte. Contou-me com os olhos cheios d'água que na certidão de nascimento de seu filho está escrito no local destinado à naturalidade "Via Pública". Pontuou, também, que após o parto, o qual foi feito por moradores locais, os profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) a levaram para uma das maternidades a qual havia passado horas antes. Entretanto, ela não pode contar com a companhia do marido durante os dias em que esteve internada na instituição. Segundo Érica, de acordo com o hospital, sua admissão havia sido uma emergência e não uma internação para a preparação de um parto, o que inviabiliza a presença de um acompanhante. Destaco que durante quase todas as conversas e entrevistas com as beneficiárias, a questão da maternidade é posta como algo marcante e determinante em suas vidas.

Deixo aqui registrado sobre a dificuldade de acesso ao município por meio do transporte coletivo. Noventa por cento das minhas idas ao CRAS se deram por meio do transporte público que realiza o trajeto Belo Horizonte - Ribeirão das Neves. O trajeto de ida e volta perpassava em torno de 3 horas e meia cada um, totalizando sete horas dentro de quatro ônibus diferentes, no total de oito ônibus por dia. Esse trajeto pode ser comparado a de um (a) morador (a) do município de Ribeirão das Neves que trabalhe ou estude no município de Belo Horizonte. A principal diferença é que essas pessoas não realizam esse trajeto esporadicamente como o fiz, mas o fazem todos os dias da semana e alguns até mesmo durante os finais de semana. O deslocamento para o equipamento no qual as entrevistas foram realizadas demandou muito tempo, trazendo a percepção de quanto é complexo e difícil o trajeto entre os municípios por meio do transporte público.

Identifiquei as dificuldades das beneficiárias em acessarem os serviços básicos que o poder público oferece, tais como mobilidade urbana e serviços de saúde, reafirmando a argumentação de França (2016) sobre os obstáculos enfrentados pela população para acessarem esses serviços. Por esse prisma, julgamos oportuno descrever algumas questões destacadas no processo de recolha dos dados, em especial sobre pontos que não dizem respeito diretamente à educação e o trabalho das beneficiárias, justamente pelo fato dessas ponderações dizerem muito sobre a concepção de direitos que as beneficiárias possuem, e sobretudo, a respeito da violação de direitos que as mesmas enfrentam. Adicionalmente, as descrições revelam o cotidiano de grande parte da população do município e reforça a condição de vulnerabilidade que permeia o território onde pesquisa foi desenvolvida.

4.2 Caracterização das beneficiárias entrevistadas e a concepção de experiência

Para apresentar as análises desenvolvidas na pesquisa, descrevemos primeiramente a caracterização das entrevistadas traçando um paralelo entre algumas variáveis relativas às mulheres as 12 beneficiárias deste estudo e o perfil nacional das beneficiárias do Programa à luz da discussão de Camargo e colaboradores (2013). Em seguida descrevemos a concepção de experiência que norteia a análise das entrevistas.

Dentro das características sociodemográficas das entrevistadas beneficiárias do PBF, os dados mostram que quase metade das beneficiárias, 41,66% possuem 40 anos ou mais. Esses dados diferem da média nacional, onde se apurou que o maior percentual entre as idades se encontrava no grupo entre 25 e 34 anos. Sobre a escolaridade das beneficiárias entrevistadas, os dados mostram que a maioria possui predominantemente o ensino fundamental, seja completo ou incompleto. Esses dados são semelhantes à média nacional, conforme os autores citados.

Em relação a cor, a grande maioria das beneficiárias entrevistadas, mais de 80%, se declara preta ou parda. Nesse tópico, os dados de Ribeirão das Neves também estão próximos da média nacional. Em relação a profissão, 41,66% das beneficiárias se declararam do lar, seguida da profissão de cuidadora de idosos, 16,33%, auxiliar de serviços gerais, diarista, domésticas e repositora de supermercado, representando cada uma, 8,33%.

Sobre o estado civil ou situação conjugal, a maior parte das entrevistadas é casada ou possui união estável, 58%, o que destoa da média nacional, na qual predomina as famílias monoparentais femininas, 42,2%. Mais da metade das beneficiárias possuem um ou dois filhos 58%, o que vai ao encontro a média nacional, cujas famílias são constituídas por um casal de filhos.

Dito isto, com a finalidade de compreender como as mulheres beneficiárias entrevistadas percebem e interpretam as situações vividas em relação à educação e ao trabalho, principalmente a partir das condições sócio-históricas e concretas de vida, optamos por nos orientar sobre a concepção de experiência a partir do pensamento de Thompson (1981) a qual para ele “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (p.15).

Para Thompson (1981) a experiência tem relação direta com condições históricas da vida dos sujeitos e colabora para a compreensão das formas de organização da vida em sociedade. Nessa direção, dialoga com a proposta teórica da pesquisa em tela, considerando que a

investigação contempla o percurso de vida dos sujeitos e busca compreender como as beneficiárias do Programa vivenciam e entendem as situações cotidianas relativas à educação e ao trabalho num contexto sócio-histórico marcado pela negação desses direitos para elas. A partir das considerações de Thompson, argumentam Moraes e Muller (2003) que:

A experiência, “sem bater na porta”, constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização, recusa, é processo de formação de identidades de classe e, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração, de etnias. Processos dialeticamente articulados que ela, a experiência, expressa de forma privilegiada (p.341).

Acreditamos que as mulheres beneficiárias entrevistadas experimentam situações cotidianas relativas à educação e ao trabalho por meio das necessidades da vida material concreta e das relações sociais. Nessa perspectiva, como aponta Thompson (1981) vivenciam a:

[...] experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (p.189).

Compreendemos que as experiências de escolarização e de trabalho das mulheres entrevistadas são mediadas e permeadas por contradições e apresentam diferentes modos de interpretação. Ademais, ainda que as mulheres entrevistadas tenham experimentado situações de vulnerabilidade social semelhantes e condições de negação de direitos similares, a forma de vivenciar cada uma dessas situações é única de cada sujeito, marcada de maneira distinta “e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história” (MINAYO, 2012, p.622).

Ainda que as experiências concernentes à educação e ao trabalho das beneficiárias entrevistadas se apresentem de forma bastante similares, as mulheres entrevistadas possuem percepções e compreensões distintas, isso, porque “a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere” (MINAYO, 2012, p. 623).

Direcionando o olhar para a discussão da experiência na perspectiva do feminismo, as mulheres estão “imersas em papéis e atividades tipicamente femininos – e as restrições às experiências, que resultam de formas sistemáticas de opressão” (BIROLI, 2013, p.92). As experiências de escolarização e de trabalho das mulheres beneficiárias evidenciam a produção e reprodução de vivências construídas historicamente como femininas, das quais o cuidado, especialmente com o outro, se apresenta no cerne dessas experiências. Argumenta Birolli (2013):

A vivência específica das mulheres, em papéis convencionais de gênero, corresponde ao fortalecimento de determinadas características que não são em si negativas, mas que implicam a negação ou enfraquecimento de características e de projetos de vida alternativos (p.93).

As experiências das mulheres beneficiárias do PBF no que concerne à educação e ao trabalho apontam para um cenário de negação desses direitos das mais diferentes formas, e possuem como pano de fundo a articulação entre sexo, classe e raça, na relação entre essas variáveis. Prepondera para os sujeitos da pesquisa, experiências as quais evidenciam situações desvantajosas para as mulheres entrevistadas. Entretanto, é a partir dessas experiências concretas e objetivas que essas mulheres se posicionam e buscam modificar suas vidas, como será discutido adiante.

4.2.1 *Quem são as mulheres beneficiárias do PBF entrevistadas?*

As participantes deste estudo são identificadas por meio de nomes fictícios e trazem pontos comuns relativos ao conjunto de experiências de trabalho, com destaque para a condição de do lar, diarista e cuidadora de idosos. Outro ponto a ser ressaltado é referente a escolarização das beneficiárias. Apenas duas mulheres entrevistadas concluíram o ensino médio e os fizeram por meio do Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec)³¹ e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)³², escola e exame ofertados pelos governos. Para melhor conhecimento sobre as mulheres beneficiárias entrevistadas nesta pesquisa, apresentamos brevemente um pouco das vivências de vida dessas mulheres reveladas por meio das entrevistas:

Virgínia, 33 anos, três filhos, casada. Estudou até à 8ª série. Natural de Araçuaí - MG, reside em casa alugada em Ribeirão da Neves há seis anos. Recebe o benefício do Programa desde o ano de 2009, quando ainda na cidade de Araçuaí, ela e o marido estavam desempregados e retiravam leite ofertado por um programa social para as crianças, meio pelo qual tomou conhecimento do PBF. Tentou retomar os estudos por meio do Cesec no ano de 2016, na cidade de Belo Horizonte, mas não deu continuidade. Possui curso de Portaria, Recepção e Auxiliar

³¹ O Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) é uma escola semipresencial que faz parte da Rede Estadual de Ensino e presta serviços aos jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade de direito. Oferece cursos desenvolvidos em regime didático de matrícula por componente curricular (disciplina) ou conjunto de componentes curriculares, incluindo momentos presenciais e não presenciais (<https://www.mg.gov.br/servico/concluir-o-ensino-medio-por-meio-de-cursos-oferecidos-pelos-cesec>).

³² O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é uma prova do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e foi criado em 2002 com o objetivo de avaliar o conhecimento das pessoas que voltaram a estudar porque não conseguiram concluir o ensino fundamental ou médio na idade adequada (<https://www.educamaisbrasil.com.br/encceja>).

de Farmácia, esse último, “pagava com o Bolsa Família” (sic). Possui experiência como diarista, e como cuidadora de idosos, ambas na cidade de Belo Horizonte. Reclama que depois que se mudou para Ribeirão das Neves, conseguir trabalho ficou muito mais difícil, pois a passagem do ônibus é muito cara. Seu último trabalho foi na área de panfletagem. Atualmente não está trabalhando, mas está à procura. “Por isso vim até o CRAS, para pedir ajuda, até porque eu estou correndo atrás de alguma coisa para fazer mesmo” (sic).

Cecília, 38 anos, três filhos, solteira. Estudou até à 4ª série. Natural de São Paulo, morou em Ponte Nova e em Belo Horizonte antes de se mudar para Ribeirão das Neves. Recebe o benefício do Programa desde o ano de 2011, quando alguém indicou que ela fosse direto no Cadastro Único Central de Ribeirão das Neves. Buscou retomar os estudos no ano de 2009 por meio da EJA, mas não deu continuidade. Já pensou em ser professora, mas não quer mais essa profissão, pois “é uma profissão que está perdendo o valor” (sic). Possui experiência como cuidadora de idosos, empregada doméstica e faxineira, todas na cidade de Belo Horizonte. No momento não estava trabalhando e justificou que um dos motivos da pouca oferta de trabalho se dá ao fato da distância entre o município e a cidade de Belo Horizonte. Diz que “é raro eles pagarem a passagem de quem sai daqui (sic). Fez referência ao MOVE³³ como um dificultador na hora de conseguir um trabalho na cidade de Belo Horizonte, pois “além de ser cansativo, é confuso” (sic).

Ana, 54 anos, dois filhos, separada. Estudou até à 4ª série. Natural de São Paulo, morou na cidade de Ponte Nova – MG antes de se mudar para Ribeirão das Neves, onde reside há 18 anos, mas ressalta que “eu não gosto daqui não” (sic). Recebe o benefício desde o ano de 2009, quando após receber uma mensagem sobre o PBF na conta de luz, fez o cadastro no Cadastro Único Central do município. Nunca buscou retomar os estudos e diz precisar de um incentivo e força de vontade para voltar a estudar. Possui experiência como cuidadora de idosos, serviços gerais, atividades no comércio e doméstica, sendo que apenas essa última experiência se deu na cidade de Ribeirão das Neves. Relatou que está à procura de um trabalho.

Raquel, 35 anos, dois filhos, casada. Estudou até à 8ª série. Natural de Belo Horizonte - MG, reside em Ribeirão das Neves desde criança. Recebe o benefício do PBF desde o ano de 2008, quando foi acompanhar um vizinho até o Cadastro Único Central de Ribeirão das Neves, e acabou fazendo o cadastro para o Programa também. Tentou retomar os estudos, mas disse

³³ A MOVE Municipal de Belo Horizonte (MOVE) é um operador de serviço de transporte público, responsável pelas rotas de Ônibus de Belo Horizonte e Região desde o ano 2014 (https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblico-lines-Belo_Horizonte-843-895874).

que “a minha mente se fechou, e não conseguia fazer mais nada” (sic). Nunca trabalhou, mas gostaria de ter a experiência de receber o pagamento no final do mês.

Andréa, 30 anos, dois filhos, união estável. Estudou até à 4ª série. Natural de Contagem – MG, recebe o benefício desde o ano de 2007, quando fez o cadastro na cidade de Ibiá, no Triângulo Mineiro. Relata não gostar de estudar e que estudou até a 4ª série na “marra” (sic). Tentou retomar os estudos por meio da EJA, mas sem sucesso. Possui experiência como doméstica e repositora de supermercado, ambas na cidade de Belo Horizonte.

Filomena, 31 anos, cinco filhos, solteira. Estudou até à 7ª série. Natural de São Paulo - SP, morou em Belo Horizonte antes de se mudar para Ribeirão das Neves. Recebe o benefício do PBF desde o ano de 2015, quando fez o cadastro no CRAS do bairro Santo André, em Belo Horizonte. Relata que não gostava de ir à escola. Tem experiência de cinco meses como auxiliar de serviços gerais, na cidade de Belo Horizonte.

Maria, 37 anos, dois filhos, união estável. Ensino médio completo. Natural de Jordânia – MG. Recebe o benefício do Programa desde o ano de 2008, quando fez o Cadastro Único Central de Ribeirão das Neves. Deixou a escola aos 15 anos e retomou os estudos no ano de 2011, por meio do Cesec. Relata interesse em fazer o curso de Técnico de Enfermagem e uma graduação em Enfermagem. Possui experiência de trabalho como vendedora e doméstica, ambas experiências na cidade de Belo Horizonte. No momento prefere ficar em casa cuidando das filhas e trabalhando como autônoma, principalmente pelo motivo de serem necessárias três conduções para chegar ao trabalho em Belo Horizonte, fazendo referência ao MOVE “se for pegar serviço às 07:00, tem que sair daqui às 05:00” (sic).

Rosana, 65 anos, cinco filhos, separada. Estudou até à 2ª série. Natural de Engenheiro Caldas – MG. Recebe o benefício desde o ano de 2017, quando por meio de Busca Ativa dos profissionais do CRAS tomou conhecimento sobre os serviços ofertados pelo equipamento. No momento cuida da neta pequena, pois segundo ela “eles não têm muito amor nela não” (sic). Nunca buscou retomar os estudos e tem dúvidas sobre voltar a estudar. Possui experiência de trabalho como doméstica, na cidade de Belo Horizonte. Depois dessa experiência, arrumou um companheiro o qual dizia que ela não precisava mais trabalhar. Atualmente, mesmo não estando mais com o companheiro, diz não aguentar trabalhar devido às complicações na saúde. Nesse dia estava no CRAS buscando orientação e ajuda quanto à sua aposentadoria.

Clara, 65 anos, dois filhos, casada. Estudou até à 4ª série. Natural de Carlos Chagas-MG, morou nas cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte antes de se mudar para Ribeirão das Neves, onde mora há três anos no lote que a mãe adquiriu com o dinheiro de uma indenização da prefeitura de Belo Horizonte devido a uma desapropriação dos moradores de um vila

para expandir uma avenida “como o dinheiro era pouco, e ela também não queria voltar para a favela, para a vila, ela foi e comprou aqui no bairro” (sic). Recebe o benefício do PBF desde o ano de 2017, pois em 2016 ficou desempregada e alguém disse que fosse ao CRAS, pois ela tinha direito de receber tal benefício. Na juventude, tentou retomar os estudos, mas acabou desistindo. Possui experiência como doméstica, ajudante de babá e repositora de supermercado, todas experiências fora do município de Ribeirão das Neves. Está à procura de um trabalho em qualquer área, mas pretende voltar a trabalhar no comércio. Nesse dia, estava no CRAS para incluir sua filha de 22 anos no CadÚnico, pois a mesma se encontrava com diagnóstico de depressão após uma separação conjugal.

Celina, 48 anos, dois filhos, solteira. Estudou até à 4ª série. Natural de São Paulo - SP, mudou-se para Belo Horizonte após se casar e posteriormente mudou-se para Ribeirão das Neves. Recebe o benefício do PBF desde o ano de 2017, quando um conhecido disse a ela que procurasse o CRAS, pois devido o problema de saúde que estava enfrentando, provavelmente conseguiria o benefício. Relata que em um acidente de carro sofreu um traumatismo e nunca mais foi a mesma pessoa. Nunca tentou retomar os estudos e disse que seria até bom prosseguir, mas que a idade não permite. Possui experiência de trabalho como doméstica, vendedora ambulante e cuidadora de idosos, todas experiências fora do município de Ribeirão das Neves. Atualmente não está trabalhando devido a complicações com a saúde após ter sofrido um acidente automobilístico.

Érica, 25 anos, um filho, casada. Ensino médio completo. Natural de Santa Luzia – MG, morou na cidade de Belo Horizonte antes de se mudar para Ribeirão das Neves. Recebe o benefício desde o ano de 2017, quando na UBS onde fazia o pré-natal tomou conhecimento do Programa. Parou de estudar no 1º ano do ensino médio quando se mudou para Ribeirão das Neves, concluindo o ensino médio por meio do ENCCEJA no ano de 2017. Espera prosseguir com os estudos fazendo um curso técnico em Necropsia, pois deseja trabalhar no Instituto Médico Legal (IML). Possui experiência como operadora de caixa de supermercado, na cidade de Ribeirão das Neves, doméstica, babá e serviços gerais, essas três últimas experiências na cidade de Belo Horizonte. Relata que está entregando currículos na cidade de Ribeirão das Neves, pois depois da instalação do MOVE, ir até a cidade de Belo Horizonte ficou muito cansativo. Nesse dia, estava no CRAS para fazer uma nova carteira de trabalho.

Nágela, 44 anos, quatro filhos, casada. Analfabeta, não soube dizer a data do seu nascimento, nem com o documento em mãos. É natural de São Paulo – SP e está vinculada aos programas sociais do governo desde o ano 2000, quando por meio do PETI começou a receber benefício social, passando pelos demais programas sociais do Governo Federal até chegar ao

PBF no ano de 2003. Quando criança nunca frequentou a escola, já adulta buscou iniciar os estudos por meio da EJA. Nunca trabalhou e está à procura de um trabalho, pois no momento só o marido trabalha para cuidar dos filhos, netos e noras. Neste dia, estava no CRAS acompanhando o filho de 21 anos que buscava emitir os documentos de identidade e carteira de trabalho.

A breve apresentação das beneficiárias entrevistadas, nos mostra entre outras questões, as quais serão trabalhadas mais adiante, o fato do município de Ribeirão das Neves se localizar distante da cidade de Belo Horizonte, já que, o município funciona como uma “cidade dormitório que absorve a massa trabalhadora da capital, como já destacado anteriormente, afetar de maneira negativa a vida dessas mulheres. Observa-se queixas contra o sistema de transporte público, MOVE, que segundo as beneficiárias possui custo alto, o que inviabiliza aos empregadores a contratação das mesmas, além de ser considerado pelas beneficiárias um sistema de transporte inviável para a população, sendo cansativo e confuso. Esse é um dos complicadores apresentados pelas beneficiárias não só em relação ao trabalho, mas também afeta os percursos escolares de algumas delas. Certamente, esses achados corroboram com a constatação de Minayo (2014) de que é:

Na realidade pulsante da vida social, a aglomeração da população, as diferenciações dos bairros, as localizações dos meios de consumo coletivo (equipamentos de saúde, de educação, de transporte, de cultura, de lazer, etc.) tem leis semelhantes às que regem a acumulação de capital (p.118).

Merece destaque também, o fato de todas as beneficiárias não serem naturais de Ribeirão das Neves, o que reforça a condição do município de ser uma cidade que basicamente absorve populações empobrecidas, de baixa escolaridade e que trabalham em cidades com economia mais dinâmica. Como aponta Campos (2009) as pessoas em condição de vulnerabilidade social e marginalizados permanecem habitando as antigas e atuais regiões das periferias urbanas. Tal conjectura aliada a outros fatores, torna a situação do município muito limitada em proporcionar alguma ascensão social para os moradores, principalmente os mais pobres e marginalizados, como as mulheres beneficiárias do PBF. Soma-se a tudo isso a pequena atividade econômica do município que não consegue atrair para o desenvolvimento educacional.

4.3 Experiências de escolarização das beneficiárias do PBF

Direcionar o olhar para as experiências de escolarização das beneficiárias responsáveis por gerir o benefício do PBF é, especialmente significativo, quando nos deparamos com o fato

de que “no Brasil, também, a educação das mulheres é fato recente e intenso” (ROSEMBERG, 2013, p.333). Isso nos leva a considerar que, se para as mulheres brasileiras de maneira geral, se escolarizarem faz parte da contemporaneidade, para aquelas que representam um contingente de pessoas que vivem em condições socialmente vulneráveis, as desigualdades dificultam, retardam e muitas vezes impedem que essas mulheres acessem ao direito de se escolarizarem. Nossa reflexão parte do princípio que é inconcebível não levar em consideração as condições adversas e amarras vividas por essas mulheres, pelas quais o processo de se escolarizarem torna-se um percurso complexo.

As falas das mulheres entrevistadas apontam para os aspectos de como a realidade concreta se apresenta para elas e nesse sentido, procuramos refletir sobre alguns elementos que atravessam essas falas, sobre as circunstâncias que se associam com as situações de vida, pelas quais seus processos de escolarização foram influenciados. Um aspecto comum entre as famílias que vivem em condições de vulnerabilidade social, é que os filhos começam a trabalhar ainda quando criança nos afazeres do lar, ou ainda muito jovens em trabalhos externos ao lar “isso significa quase sempre o abandono da escola, e portanto, a perpetuação do analfabetismo e a impossibilidade de sair da miséria por meio da educação” (REGO; PINZANI, 2013, p.178). As narrativas das mulheres beneficiárias explicitam essa questão:

Eu fazia tudo. Eram muitos filhos e uma casa pequena. Então tinha que ajudar a lavar, a passar, a cozinhar e quando ia para escola já estava cansada, acabava desistindo (Maria, 37 anos, beneficiária desde 2008).

Chegar em casa ainda tinha que fazer o dever de casa e ainda tinha aquilo de fazer os deveres de dentro de casa. Lavava louça, limpava casa, isso eu fazia (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Nunca estudei. Nunca fui matriculada. Minha mãe me deixava em casa para cuidar dos meus irmãos que eram todos pequenos. Fui crescendo, crescendo e também não quis estudar não (Nágela, 44 anos, beneficiária desde 2003).

Foi por causa do serviço primeiro. Eu trabalhava (Érica, 25 anos, beneficiária desde 2017).

Eu estudava à noite e durante o dia trabalhava, eu dormia no emprego. A gente cresceu numa família bem fraca mesmo. Hoje que Deus tem abençoado meus pais um pouquinho, mas eu sempre trabalhei (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

As experiências de escolarização das beneficiárias são atravessadas por implicações das condições materiais e sociais peculiares vivenciadas por suas famílias e também pelas inferências das relações de gênero. Tradicionalmente é repassado para a mulheres desde a sua infância, a responsabilização por cumprir com as obrigações consideradas femininas, o que de certa forma retira delas direito à educação. O inexorável trabalho das mulheres, faz parte do contexto

sociocultural “a saber, mulheres que vivem em estado de extrema pobreza material, de marginalização social e – quase sempre – de submissão familiar” (REGO; PINZANI, 2013, p.19).

O caso específico do relato da beneficiária Nágela, nos parece ter uma correspondência com o que Rosemberg (2001) pontua sobre a “dupla desvantagem (ter nascido pobre e mulher)” (p.516), pois os desdobramentos da associação entre classe e gênero são muito intensos no relato da beneficiária, especialmente em relação à escolaridade, pois pelo fato de ser analfabeta, a mesma é submetida a uma variedade de exclusões, como veremos mais adiante.

As questões relativas à mobilidade, é um outro elemento presente nas falas das beneficiárias entrevistadas que dificultou seus processos escolares, bem como a continuidade no decurso de escolarização dessas mulheres. As falas das beneficiárias dizem respeito aos processos que compõem uma educação “universal sem direitos”, descritos por Gentili (2009), pelos quais as beneficiárias interromperam os estudos:

Era uma hora para ir e mais uma para voltar. Para descer era fácil, era tudo correndo, mas para subir coitado de nós, chegava cada um mais cansado do que o outro. Parei porque meu pai achou que não podia ir mais. Porque estava muito difícil para irmos e voltarmos direto, porque estava longe demais. Pai falou: “Não, vocês não precisam estudar mais não, vocês já estudaram até o 2º ano, já sabem lê alguma coisa” (Rosana, 65 anos, beneficiária de 2017).

[...] de onde eu morava até o colégio era muito longe, tinha que subir muita ladeira para chegar na escola a pé. Um sol quente, mas a gente ia. Tinha que estudar. Andava uns 40 - 50 minutos e tinha que subir morro. Na hora de ir, subida, na hora de voltar, descida. Tinha muita dificuldade de ir para a escola na época, não tinha condição e tinha que andar a pé (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Esses excertos mostram a negligência em relação ao direito à educação. Mesmo sendo esse direito garantido por lei, as dinâmicas de exclusão limitaram o progresso dessas mulheres em relação à escolarização “dada a persistência de fatores que dificultam o desenvolvimento de suas condições de plena implementação” (GENTILI, 2009, p.36). Um sistema educacional que não garante a permanência dessas mulheres nas escolas, acaba por ser um sistema que inclui e exclui ao mesmo tempo, legitimando um acesso desigual.

Entretanto, cabe ressaltar que o espaço escolar era compreendido pelas beneficiárias entrevistadas como um local onde o aprendizado era realmente efetivo “uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2011, p.14). Um lugar onde foram felizes. “É na escola que passamos os melhores anos de nossas vidas, quando crianças e jovens. A escola é um lugar bonito, um lugar cheio de vida, seja ela uma escola com todas as condições de trabalho, seja ela uma escola onde falta tudo” (GADOTTI, 2007, p.11). Além

desta constatação, a relação com a (o) professora (o) é lembrada pelas beneficiárias entrevistadas de forma positiva, um relacionamento baseado na admiração e respeito pela (o) professora (o) durante o tempo em que estiveram na escola:

Eu gostava bastante. Tinha os professores [...] tinha até um chamado, o apelido dele era Venturini. Nossa, a gente gostava muito dele, ele era muito excelente. Ele tá até lá ainda, bem velhinho, bem idoso. Eu cheguei a participar das aulas de canto, fui beneficiada, eu participava das aulas de canto e gostava muito, muito mesmo. O que eu aprendia, eu aprendi. A escola era perfeita. Nunca tive dificuldades com a escola [...] uma escola maravilhosa, merenda boa [...] o meu tempo de criança, até uns 10 anos, 12 anos, nossa, que maravilha (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

[...] lembro que eram gostosas as aulas, os professores, porque a gente ia mesmo para estudar [...] eu não via igual agora o que eu vejo, eles brigam com os professores, é aquela falta de educação [...] eu aprendia, aprendia mesmo [...] porque tomava bomba mesmo (Cecília, 38 anos, beneficiária desde 2011).

A professora da gente lá era como se fosse uma mãe, a segunda mãe da gente, porque a mãe da gente não era muito esclarecida com a gente, porque era aquele povo mais antigo (Ana, 54 anos, beneficiária desde 2009).

As professoras do interior são muito família, muito boa com a gente (Rosana, 65 anos, beneficiária desde 2017).

A partir dos relatos supracitados, compreendemos que na percepção das beneficiárias entrevistadas, nem a escola, nem a (a) (o) professora (o) têm relação com o insucesso escolar das mesmas. Apesar de não terem concluído os estudos, no caso específico desta pesquisa, não nos pareceu que as mulheres entrevistadas estabeleceram relações conflituosas no ambiente escolar, e nesse sentido, o abandono escolar se deu por diferentes formas.

Os percursos escolares das beneficiárias entrevistadas são profundamente marcados pelas desigualdades e antagonismos presentes na sociedade, como descreve Rego e Pinzani (2013, p.15) “completamente fora do mundo dos direitos”. E, também, perpassa pela questão das escolhas dos projetos pessoais, a saber “a ausência de educação em sentido amplo [...] marca profundamente a qualidade de vida das pessoas” (REGO; PINZANI, 2013, p.173):

Quer dizer, eu estudei enquanto teve o grau de estudo lá eu estudei. Porque lá a gente repetia o ano, porque não tinha mais grau. O último grau que tinha nessa escola lá, era a 4ª série (Ana, 54 anos, beneficiária desde 2009).

Quando chegava na 5ª série tinha que comprar os livros e algumas coisas que os professores pediam de contribuição a gente tinha que dá [...] na época meu pai achava um absurdo, porque tinha que comprar alguns livros. Ai ele não queria e eu peguei, como eu era menor de idade, eu dependia dele, do dinheiro dele, parei de estudar (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Eu estudei só até com 14 anos. Na verdade, me deixa lembrar porque eu parei de estudar. Eu acho que foi porque eu casei. É, foi porque eu casei (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

A única besteira que eu fiz, que foi muito grande mesmo, eu me arrependi, foi só de largar os estudos mesmo por causa de namorado (Cecília, 38 anos, beneficiária desde 2011).

Eu parei também porque eu arrumei filho. Eu arrumei filho com 15 anos (Filomena, 31 anos, beneficiária desde 2015).

Eu parei porque casei. Aí já tive filho e engravidei, já ficou mais difícil (Celina, 48 anos, 2017).

Salientamos que tais situações vivenciadas pelas mulheres entrevistadas e aqui expostas, não decorrem de processos naturais, pois “a realidade objetiva do mundo econômico e social se impõe coercitivamente às pessoas” (REGO; PINZANI, 2013, p.57). Como relatado nas duas primeiras falas, dar continuidade nos estudos naquele momento, dependia da oferta de uma educação pública de qualidade. Corroborando com Gentili (2009) a oferta da educação para essas mulheres não considerou as particularidades e se fez a partir da segregação e exclusão.

No caso da gravidez, como argumenta Badinter (2011) cada mulher vivência a maternidade na sua subjetividade, por meio de processo tensionado e determinado pelo contexto histórico, social e cultural. A importância destinada à maternidade, a valorização e atitudes em relação ao amor materno, têm relação direta com as práticas sociais e discursos produzidos por determinada classe, grupo ou sociedade. Como já descrito, por meio das entrevistas e também das observações participantes, ficou evidenciado que a maternidade, bem como a maternagem, possuem uma dimensão relevante e determinante na vida das beneficiárias.

Nessa perspectiva, os relatos das mulheres entrevistadas dão conta de aspectos sobre seus percursos escolares e expõem como o fato de terem parado de estudar, ou terem interrompido seus estudos, refletiram em várias fases de suas vidas “isto porque o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir” (SAVIANI, 2011, p.7). Os relatos de duas beneficiárias em especial, mostram, notoriamente, como a falta de escolarização afetam suas vidas:

Hoje eu penso que eu devia ter estudado, ter aprendido alguma coisa. Porque tudo que eu preciso eu tenho que pedir, pedir para os outros lerem, número eu não sei. No mercado eu não sei ver nada de conta, nada. Quem vai receber para mim é o meu marido. Tem vez que ele vai comigo. Ele passou a senha para mim, para eu aprender, para eu me acostumar, mas mesmo assim eu não consigo, chego lá e esqueço. Tenho medo de esquecer, aí não vou, aí ele vai. Eu esqueço, não sei mexer com esse negócio de número e receber não (Nágela, 44 anos, beneficiária desde 2003).

Para você às vezes preencher um texto, preencher um currículo, eu misturo, troco muito as palavras. Isso tudo por quê? Por causa do estudo. Eu não tive a oportunidade de estar desenvolvendo nessa parte. Uma vez eu fui fazer uma entrevista no Laboratório [...] na [...], foi indicação do [...]. Eu preenchi aquele cadastro do [...] e foi indicação. Só que lá eu senti falta na hora de preencher o currículo [...]. Às vezes tinha

hora que eu atendia ao telefone e era recado para o patrão. Eu escrevia os bilhetes não sei quantas vezes, achava que estava escrevendo errado. E na hora que ele chegava eu ficava toda cheia de vergonha e entregava para ele: Olha, Sr., eu não tenho a classificação boa de escolaridade, se o Sr. não entender, o Sr. me fala (Ana, 54 anos, beneficiária desde 2008).

Ter acesso ao direito à educação é indispensável à reprodução da vida “para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo (SAVIANI, 2011, p.7). São sucessivos processos de exclusões em consequência da não escolarização, pelos quais essas mulheres se isolam e se afastam da vida em sociedade, perdem oportunidades de melhorarem suas condições de vida e nesse sentido, tais constatações reforçam ainda mais o “papel da educação como elemento fundamental para que as pessoas desenvolvam sua autonomia e como instrumento de cidadania” (REGO; PINZANI, 2013, p.178).

Nos relatos das experiências das beneficiárias, a falta de trabalho, ou de um trabalho mais qualificado, é majoritariamente a consequência do abandono escolar que mais afeta suas vidas, como assinala (SAVIANI, 2011, p.11) “dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”; seguida da necessidade de não conseguir acompanhar, ou ajudar os filhos nas atividades escolares:

Com certeza, faz muita falta. Igual eu falo, se eu pudesse voltar no tempo de antigamente eu tinha estudado. Porque faz falta, muito mesmo [...] porque para trabalhar, tudo hoje em dia é mais difícil. Para você pegar um serviço hoje em dia, você tem que ter uma escolaridade, um curso, tem muita coisa que tem que ter e eu não tenho. Então, eu me arrependo muito (Andréa, 30 anos, beneficiária desde 2007).

A pessoa com estudo ela tem mais opção. Opção de trabalho, opção de tudo, para tudo (Celina, 48 anos, beneficiária desde 2017).

Nossa! Principalmente depois dessa crise que teve no Brasil, que as empresas estavam contratando só quem tinha escolaridade (Érica, 25 anos, beneficiária desde 2017).

Como eu nunca trabalhei, nunca tive assim experiência de nada, para mim não faz não, por enquanto, né. Seria só mesmo para ajudar os meninos, porque às vezes passa umas coisas que eu não me lembro de tudo, assim, do tempo que eu estudei antigamente (Raquel, 35 anos, beneficiária desde 2008).

O estudo faz muita falta, até mesmo para o emprego. Você consegue o emprego, e você não tem escolaridade, você não consegue. Em tudo na verdade, não é só no emprego, em tudo faz falta. Até mesmo para ensinar a minha filha em alguma dificuldade que ela tem [...] ah, tinha conseguido um emprego melhor. Não estava de faxina, de diária (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

As falas supracitadas dão conta da realidade das beneficiárias entrevistadas, as quais fazem parte de um grupo de “milhões de brasileiros com escolaridade praticamente ausente,

destituídos de qualificação e habilitações para qualquer tipo de emprego, que exija, por exemplo, escrita e leitura” (REGO; PINZANI, 2013, p.159). Os relatos evidenciam que majoritariamente, o valor da educação para essas mulheres, tem estreita relação com a oportunidade de se ter um trabalho ou um trabalho mais especializado.

Nessa mesma direção, ainda que no roteiro de entrevista não havia nenhuma pergunta que tratasse diretamente sobre a educação dos filhos, outro ponto que merece atenção no bojo da discussão sobre a pouca ou a falta da escolarização, diz respeito à preocupação das beneficiárias em ensinar, ou acompanhar as atividades escolares dos filhos ou netos, o que sugere a inquietação em relação ao futuro dos mesmos “suas esperanças residiam em garanti-lo aos seus filhos; quem sabe não serão destituídos como elas” (REGO; PINZANI, 2013, p.196). Nessa perspectiva, é possível argumentar que a ruptura com o círculo de situação de miséria e privação pelos filhos ou netos, tem relação direta com o fato de se escolarizarem, especialmente para que se consiga um bom trabalho, como mostram os fragmentos a seguir:

É por isso que eu falo com as minhas netas: “Olha gente, eu não estudei por causa do lugar onde eu morava, das dificuldades da gente, aí eu não estudei. Mas vocês não parem de estudar não” [...]. Meu filho estudou até a 4ª série, quase as meninas todas pararam de estudar para trabalhar, casaram, pararam. Aí eu falo com elas: Umhas meninas bonitas que têm que ficar trabalhando em casa de família, porque não estudaram. Estudaram só até a 4ª série, e hoje em dia tem que trabalhar em casa de família, não tem jeito (Rosana, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Igual eu falo para o meu menino: Estuda. Porque a única coisa que eu posso dar ele é o estudo. Porque minha mãe me colocou para estudar e fui eu quem não quis, fui eu. Fui eu que não estudei mesmo (Andréa, 30 anos, beneficiária desde 2007).

Refletimos nessas falas, a partir da ideia de que “a educação e formação humana são sinônimos” (SAVIANI, 2013, p.190). Especificamente amparados no que o autor pondera sobre a ontologia do homem, a qual é instituída por meio do trabalho “aquilo que caracteriza sua essência” (p.190). Trabalho e educação são práticas sociais correlatas, o que significa que ambos participam ativamente e conjuntamente no processo de formação dos sujeitos. De maneira geral, a educação é percebida no contexto de vida das beneficiárias entrevistadas, como um elemento fundamental para que as gerações futuras ampliem suas chances em relação a melhores oportunidades e busquem modificar o ambiente em que vivem, tendo a possibilidade de vislumbrar outra realidade.

Nessa perspectiva, as experiências das mulheres entrevistadas apontam que, também, durante a vida adulta, a decisão por estudar é permeada por importantes dificuldades, as quais têm restrita relação com a “especificidade desses tempos da vida - juventude e vida adulta - e da especificidade dos sujeitos concretos históricos que vivenciam esses tempos” (ARROYO,

2005, p.22). O desejo de prosseguir com os estudos, vem sempre acompanhado por algum obstáculo de ordem estrutural econômica, ou por fatores que perpassam as questões de gênero.

Eu tenho vontade de voltar a estudar, só que eu penso assim, que é muito tempo sem voltar e acho que para mim é um pouco difícil, para entrar na minha mente. Já tive oportunidade de voltar, mas também não concluí, porque na época eu comecei a trabalhar, já estava maior de idade. Quando eu comecei a voltar, eu já tinha 19 para 20 anos, então há foi muito tempo, mas eu pelo menos tentei [...] já tinha 20 anos, fiquei muito tempo, mas como é corrido trabalhar e estudar, eu acabei desistindo também, é muito puxado. Eu tive filho, né. Casei, separei, fui cuidar dos meninos e acabei desistindo, estou até hoje (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

[...] eu fiz até a matrícula, mas eu não fui não. Igual meu menino, não tem ninguém para ficar com ele. O homem não quer ficar com a criança, porque geralmente homem hoje em dia não ajuda a gente direito, então não dá (Andréa, 30 anos, beneficiária desde 2007).

Agora que as minhas colegas estão estudando, elas ficam doidas para eu estudar também [...] elas estão me chamando, mas agora eu não vou, por causa da pequenininha, ela mora comigo há três anos [...] se eu falar com ela assim: Você quer morar com a sua mãe? “Não, vó, de jeito nenhum” (Rosana, 65 anos, beneficiária desde 2017).

O retorno aos estudos dependente da disponibilidade que as beneficiárias entrevistadas possuem, especialmente em relação as responsabilidades relativas aos cuidados com os filhos ou netos, bem como das condições materiais existentes. As falas evidenciam que mesmo frente aos esforços para retomarem os estudos “diante da vulnerabilidade de suas vidas, o direito à educação foi e continuará sendo vulnerável” (ARROYO, 2005, p.24). E nessa direção, ainda em conformidade com Arroyo (2005) é necessário alinhar o direito à educação aos moldes da realidade concreta que o mesmo é negado a essas mulheres, ou seja, olhando para as vulnerabilidades e precariedades nos percursos de suas vidas.

Os relatos dessas beneficiárias são intrigantes quando pensamos que novamente, agora já adultas, o direito à educação é negado a elas. E ainda que os motivos para não se escolarizarem na vida adulta sejam diferentes daqueles enquanto crianças, o que observamos é que eles têm relação direta com a posição que a mulher ocupa no âmbito da família. São experiências que nos direcionam a ponderar sobre as necessidades das mulheres beneficiárias em relação ao direito de se escolarizarem, as quais não podem ser compreendidas apenas no que concerne às situações de pobreza. É necessário considerar a condição de dominação que atravessa as suas vidas, pois “a sujeição feminina é diferente da sujeição de outros indivíduos e classes” (REGO; PINZANI, 2013, p.50).

A difícil conciliação entre o trabalho, quer seja ele no âmbito doméstico ou público, os cuidados destinados aos filhos, e por vezes aos netos, associada ao fato dessas mulheres tentarem se escolarizarem, têm suas raízes nos desdobramentos da subserviência vivenciada pelas

mulheres, como apontam Rego e Pinzani (2013) “a estrada da cidadania para as mulheres sempre foi feita de muitas veredas, exatamente porque são várias as modalidades de sua exclusão da vida pública” (p.52).

Nessa direção, de maneira geral, levando em consideração que grande parte das mulheres deste estudo manifesta a vontade de retomar os estudos, é possível argumentar que a EJA se configura um importante meio para que esse retorno aconteça, pois como argumenta Arroyo (2005) na perspectiva dessa modalidade, as mesmas devem ser compreendidas “como sujeitos sociais, culturais, vivenciando tempos da vida sobre os quais incidem de maneira peculiar, o desemprego e a falta de horizontes; como vítimas da violência e do extermínio e das múltiplas facetas da opressão e exclusão social” (p.24). Entretanto, as poucas experiências que as beneficiárias vivenciaram na EJA, nos mostra que no contexto estudado, tal modalidade ainda necessita ser melhor direcionada:

Lembro-me que tentei fazer a EJA, não sei se foi ano retrasado, não sei se foi no ano de 2009, mas não consegui. Por quê? Por causa dos adolescentes. Porque agora, essa semana mesmo eu fui tentar fazer, mas não aguentei ficar na sala de aula. Fui na diretoria e pedi a diretora para me passar para outra sala, mas ela me disse que só tinha uma sala de 5ª série, que não podia. Aí eu falei: Então eu não consigo, eu não vou vir, porque você sai de casa, deixa um monte de coisa para fazer, filho e tudo [...] quando eu perguntei, ela me disse que há muitos alunos que eles passam para a noite, que eles repetem, aí eles passam para a noite. Mas não tem jeito não, eles não deixam a gente escutar, é conversa, é música, é celular, é tudo dentro da sala de aula, é aquela desobediência (Cecília, 38 anos, beneficiária desde 2011).

Comecei estudar e parei na 1ª série. Comecei há pouco tempo, não tem muito tempo não, eu peguei e já parei, não consegui nada, a cabeça também não [...] acho que é muito problema demais, pensando nos meus meninos demais, do jeito que as coisas andam agora e eles estão todos de maior [...] era bom, era a EJA, era normal. Não consegui não, larguei. Fui algumas vezes. Eu parava, depois voltava, depois parava de novo e depois voltava. Aí eu parei de vez [...] eu desanimei porque eu não estava conseguindo aprender nada, eu acho que na minha cabeça não entra nada. Eu não consigo ler, eu não consigo fazer. Por mais que eu tente, eu não consigo, foi mais por isso que eu desanimei. Eu fazia, fazia, fazia, com pouco já me mandava fazer aquilo ali e eu já tinha esquecido tudo (Nágela, 44 anos, beneficiária desde 2003).

Os percursos escolares das beneficiárias acima relatados por meio de suas experiências na EJA, apresentam os obstáculos enfrentados por essas mulheres na tentativa de se escolarizarem por meio dessa modalidade e reforçam a contumaz necessidade “de olhar para as mulheres como sujeitos com especificidades” (GODINHO; BRANDÃO; NORONHA, 2017, p.25). A dificuldade em se relacionar com pessoas mais jovens, bem como a dificuldade de aprendizado e adversidades, as quais não foram sanadas no contexto da escola, funcionaram como desmotivadores para que essas beneficiárias entrevistadas interrompessem mais uma vez os estudos. Nesse contexto, compreendemos que a EJA, para contemplar também esses sujeitos e funcionar

“como espaço formador terá de se configurar reconhecendo que esses jovens e adultos vêm de múltiplos espaços deformadores e formadores onde participam” (ARROYO, 2005, p.25).

Ainda nessa perspectiva, merece destaque o fato de nenhuma beneficiária relatar ter tomado conhecimento sobre a EJA por meio do PBF e apenas uma beneficiária mencionar ter ficado sabendo da EJA por meio do CRAS. Entretanto, todas dizem que já ouviram falar sobre a modalidade, como nos mostram alguns trechos a seguir:

Eu já ouvi falar da EJA. Me parece que ali ontem, me parece que no Isa Nogueira, me parece que tem do 6º ano até o 9º, uma coisa assim. Aí eu fico assim querendo fazer, mas só que assim, dependendo assim do horário para mim não dá. À tarde dá para fazer, eu vou e deixo os meus meninos na escola. Mas dependendo do horário que começa e termina, como eles estudam das 13h:00min até 17h:15min, para mim seria se fosse de 13h:30min ou então às 14h:00min, até às 16h:30min, para dar tempo para pegar eles na escola (Raquel, 35 anos, beneficiária desde 2008).

Estou sabendo [...] foi uma amiga minha, esposa de um pastor que falou, mas eu acho muito cansativo, porque tem que ir todos os dias e para quem tem criança não é bom. Eu acho que o CESEC é melhor, só que você tem que estudar (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

Já ouvi falar da EJA, mas não aqui. Eu sei que tem a EJA lá em BH, [...] tem uma colega minha que faz, ela mora lá. Aqui em Neves eu não sei (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Minha menina que me falou, e estava mostrando na televisão (Ana, 54 anos, beneficiária desde 2009).

Na primeira fala, percebemos que apesar de saber da existência e oferta da EJA no município, a beneficiária mostra desconhecer sobre os horários nos quais a modalidade é ofertada. Nas demais falas, as beneficiárias descrevem que tomaram conhecimento da EJA por meio de amigos, familiares, entre outros. Nesse sentido, se considerarmos “a configuração da EJA como um campo específico de responsabilidade pública do Estado” (ARROYO, 2005, p.20), a articulação dessa modalidade com o PBF seria de grande valor para as mulheres não escolarizadas as quais representam a maior parte dos titulares do benefício, pudessem ter acesso as ofertas dessa modalidade.

Como descrito no corpo deste estudo, o CadÚnico, cadastro pelo qual as famílias têm acesso aos programas sociais do governo, contempla informações importantes quanto a escolarização dos titulares do PBF, o que possibilitaria uma articulação entre as políticas de assistência social e de educação como meio para alcançar as beneficiárias não escolarizadas inscritas no Programa. Como apontam Bartholo, Passos e Fontoura (2017, p.14) “é viável que as informações do Cadastro Único sejam utilizadas para priorizar e monitorar o acesso das beneficiárias do PBF, ou de todas as mulheres cadastradas, a serviços, programas e benefícios públicos”.

No contexto da modalidade da EJA, merece destaque também, o fato de duas beneficiárias terem concluído o ensino médio por meio de programas ofertados pelo governo, o ENCCEJA e o CESEC. Nota-se que dentro da modalidade EJA, o ENCCEJA se apresentou para uma das beneficiárias como a oportunidade de qualificação que mais se conformou à realidade vivida por ela. Já outra beneficiária entrevistada, encontrou por meio do CESEC, a oportunidade para relembrar o conteúdo escolar e colaborar com a escolarização das suas filhas, como podemos ver nas falas respectivamente:

Eu fiquei muitos anos sem estudar, uns cinco anos. Tentava voltar a estudar e não conseguia. Eu tentei o CESEC e não consegui também, porque eu trabalhava e ficava muito cansada, ficava desanimada. Aí surgiu a prova do ENCCEJA, aproveitei essa oportunidade e fiz a prova do ENCCEJA, aí formei pela prova do ENCCEJA [...] eu gostei. A gente têm muita dificuldade de ir para a escola, ainda mais a gente que têm filho, depois que eu tive meu filho. É muito difícil a gente que trabalha. Hoje eu não trabalho, mas quando eu trabalhava eu achava muito difícil ficar escola, serviço, escola, serviço, aí eu parei (Érica, 25 anos, beneficiária desde 2017).

Voltei a estudar em 2011 no CESEC. Fiz o fundamental e o médio completo, faz tudo de uma vez [...] eu acho que eu voltei mais porque tinha duas meninas, tinha que ensinar o para casa e muita coisa já não estava mais na memória, então eu voltei. Uma vizinha que me falou do CESEC (Maria, 37 anos, beneficiária desde 2008).

Esses excertos reforçam o argumento de Arroyo (2005) de que os jovens e adultos precisam ser visto nos seus “percursois sociais onde se revelam os limites e possibilidades de ser reconhecidos como sujeitos dos direitos humanos. Vistos nessa pluralidade de direitos, se destacam ainda mais as possibilidades e limites da garantia de seu direito à educação” (p.23). Adicionalmente, os excertos evidenciam que apesar do contexto de carências e exclusões vivenciadas pelas beneficiárias, algumas mulheres resistem e se posicionam “as mulheres vem dando conta do recado por sua conta e risco, isto é, mesmo sem políticas de ação afirmativa: aproveitem as brechas do sistema, educam-se” (ROSEMBERG, 2013, p.348).

Em relação aos cursos profissionalizantes ou de educação profissional, das 12 beneficiárias entrevistadas, apenas uma relatou ter ficado sabendo sobre cursos nessas modalidades, mas não por meio do PBF. Também não soube especificar quais cursos, como mostra a primeira fala a seguir. Outras duas beneficiárias, mesmo desconhecendo sobre a oferta de cursos nas referidas modalidades no município por meio do PBF, demonstram grande interesse em fazer esses cursos e que os mesmos sejam ofertados no município, especialmente que fossem intermediados pelo CRAS:

Eu já vi quando estava fazendo cadastro ali perto dos correios, mas é muito longe. Tinha alguns cursos e algumas escolas, mas é lá para o lado do Veneza. Nada aqui perto de casa ou no centro mesmo (Maria, 37 anos, beneficiária desde 2008).

Eu tenho vontade de fazer cursos, mas tudo depende de dinheiro [...] às vezes têm de graça nos lugares, mas você tem que pagar a passagem, você não vai a pé, é muito longe daqui no centro de Neves. Eles disponibilizam o curso, mas tem a passagem, tem tudo (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

Como eu estava falando com a [...] que se tivesse seria bom mesmo, porque já era um curso que a gente fazia. Estou doida para fazer um curso de cuidador de idosos. Porque eu olho, mas agora está difícil demais, porque agora eles procuram currículo. Eles falam: Você coloca no currículo o negócio do curso. Para quem não tem, é ruim porque não consegue arrumar o emprego e perde a oportunidade por causa do curso (Cecília, 38 anos, beneficiária desde 2011).

O interesse por se profissionalizarem, vem sempre acompanhado pelas carências financeiras e dificuldade de mobilidade devido as distâncias geográficas, também, dentro do próprio município, o qual como já descrito anteriormente, é dividido em três regionais muito distantes, o que dificulta o acesso dessas beneficiárias às instituições escolares. Apesar do rendimento mensal via benefício do PBF significar muito na vida dessas mulheres, especialmente na vida de suas famílias, como veremos mais adiante, apontam Rego e Pinzani (2013, p.17): “contudo, continuam pobres e carentes de inúmeros direitos”, dentre eles o direito de se escolarizarem ou se profissionalizarem.

Nesse segmento, por tudo que foi apontado até aqui, a falta ou pouca interlocução das políticas públicas existentes, nesse caso entre a política de assistência social e de educação, as quais poderiam contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais, colaboram para a manutenção de status de não direitos experimentados e privações em relação à educação por esse grupo de mulheres que vivem em condições mais vulneráveis, as beneficiárias do PBF. “Afirma-se para as mulheres uma espécie de perpetuação de um ciclo vicioso de não direitos, de não cidadania, e de não participação igualitária na vida pública” (REGO; PINZANI, 2013, p.54). Adicionalmente, o direito ao acesso à educação negado, tem como uma das consequências a negação do direito ao trabalho digno, ou o acesso a um trabalho precarizado.

4.4 Experiências de trabalho das beneficiárias do PBF

Nossa proposta, como descrito na introdução desta pesquisa, foi a de abordar a temática do trabalho apenas no final das entrevistas semiestruturadas, para que as beneficiárias não se intimidassem ao narrar suas experiências sobre o tema, uma vez que, o fato de ter um trabalho ou de já ter trabalhado, pode ser entendido por muitos beneficiários como um princípio ou parâmetro para exclusão do Programa. Os relatos das beneficiárias do PBF entrevistadas dizem

respeito a experiências de trabalhos comuns vivenciadas por essas mulheres, dentre as quais se destacam experiências de trabalho como domésticas, diaristas, e cuidadoras de idosos, muitas das vezes experiências marcadas pela violação dos direitos trabalhistas.

Dentro de uma perspectiva de gênero, Hirata (2010) afirma que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho é correlato à precarização e a vulnerabilidade, tanto para o setor formal, quanto para o informal. A esse respeito, dentre as 12 beneficiárias entrevistadas, apenas duas mulheres relatam nunca terem tido nenhuma experiência de trabalho e as demais mulheres tiveram em algum momento de suas vidas, a oportunidade de trabalhar fora de casa. Entretanto, o acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho se mostra limitado às necessidades, a dimensão de dominação facilmente percebida e a associação entre sexo, classe e raça evidenciada nesse contexto. Mesmo que as mulheres beneficiárias entrevistadas se insiram e permaneçam no mercado de trabalho, essa inserção e permanência têm relação direta com a persistência das desigualdades, dos antagonismos e das violações de direitos:

Trabalhei de doméstica mesmo. Fui trabalhar e trabalhei em várias casas de doméstica. Também vendendo quadros na rua, de ambulante em São Paulo. Eu casei e vim para cá. Eu trabalhei depois de casada também, cuidei de idosa (Celina, 48 anos, beneficiária desde 2017).

Trabalhei muitos anos em casa de família, desde os 16 anos de idade. Comecei olhando crianças, depois em casa de família mesmo, lavando, passando, cozinhando, comecei nova (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Na verdade, eu trabalho pesado, limpeza. Eu já trabalhei e cuidei muito de idoso, mas não de carteira. Eu trabalhei muito já na minha vida, mas era faxina mesmo, diária. Olha, eu com 14 anos, eu já dormia no emprego porque eu já olhava uma criancinha. Depois eu casei e trabalhei de cuidadora de idosos um bom tempo, mas não era fichado [...] trabalhei muito de diarista. Na verdade, agora eu estava era panfletando, eu não tenho vergonha não. Eu estava panfletando porque não estava tendo nada para fazer, e não momento não está tendo nada mesmo (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

É possível argumentar que as atividades desempenhadas pelas beneficiárias do PBF, estão inscritas num contexto de violação de direitos que se inicia nas experiências de trabalho ainda adolescência e permanece durante suas experiências de trabalho também na vida adulta. São experiências correspondentes à “ausência de qualificação e a consequente baixa renda” (HIRATA, 2009, p.26). Paralelamente, “o trabalho doméstico como trabalho remunerado, no Brasil, foi conformado na imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe” (ÁVILA, 2016, p.138).

Destarte, é crescente também, o polo das mulheres que conserva outras mulheres em atividades tradicionalmente femininas, como exposto pelas beneficiárias do PBF, até mesmo

porque, como aponta Hirata (2007) o desempenho e envolvimento das mulheres executivas e de profissões intelectuais, depende diretamente que essas mulheres, a fim de exercerem seus trabalhos profissionais, terceirizem os trabalhos domésticos para o grande contingente reserva de mulheres em situação precária, como as beneficiárias do PBF.

Nesse segmento, no âmbito do trabalho doméstico remunerado estruturado na divisão sexual do trabalho doméstico, se perpetuam nas atividades de trabalho realizadas no espaço público, as atividades realizadas no contexto de vida privada das mulheres entrevistadas. Tais situações estão inscritas nas relações sociais construídas entre os sexos, segundo Kergoat (1997) e Hirata (2009). Os relatos das experiências de trabalho das beneficiárias mostram que grande parte dessas mulheres reproduzem na esfera pública, trabalhos similares ao trabalho doméstico realizado no espaço privado do lar:

Comecei a fazer o supletivo e a minha professora de português, eu falei com ela que eu estava desempregada e que queria trabalhar e ela conseguiu um emprego para mim numa escola, “Escola Ativa”. Comecei a trabalhar lá, porque lá tinha berçário, desde bebê até cinco anos de idade e a gente trabalhava como ajudante, ajudante, ajudante... tem na minha carteira (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Meu primeiro emprego foi ali em um restaurante que tinha na Praça [...]. Então eu entrei lá, meu menino estava com um ano, aí eu fui lá através de uma colega que arrumou para mim, aí eu comecei de serviços gerais. O gerente era muito durão, ele falou comigo assim: “Você está disposta mesmo a pegar esse serviço? Porque se o banheiro entupir de madrugada você tem que desentupir. Você tem que limpar a mesa em volta dos clientes. Se o cliente que está sentado derramou uma cerveja, um refrigerante você tem que ter o jeitinho de estar limpando perto dos clientes, tem que saber tratar as pessoas” (Ana, 54 anos, beneficiária desde 2009).

Porque a faxina ela é pesada, em certos lugares, em certas ocasiões o que você vai fazer é pesado. Mas a gente fala que não é pesado para mulher, porque a mulher parece que ela já nasceu para aquilo, com diz o ditado popular “a mulher nasceu para aquilo”, mas não tem como falar que não é pesado e puxado porque é. Mas vai indo a gente acostuma com aquele ritmo (Cecília, 38 anos, beneficiária desde 2011).

A condição de vulnerabilidade social vivenciada por essas mulheres, a frequente situação precária na qual estão inseridas e a baixa escolaridade, são determinantes para que se submetam a empregos precários e sem garantia dos direitos sociais, de maneira que “o trabalho precário é majoritariamente feminino” (HIRATA, 2016, p.155). Há de se considerar que na fala da entrevistada Cecília, em especial, fica evidente de forma muito contundente que na percepção da beneficiária, a mulher é um sujeito propenso desde o seu nascimento a dedicar-se às atividades relacionadas à limpeza da casa. Essa situação decorre de uma “ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie” (KERGOAT, 2003, p.56, grifo da autora) e demonstra como a divisão sexual do trabalho é um dos aspectos da divisão social do trabalho.

Ainda no bojo das discussões concernentes à precarização do trabalho realizado pelas beneficiárias do PBF participantes deste estudo, a dimensão precária dos trabalhos realizados por grande parte das entrevistadas é reforçada quando essas mulheres relatam que desempenharam suas funções sem o registro em suas carteiras de trabalho, ou quando o tinha, o mesmo não correspondia às atividades realizadas de fato. A despeito do que Hirata (2016) descreve, que “o exemplo paradigmático do trabalho precário é o emprego doméstico, sobretudo o emprego de diarista, majoritariamente exercido sem vínculo empregatício, sem proteção social e sem direitos” (p.154), temos no conjunto das beneficiárias do PBF entrevistadas, uma parcela significativa desse exemplo paradigmático.

Doméstica. Trabalhei três anos, mas meu patrão não foi legal comigo. Ele falou que assinou minha carteira. Três anos de serviço que eu trabalhei, ele falou que assinou minha carteira, mas como a minha leitura é pouca, não falei para ninguém, não mostrei a carteira para ninguém, acabou que nem vi que ele não assinou. Não assinou nada. Três anos que trabalhei e ele não pagou meu INSS e nem assinou a minha carteira (Rosana, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Já trabalhei de olhar criança, cuidadora de criança. Trabalhei muito de faxina, de faxineira, só esses negócios mesmo, de doméstica, do lar. Tem muito tempo que eu estou parada, tem um ano. Eu nunca trabalhei fichada não, de carteira assinada mesmo. Minha carteira é limpinha (Cecília, 38 anos, beneficiária desde 2011).

Eu cuidava dos meninos, mas eu também limpava o lugar. Minha carteira foi assinada como serviços gerais (Érica, 25 anos, beneficiária desde 2017).

Esses excertos confirmam como as mulheres que vivem nos estratos mais pobres da população estão vulneráveis a todo tipo de trabalho informal, ou que não corresponda de fato a atividade que executa. Como descrevem Rego e Pinzani (2013, p.35) “a falta de educação e a urgência de satisfazer carências básicas podem levá-los a ter uma visão distorcida de seus problemas e das eventuais soluções”. A fala da beneficiária Clara, comprova como a pouca escolaridade, fenômeno tão comum entre os beneficiários do PBF, afetou outra área de sua vida. Mais que isso, retrata a experiência de injustiça pela qual passou ao ter seu direito negado, sem que ela desse conta do ocorrido.

Nesse âmbito, aparece também de forma muito contundente entre as beneficiárias entrevistadas, o trabalho realizado como cuidadora de idosos, o qual guarda grande similaridade com o trabalho doméstico e se inscreve também no contexto de um trabalho precarizado. As atividades de cuidado em domicílio ou em instituições para idosos, assim como o trabalho doméstico remunerado, são exercidas por mulheres cujas “as trajetórias de vida pontuadas pela pobreza, pelo desemprego e pela experiência do trabalho informal, sem proteção social e sem

direitos, são uma constante que marca as trabalhadoras do cuidado nesse país” (HIRATA, 2016, p.194). As falas das beneficiárias estão em conformidade com essa argumentação:

Depois eu casei e trabalhei de cuidadora de idosos um bom tempo, mas não era fichado. Assim, ia e eles me pagavam para olhar no hospital. Foi assim, à noite de diarista mesmo, como é que eu posso te falar, assim, de auxiliar de serviços gerais, de cuidador de idosos, acompanhei. As pessoas pagavam particular. Mas minha carteira está assinada como serviços gerais (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

O último serviço que eu trabalhei que eu amava, mas era muito cansativo, eram os três idosos que eu cuidava no Bairro da [...]. Eu cuidava de três idosos numa casa. Era um acamado, que tinha nascido com problema, mas esse não dava trabalho não e duas irmãs, tudo na mesma casa. Uma tinha Alzheimer e a outra Parkinson, essas duas davam trabalho demais. Trabalhei com eles dois anos, mas foi afetando coluna. Eu dormia lá, fazia comida, eu fazia tudo [...] pagou todos os direitos trabalhistas que uma doméstica tinha, porque o cuidador de idosos na área trabalhista é empregado doméstico, não estabeleceu ainda para a classe trabalhadora [...] eu sai porque não estava aguentando mais, meu psicológico já não estava aguentando mais (Ana, 54 anos, beneficiária desde 2009).

Eu trabalhei depois de casada também, cuidei de idosa. Trabalhei um ano e tanto cuidando de idoso. Depois que eu fui ficando assim, ela ia piorando e eu ia piorando junto, ia pegando amor. Eu já estava com os problemas que eu tinha e ela também já tinha os problemas que ela tinha [...] essa profissão, esse trabalho, ele exige muito de você, força física. A pessoa é pesada, você tem que virar, tem que trocar. Hoje eu tenho muita dor na coluna por isso, de cuidar muito dessa idosa (Celina, 48 anos, beneficiária desde 2017).

Em consonância com Hirata (2016) no que diz respeito a centralidade do trabalho do cuidado das mulheres em domicílio ou em instituições, os excertos acima evidenciam que as beneficiárias entrevistadas são mulheres que devido às suas condições vulneráveis se dispuseram a realizar um trabalho precário, com baixos níveis de qualificação e conseqüente baixa renda, sem proteção e direitos sociais, com ou sem desvio de função. Características essas, marcantes nas experiências de trabalho dessas mulheres, tendo como agravante a formação e a formalização insatisfatória do estatuto profissional. Atrelado a isso, perpassam também pelo desempenho das atividades do cuidado, a dimensão afetiva pela qual as cuidadoras acabam se dedicando emocionalmente às pessoas cuidadas por elas e a questão da intensificação do trabalho exercido nesse contexto precarizado.

Para além dessas constatações, as entrevistas sugerem que grande parte das beneficiárias demonstra interesse por trabalhar fora de casa, corroborando com Souza, Caetano (2012), Oliveira, Soares (2013) e Campello (2013), sobre o fato de o PBF não gerar, ou não contribuir para o desincentivo ao trabalho das mulheres beneficiárias:

Tem muita gente que fala assim: “Eu quero um emprego”. Não, eu quero trabalhar! O emprego você recebe sem trabalhar, mas eu quero é voltar para o mercado de trabalho

sim [...] minha preocupação não é só em trabalhar para ter o dinheiro para cumprir com as obrigações da gente. É também para ocupar a cabeça. Eu quero trabalhar para ser mais digna, a realidade é essa, porque o trabalho engrandece a gente (Ana, 54 anos, beneficiária desde 2009).

Estou entregando currículo, pretendo voltar para o comércio de novo. Não, no momento o que aparecer eu vou, porque não está podendo escolher. Mas se me chamarem no comércio eu vou, eu gosto, é bom (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Já até entreguei currículo já. Eu pedi minha cunhada para entregar nas Lojas [...], como ela está há muito tempo lá, quem sabe ela consiga. Eles colocaram até uma plaquinha: “Estamos contratando” (Érica, 25 anos, beneficiária desde 2017).

Assim como na pesquisa de Rego e Pinzani (2013) o anseio por um trabalho regular é expresso por essas beneficiárias, sendo duas delas enfáticas ao declararem que aceitariam qualquer tipo de trabalho. O trabalho também é lembrado como uma atividade pela qual a pessoa se torna mais digna. Como propõe Sarti (2011) por meio do trabalho, as pessoas que estão em condição de vulnerabilidade social constroem a concepção de autonomia moral e buscam neutralizar as desigualdades socialmente produzidas.

Apesar disso, as falas de algumas beneficiárias nos mostram que a decisão por trabalhar, ou por continuarem trabalhando, tem estreita relação com as dificuldades vivenciadas por elas, principalmente porque “fala-se em igualdade de direito das mulheres, mas atribui-se a elas toda a extensão das tarefas [...] além das funções de procriação, cuidado e educação dos filhos, submissão ao marido [...]” (NICKNICH, 2016, p.237), como mostram as falas abaixo:

Minha vontade é de trabalhar, eu tenho vontade. Agora, meus filhos jamais eu deixo jogados para trabalhar. Eu sou bem assim, apegada com meus filhos (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

Eu prefiro ficar em casa cuidando delas. Eu fico em casa, mas eu mexo com as minhas coisinhas, meus produtos de lingerie. Mas para sair para longe não, só quando eu era solteira mesmo (Maria, 37 anos, beneficiária desde 2008).

Já trabalhei algumas vezes. Eu gostava porque eu ainda não tinha o Bolsa Família, aí ajudava bastante. Eu pegava ticket, o salário, aí ajudava, porque eu sempre paguei aluguel. Desde meus 15 anos que eu já não moro com a minha mãe, aí eu tive que fazer alguma coisa. Eu trabalhei na padaria também, mas não fiquei muito tempo porque não tinha ninguém para olhar os meninos. A minha menina morava com a minha mãe, ela veio morar comigo tem uns três anos. Então não tinha ninguém para olhar, eu tive que sair do serviço. Como eu vou deixar os meninos sozinhos? Eu perco meus filhos (Filomena, 31 anos, beneficiária desde 2015).

A nosso ver, diferente da argumentação de Badinter (2011, p.152) de que “o destino feminino se confunde cada vez menos com a maternidade, porque outras vias são possíveis e desejáveis”, no âmbito do PBF, especificamente para as mulheres entrevistadas, a maternidade e seus desdobramentos ainda ocupam um lugar bastante significativo e determinante. As falas

apontam para uma associação da mulher com a maternidade e as tarefas pertencentes à clássica esfera reprodutiva, como um empecilho para que as mulheres possam se inserir ou se manterem no mercado de trabalho e conseqüentemente na esfera pública. Também, reforçam a ideia de Sarti (2011) pela qual o sentido do trabalho feminino está submisso aos deveres e responsabilidades familiares, pois esses se apresentam primeiramente para as mulheres.

Nessa medida, as implicações das relações entre o sexo, a raça e a classe, são recorrentes nas experiências de trabalho das beneficiárias do PBF deste estudo, as quais expõem um cenário desigual que limita o direito ao trabalho para as mesmas. Mais que isso, a situação de vulnerabilidade em que se encontram, por vezes impossibilita que muitas delas alcancem seus direitos nas demais áreas de suas vidas. O direito de se escolarizarem sendo negado, como já vimos anteriormente, tem como uma das conseqüências a negação do direito ao trabalho, ou o acesso a um trabalho precarizado. Como defende Rego e Pinzani (2013) a limitada ou a nula escolaridade pode significar um impedimento intransponível e ainda deixar marcas profundas de exclusão da vida pública. A fala de uma beneficiária guarda estreita ligação com esses apontamentos:

Eu estava correndo atrás, até assim, na prefeitura, esse pessoal que varre rua, essas meninas que ficam varrendo rua, para ver se eu consigo um emprego para mim. Já fui lá e levei currículo, carta. Deixei lá, estou esperando para ver se consigo. Sei lá, minha vontade é de... Já procurei tantos serviços. Assim, porque casa de família para mim também não vai dá, tem que fazer as coisas, tem casa que eles deixam os negócios escritos para a gente fazer e eu não sei lê. Pessoal fala: Cuida de idoso, mas também tem que dá os remédios e lê tudo direitinho, horário e eu não sei. Mercado, esses negócios, tudo para mim não dá (Nágela, 44 anos, beneficiária desde 2003).

Esta fala em especial, deixa claro como o direito de se escolarizar sendo negado a essa beneficiária em vários momentos de sua vida parece ter traçado seu destino. Diferente das demais beneficiárias, as quais possuem um grau de escolarização e podem pelo menos optar por um “emprego de serviços”, o chamado “serviço pessoal”³⁴, sua única opção seria varrer as ruas da cidade, por acreditar que esse trabalho não exigirá dela nenhum tipo de leitura. Pelo exposto, assim como para Rego e Pinzani (2013) nos parece difícil que uma mulher que é dependente do seu marido, vive no âmbito de uma família patriarcal, ou por meio do seu trabalho, o qual na maioria das vezes é um trabalho precário devido a sua falta de qualificação, tenha a oportunidade concreta de desenvolver certa emancipação em qualquer área de sua vida.

Diante do exposto, é notório como a grande maioria das beneficiárias do PBF deste estudo, em suas experiências de trabalho, tiveram subempregos sem resguardo da legislação

³⁴ Trabalho doméstico remunerado, guarda de idosos e crianças, etc (HIRATA, 2001, p.149).

trabalhista. A precarização do trabalho é algo comum em Ribeirão das Neves, sendo que boa parte da massa trabalhadora do município é constituída por trabalhadores informais, como já mostrado anteriormente. Junto desse fator, no caso das mulheres, observamos também, como as obrigações do lar privaram desde muito cedo, essas mulheres da busca de horizontes mais amplos no que se refere aos direitos à educação e ao trabalho. Certamente o PBF possui potencialidade para pelo menos iniciar algum tipo de mudança na realidade da vida dessas mulheres, a partir do momento em que estas, mesmo com as limitações, fazem parte da produção econômica ou cadeia de produtividade, oriunda dos recursos que recebem na forma de benefício.

4.5 O PBF na vida das mulheres titulares

Não há dúvidas que o PBF é o grande responsável por contemplar quase 14 milhões de brasileiros que por décadas estiveram despercebidos, sendo mantidos de maneira muito contundente à margem da sociedade, sobretudo do acesso a seus direitos. Nessa medida, considerou especialmente as “mulheres que vivem em estado de extrema pobreza material, de marginalização social e - quase sempre - de submissão familiar” (REGO; PINZANI, 2013, p.19, grifo dos autores). Mesmo que o Programa não tenha sido elaborado ou delineado como o objetivo de alcançar diretamente, ou primeiramente às mulheres beneficiárias, o fato de colocá-las no cerne da gestão do PBF junto à família, traz para o bojo das discussões as potencialidades e as possibilidades de acesso a direitos por meio do mesmo.

Nessa perspectiva, para algumas beneficiárias, o fato da transferência do recurso do PBF ser preferencialmente destinado às mulheres, é visto como algo positivo que proporciona as mesmas certa autonomia e deliberação no que se refere a utilização do recurso na família, corroborando com a ideia de que “a renda monetária recebida através do BF pode criar e ampliar os espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, trazendo-lhes, conseqüentemente, mais possibilidade de automatização da vida em geral” (REGO; PINZANI, 2013, p.362). Ainda que não havia no roteiro de entrevistas semiestruturadas, nenhuma questão referente ao fato das mulheres serem as responsáveis legais pela família no contexto do PBF, em meio aos relatos das beneficiárias entrevistadas sobressaem os seguintes fragmentos:

Eu acho que o Bolsa Família complementa para a mulher, porque tem homem machista mesmo: “Eu trabalho”. Você chora no pé dele para te dar R\$10,00 e ele não dá [...] então, eu acho que o Bolsa Família é uma coisa bacana para ajudar a mulher mesmo. Sabe por quê? Eu já contemplei com o meu olho, o homem estava com o cartão no boteco. A gente estava fazendo um trabalho evangelístico da igreja e ele recebeu o Bolsa Família para ir beber, foi beber. Fiquei muito chateada, que dó. Então, eu acho que é a mulher mesmo que tem que fazer no nome dela. Até porque eu acho

que a mulher preocupa mais que o homem, meu marido diz que não (Virgínia, 33 anos, beneficiária desde 2009).

Mas eu vou falar com você uma verdade, está me ajudando viu, vem me ajudando, apesar de que era pouquinho, mas me ajudava, porque não precisava ficar pedindo o homem um dinheiro para comprar um pão, um leite. Era pouquinho, mas dava [...] eu acho bom a mulher receber o benefício, ela sabe que é uma coisa que não é para sempre, que é só uma ajuda, mas é uma coisa que ela sabe que é dela, é uma coisa boa para ela. Você sabe que está com aquele cartão ali e naquele dia certo ele não vai sumir de lá [...] não é igual o dinheiro de homem, que você pede o dinheiro do homem e ele não dá e quando dá, já dá xingando, parece que o dinheiro não dá para aquilo que você vai comprar, parece que ele some antes (Cecília, 38 anos, beneficiária desde 2011).

Ajudou-me, ajudou muito. Eu pego R\$170,00, eu ia pegar nenhum centavo. O dia que eu pego **MEU** dinheirinho e compro comida, né (Rosana, 65 anos, beneficiária desde 2017, grifo nosso).

Certamente, para essas mulheres, o fato do benefício do PBF estar nos seus respectivos nomes, possibilitou uma maior independência em relação aos seus maridos ou companheiros. Sobretudo, quando as mesmas relatam não precisar mais pedir a eles dinheiro para suprir uma necessidade básica da família. As beneficiárias entrevistadas se sentem com liberdade para utilizar o benefício, porque são elas as principais responsáveis por realizarem toda a gestão do dinheiro via PBF. Adicionalmente, como no estudo de Rego e Pinzani (2013) a argumentação de que a mulher administra melhor o dinheiro, também aparece neste trabalho. Contudo, não podemos desconsiderar que as falas das beneficiárias sempre fazem alusão ao ambiente doméstico.

Vê-se por conseguinte, que é unânime entre as mulheres beneficiárias entrevistadas que o PBF é “uma ajuda” (sic) pela qual as necessidades alimentares são supridas total ou parcialmente. Assim como contribui para que possam comprar um gás, um calçado, uma roupa, um brinquedo, um material escolar, em suma, um maior poder de compra, mas sempre destinado aos filhos e à família. Nessa direção, elegemos algumas falas das beneficiárias, as quais apontam o benefício via Programa sendo utilizado, também, para outros fins por parte do grupo estudado:

Melhorou bastante. Eu não trabalho, eu trabalho assim, quando tem, eu faço faxina. Meu marido, ele estava preso até pouco tempo, ele saiu. Agora ele está trabalhando, faz bico também, mas já ajuda muito. Com o dinheiro do Bolsa Família eu já pago o aluguel. O que eu trabalho a gente compra as coisas para a casa, eu e ele. Ele compra e eu compro. O Bolsa Família ajuda, porque eu pago com ele o aluguel. É garantido, ajuda muito (Filomena, 31 anos, beneficiária desde 2015).

Melhorou tudo porque é um dinheirinho que você pode contar com ele. Se você economizar, se você for na economia, dá para você resolver alguma coisa. Eu compro muitos remédios. Eu pego no posto, mas tá faltando, aí tem que comprar. Eu não durmo, tenho problemas de não dormir à noite. Então, se eu ficar sem o remédio e

também o remédio para a depressão, aí eu tenho que comprar (Celina, 48 anos, beneficiária desde 2017).

[...] por exemplo, o dia que eu recebo, eu já levo luz e água. Eles tiram e eu já dou a conta de água e a de luz para pagar [...] ajuda, é uma coisa assim, que ajuda, porque a gente já mantém as contas mais ou menos em dia e Deus vai, sei lá. É um valor que você pode contar com ele (Ana, 54 anos, beneficiária desde 2009).

As falas mostram que o benefício possibilitou mudanças na vida dessas mulheres e das suas famílias no concerne à saúde e a moradia. Ainda que os excertos acima não sejam os mais recorrentes entre os beneficiários do Programa, os mesmos dizem respeito aos benefícios monetários via PBF, uma vez que, como sinaliza Silva (2016) o MDS não orienta nem delimita a maneira como o benefício deve ser utilizado. Além disso, reafirmam como o valor via benefício do PBF tem contribuído para que muitas famílias possam ter uma vida mais digna, principalmente, porque trata-se de um valor monetário direto, transferido mensalmente. Dito de outra forma, nas palavras de grande parte das beneficiárias: “pode contar com ele” (sic), fazendo referência ao benefício do PBF.

Nesse segmento, em relação aos benefícios não monetários via PBF, os quais compõem a dimensão estruturante do Programa, “dimensão essa voltada para a oferta de possibilidades que instrumentem os integrantes das famílias beneficiárias a alterar o que é considerado de pobreza intergeracional no contexto dos programas de transferências de renda” (SILVA, 2016, p.89), esses são intermediados pela oferta de ações e programas complementares, os quais alguns são citados pelas beneficiárias entrevistadas, mesmo que elas desconheçam que os mesmos fazem parte de outro âmbito do Programa:

O cadastro no Programa eu gosto de manter mais porque tem direito a um psicólogo, algumas coisas que a criança precisa e o desconto na conta de luz. Nem é tanto pelo valor, porque eu só pego R\$ 36,00 para as duas, mais é por causa dos benefícios mesmo do cadastro. A cada três meses eu pago a conta de luz, porque é taxa mínima. Eu procurei psicólogo uma vez e deu certo (Maria, 37 anos, beneficiária desde 2008).

Não é muita coisa, mas ajuda bastante, como, por exemplo, na luz e na água. Minha luz estava muito alta, vim aqui e eles me deram uma carta, eu levei na CEMIG e diminuiu para mim, já ajudou muito (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Igual tem uma tarifa social de água e luz, eu perguntei eles. Eu passei no CRAS, peguei o papel como sou beneficiária do Programa e o rapaz me disse que eu já era cadastrada. Tinha retirado a tarifa social por causa do débito, agora como está parcelando tudo direitinho (Ana, 54 anos, beneficiária desde 2009).

A Tarifa Social de Energia³⁵, bem como a Tarifa Social de Água e Esgoto³⁶, são os benefícios não monetários mais lembrados pelas beneficiárias entrevistadas, seguidas da intersectorialidade com a política de saúde. Tais relatos reafirmam, sobretudo, a importância do CadÚnico no contexto da atenção básica no âmbito da política de assistência social, uma vez que, o acesso a tais benefícios não está condicionado ao recebimento do PBF, mas exige que as famílias estejam inscritas no CadÚnico do Governo Federal. Todavia, a coordenadora do CRAS relata ter dificuldade para que beneficiários se reconheçam como sujeitos de direito por meio do PBF ou do CadÚnico, pois muitos só se veem como sujeitos de direitos quando tem seu benefício cortado:

Olha, a gente tem uma dificuldade porque a pessoa que procura o CadÚnico ela procura o BF, ela não procura o cadastro. A gente tem as outras pessoas que às vezes não vão receber o benefício de transferência de renda, mas têm acesso aos outros serviços do cadastro. Elas não entraram nessa questão de ter vindo justamente para o CRAS para ter o acompanhamento da família, para que essas pessoas tenham mais conhecimento a respeito dos seus direitos, até mesmo em relação à documentação que muitas não têm. Então, quando elas iam diretamente no posto central, que era onde tinha o cadastro, o Posto do Cadastro Único que era no centro, não tinha esse trabalho, esse trabalho não era realizado. Eles só levavam o documento e era concedido ou não. Então, muitas pessoas não têm essa concepção, não pensam dessa forma. Eles vêm e só se reconhecem às vezes, como sujeitos de direitos, quando o benefício é cortado. Aquela pessoa que sempre teve o benefício e às vezes tem uma mudança na situação da família, reavalia esse perfil e não é perfil mais para recebimento do benefício do BF e ele é cortado. Ela vem saber porque foi cortado o benefício. Mas em relação a questão dos direitos e aí a gente vai pensar não só a questão do BF, mas dos direitos sociais, direito a uma educação de qualidade, direito ao acesso à saúde, a moradia, eles não têm conhecimento. Tanto é, que muitos vivem em situação precária e não sabem reivindicar (Josélia, coordenadora do CRAS).

Outro ponto importante a ser destacado, no tocante às especificidades geracionais, o qual não pode ser ignorado, é o fato de que quase a metade das entrevistadas (41,66%) possuíam, na época das entrevistas, 40 anos ou mais, com destaque para duas beneficiárias que estavam acima dos 60 anos, o que difere da média nacional onde se apurou que o maior percentual entre as idades se encontrava no grupo entre 25 e 34 anos. No tocante as mulheres adultas, esse dado reforça a argumentação de que “não haveria nesses programas nenhum amparo para que

³⁵ Trata-se de um desconto fornecido pelo Governo Federal na conta de energia para todas as unidades consumidoras classificadas na categoria Residencial Baixa, devendo a família estar inscrita no CadÚnico, como renda familiar *per capita* até meio salário mínimo (SILVA, 2016, p.92, grifo da autora).

³⁶ Destina-se às famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa, que poderão pagar valores diferenciados nas contas de água, segundo o que determina o PLS 505/2013, que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto. Para usufruírem do benefício, essas famílias deverão se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/12/familias-de-baixa-renda-poderao-ter-tarifa-diferenciada-de-agua>).

escolham se dedicar mais ao trabalho produtivo, gerador de independência e autonomia” (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017, p.11).

O percentual de mulheres com 40 anos ou mais, reflete uma realidade no panorama da força de trabalho no Brasil, onde as pessoas entram cada vez mais cedo na busca de empregos e os próprios postos de trabalho optam por abrir vagas para pessoas mais jovens, o que deixa no ocaso pessoas acima dos 40 anos. No caso das beneficiárias do PBF, temos o seguinte panorama, que é ser mulher, pobre, num município com ínfimas políticas públicas na área de educação e emprego, pouco escolarizadas e qualificadas e, em grande parte acima dos 40 anos de idade. No tocante específico a escolarização das beneficiárias, os achados deste estudo, corrobora com a argumentação exposta por Bartholo, Passos e Fontoura (2017) de que o PBF não se atenta para a escolarização das mulheres adultas, igualmente pelas singularidades vivenciadas por elas na sociedade.

Observamos também que mais da metade das beneficiárias está recebendo o benefício a mais de sete anos, entretanto com quase nenhum resultado de mobilidade social. Obviamente que já elencamos vários fatores que contribuem para um quadro de imobilismo social, mas ainda sim observamos que passados vários anos de recebimento do benefício, não houve quase alteração na realidade, tanto no campo educacional, quanto do fator trabalho na vida dessas mulheres. Destaca-se entre as entrevistadas, uma beneficiária que recebe os benefícios sociais do Governo Federal desde o ano 2000, quando se cadastrou no PETI, pelo qual o benefício se dava via Bolsa Criança Cidadã, passando pelos demais programas sociais até se vincular ao PBF, no ano de 2003:

Eu comecei quando esse aí era pequeno, ele tá com 21. Eu comecei no PETI, ele ficava lá e eu comecei a receber R\$40,00, foi aumentando, aumentando, aumentando e colocou meus meninos todos depois, agora os meus netos (Nágela, 44 anos, beneficiária desde 2003).

Conforme já mencionamos, no contexto do Programa as possíveis portas de saída para os beneficiários é um ponto controverso (COTTA, PAIVA, 2010; SOARES, SÁTYRO, 2010), e por mais que essa nos pareça uma questão importante, não no sentido de excluir os beneficiários, mas na intenção de buscar uma maior mobilidade social para esses sujeitos, a literatura e pesquisas sobre esse aspecto, bem como as propostas governamentais, são escassas.

Nesse segmento, sem desconsiderar as demais beneficiárias deste estudo inseridas no PBF também há um tempo notável, tomamos como exemplo, a experiência da beneficiária Nágela, considerando que ela se encontra escrita no Programa desde a sua criação, em 2003, ou

seja, há mais ou menos 16 anos, e mesmo se levarmos em conta o período no qual o benefício ficou suspenso devido às faltas escolares dos filhos, este foi por curto período, pois “quando ficou cortado, fez falta demais, nó! Mas foi rapidinho, eu vim aqui e regularizou” (sic).

A experiência do Programa para essa família em questão, no que concerne a transmissão intergeracional de capital humano, no sentido de que o “objetivo primordial é o corte da transmissão intergeracional da pobreza mediante o incentivo à acumulação de capital humano” (SOARES; SÁTYRO, 2010, p.50), ainda não é uma realidade. Particularmente, quando nos aproximamos das considerações de Schultz (1973) de que o capital humano se configura em investimentos em habilidades ou conhecimentos, os quais ampliam as expectativas ou chances futuras dos indivíduos:

Recebia tudo, depois meus meninos começaram a faltar de aula e eles cortaram. Fui lá, conversei na escola e eles fizeram para mim de novo. Agora é só para as minhas netas, que têm lá em casa [...] eles não terminaram os estudos, nenhum dos quatro. São quatro homens e todos já têm filho. Esse aqui tem uma menina de 1 ano. Eu recebo para a filha dele e para outra minha neta [...] meus meninos estão todos desempregados e eu desempregada. Todos estão desempregados, é só meu marido para manter todo mundo, minha nora que mora lá, minhas netas e meus filhos. Só um filho que mora no Braúnas, arrumou mulher, tem um filho e mora no Braúnas, mas de vez enquanto também está pedindo ajuda para mim (Nágela, 44 anos, beneficiária desde 2003).

Percebemos o não rompimento com o ciclo de pobreza e exclusão que se perpetua no contexto de vida dessa família. Mesmo vinculada aos programas sociais do governo há quase 19 anos, a condição de vulnerabilidade entre as gerações não foi suplantada. Ademais, não se observa nenhuma alteração significativa no âmbito da educação e do trabalho para nenhum dos membros.

Junte-se a isso, o fato que nosso país nunca desenvolveu uma política pública na área de educação e emprego que realmente mudasse estruturalmente a realidade das pessoas. Houve nos últimos 50 anos políticas de cunho desenvolvimentistas com quase nenhuma preocupação de transformação social, somente programas sociais pontuais para amenizar impactos. (SILVA, 2016). Contudo, não desconsideramos que na trajetória de vida dos beneficiários do PBF, encontramos “obstáculos de várias naturezas, não somente econômica e material (falta de renda regular, falta de educação etc.), mas também do tipo imaterial e subjetivo [...]” (REGO; PINZANI, 2013, p. 228, grifo dos autores).

Nessa direção, ainda que essa questão não fosse um ponto de análise direto desta dissertação, percebemos que a pobreza intergeracional observada especialmente por meio das experiências da beneficiária Nágela, possui desdobramentos que atingem sobremaneira sua vida.

Para além de se ocupar com as preocupações em relação aos filhos, mesmo estando todos “de maior” (sic), o que contribuiu também, para que ela abandonasse a tentativa de se alfabetizar por meio da EJA, igualmente se encarrega pelas netas e de certa forma pelas noras. Adicionalmente, essa experiência reafirma que “a mobilidade social ainda encontra obstáculos quase insuperáveis na estrutura da sociedade, que - em muitos lugares e para inúmeras pessoas - permanece a mesma faz séculos” (REGO; PINZANI, 2013, p.228).

Desta feita, acreditamos que no contexto do PBF, os programas complementares podem funcionar como possíveis meios para que as beneficiárias acessem seus direitos. Como descreve Silva (2016) para além dos benefícios não monetários descritos anteriormente, o PBF conta com ações e programas sociais que priorizam o acesso dos beneficiários, como o Brasil Alfabetizado, o PRONATEC, dentre outros. Contudo, como já relatado por meio das experiências de escolarização e de trabalho das beneficiárias, apenas duas mulheres concluíram o ensino médio, mas não o fizeram na idade adequada e ensino regular e nem por intermédio do PBF; embora algumas mulheres tenham retomado os estudos por meio da EJA, as mesmas não prosseguiram e da mesma forma o PBF não intermediou esse acesso à EJA; nenhuma das beneficiárias entrevistadas acessou a cursos profissionalizantes, ou de formação profissional por meio do Programa e nem tomou conhecimento dos mesmos. Além disso, todas as mulheres estão fora do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, como Cotta e Paiva (2010) acreditamos que uma das dificuldades do PBF no contexto de vida das beneficiárias entrevistadas é justamente possibilitar que a partir da inserção das mesmas no sistema de proteção social, o Programa se configure igualmente como uma porta de entrada para o acesso a direitos, no caso deste estudo, o direito à educação e ao trabalho.

Em face das observações participantes, das entrevistas com as titulares do Programa e também com a coordenadora do CRAS, é possível argumentar que para as mulheres entrevistadas ser beneficiária do PBF contribui, primeiramente, para uma melhora na qualidade de suas vidas e de suas famílias, especialmente no tocante aos bens de consumo. Igualmente favoreceu que algumas delas acessem a direitos em relação aos benefícios não monetários do Programa, ainda que de forma muito tímida. Também permitiu que se sentissem mais independentes em relação ao que fazer com o dinheiro, considerando que o benefício é recebido e administrado por elas.

Todavia, o Programa se mostra limitado no que concerne ao acesso a direitos à educação e ao trabalho para as beneficiárias. Tais limites foram explanados durante boa parte deste estudo, como a persistente condição de pobreza e insuficientes políticas públicas que prevalecem no município, dentre elas a política de assistência social. Como a própria coordenadora do CRAS pontuou, devido a equipe de trabalho reduzida, nem mesmo o acompanhamento das condicionalidades do PBF a equipe consegue realizar com eficácia. Entretanto, acompanhamos o esforço dos profissionais em manter um Grupo com as Beneficiárias para discutir pontos referentes às condicionalidades do PBF, no qual as beneficiárias traziam como reivindicação principal a questão da pensão alimentícia, ou seja, uma demanda a mais para o equipamento. Colaborando com essas ponderações, Raichelis e Lima (2016) ressaltam:

O trabalho de assistentes sociais, psicólogos e demais profissionais que atuam na operacionalização dos programas de transferência de renda, as tarefas a eles demandadas nesse âmbito e as rotinas a que estão submetidos sofrem constrangimentos e redefinições em um duplo e contraditório movimento: ao mesmo tempo em que ampliam consideravelmente as demandas profissionais, aprofundam processos de intensificação e precarização do trabalho, na contramão da luta pela autonomia dos trabalhadores sociais diante da definição de ações a serem desenvolvidas junto às famílias beneficiárias relacionadas à gestão, controle e fiscalização das condutas dos beneficiários, em especial no que se refere ao acompanhamento das condicionalidades definidas pelo pelos programas (p.138).

Lembramos que o CRAS em questão é referência para 40 bairros na regional Sede do município e como apontam Rego e Pinzani (2013, p.150) “diversas regiões geográficas, apresentam variadas situações de carência [...] deve-se considerar o fato de morar em áreas isoladas e tradicionalmente abandonadas pelo Estado Central” .

A limitação do PBF se dá ainda por falta ou pouca interlocução das políticas públicas existentes, tanto no campo educacional, como de trabalho, emprego e renda e implica numa imobilidade social, a qual depende de multifatoriedade para ser modificada. A própria coordenadora do CRAS onde as beneficiárias são referenciadas, nos relatou que a única interlocução com outras ações complementares ao PBF, é o PRONATEC, mas enfatiza:

A única articulação que é feita em relação às beneficiárias é quando vem oferta do PRONATEC. Quando chega o PRONATEC, que o município vai ter cursos que sejam ofertados, a gente divulga. Nem sempre tem adesão, até mesmo porque os últimos que foram oferecidos foram na região da BR-040. Foram dois cursos que aconteceram lá e para o nosso público ele vai ter o gasto do transporte, se ele não tem esse respaldo, fica complicado. Além do horário, porque esses eram noturnos. No caso a pessoa que é do lar, tem criança, dependendo da situação, às vezes à noite nem sempre ela tem condições de sair de casa. Foi a noite, na BR, tinha essa questão do deslocamento. Os cursos do PRONATEC que são ofertados, geralmente têm essas dificuldades. Vieram dois cursos, mas as aulas iam acontecer do outro lado da BR, não me lembro o bairro,

e não teve adesão no nosso território por esse motivo. Foi no final de 2017 e não veio mais. Inclusive os temas, porque esses cursos que vieram eu me lembro de que um era de Cervejeiro, o outro não me lembro. Eu acho que por mais que seja ofertado e o beneficiário do BF tenha prioridade, vai ter a possibilidade, mas quando que isso realmente vai ser gerador de mudança na vida dessa pessoa? Quando ela vai ter a oportunidade de trabalhar com isso (Josélia, coordenadora do CRAS)?

O relato da coordenadora do CRAS nos remete a alguns pontos, os quais já foram discutidos no corpo desta dissertação, como a falta de recursos financeiros para que as beneficiárias se desloquem dentro do próprio município, bem como a questão dos cursos serem ofertados nos bairros do outro lado da BR, fazendo referência a regional Veneza, igualmente como foi destacado por uma beneficiária sobre a oferta de cursos profissionalizantes no município.

Além disso, o horário no qual o curso foi ofertado, como o próprio curso em si, “Cervejeiro”, não nos pareceu o mais adequado para atender às demandas de qualificação do município e nos fez lembrar da fala de uma beneficiária quando expliquei o objetivo do estudo em tela “essas pesquisas são importantes para que o governo conheça a necessidade do povo antes de fazer a política” (Clara, 65 anos, beneficiária desde 2017).

Esse exemplo do PRONATEC reforça o que já discursamos sobre a falta de planejamento das políticas públicas, as quais não levam em consideração a realidade socioeconômica de determinada região. Sobre esse aspecto, atentam Bartholo, Passos e Fontoura (2017) que o espaço mais apropriado para expor sobre as demandas reais dos titulares do PBF, seriam os Conselhos Municipais de Assistência Social, onde os usuários podem ser ouvidos, mas salientam que nem todo município possui esse tipo conselho ativo.

Ainda nesse segmento, a coordenadora do CRAS informou que o equipamento não executa nenhum trabalho no âmbito da Economia Solidária, mas busca estimular as beneficiárias a procurarem o trabalho em outros serviços e que de vez em quando recebe o retorno de que algumas pessoas já estão participando dos cursos e vendendo os objetos produzidos. Nessa perspectiva, consideramos ainda os achados da pesquisa de Couto, Yazbek e Raichelis (2012, p.81-82) de que “há de se destacar que as ações de capacitação desenvolvidas nos CRAS são largamente representadas por cursos tradicionais para o desenvolvimento de habilidades que levam, quando levam, a uma inserção precária e instável no mercado de trabalho”.

No tocante aos limites do PBF, como já mencionado, o Programa não traz de forma transparente no corpo do seu desenho as questões de gênero, mas quando coloca como primazia que a mulher residente no domicílio seja a pessoa encarregada legal pelas famílias beneficiárias e por ter o cartão em seu nome, aponta para essa mulher sua posição de cuidadora no âmbito da

família. Para além disso, os dados aqui expostos indicam que as especificidades dessas mulheres não são consideradas “é como se a titularidade feminina trouxesse a mulher a um programa social no qual ela não é o foco, e sem o objetivo de redução das assimetrias entre homens e mulheres de forma fundamental” (BARTHOLLO; PASSOS; FONTOURA, 2017, p.12). A descrição do papel do PBF na vida das beneficiárias na percepção da coordenadora do CRAS certifica essas ponderações. Para ela o Programa promove a autoestima das beneficiárias, quando as coloca como gestora de um benefício:

De certa forma, pensando que hoje a gente têm uma valorização maior em relação ao papel da mulher na sociedade, ele vem realmente como um agente de mudança, uma vez que, preferencialmente, a gente coloca as mulheres como referência do cadastro. Ela quem vai estar ali gerindo o cadastro e também gerindo o recurso, que é muito importante. A maioria das mulheres beneficiárias é dona de casa, não sai, não trabalha fora, não tem outra fonte de renda. Então, realmente é uma forma de promover a autoestima, porque ela vai ter um benefício que vai estar ali na mão dela, sem ela pedir necessariamente ninguém (Josélia, coordenadora do CRAS).

Pelo exposto, consideramos que apesar do PBF impactar a vida das beneficiárias, sobretudo possibilitando que sejam mais autônomas no espaço doméstico, suas experiências permanecem restritas ao espaço privado do lar. Em sua grande maioria o benefício recebido via PBF está apenas cumprindo o papel de mantenedor de subsistência, o que não pode ser desconsiderado, pois é esse seu objetivo primeiro, mas se mostra pouco expressivo no que se refere às ações e políticas complementares para o grupo estudado.

Nesse sentido, uma possível ascensão social ou um caminho para uma eventual oportunidade de se escolarizarem ou de trabalho, ainda é muito incipiente na vida das beneficiárias entrevistadas, especialmente porque suas experiências nos mostraram que essas mulheres continuam tendo em diversas áreas de suas vidas seus direitos negados ou negligenciados. No entanto, acreditamos que o PBF representa o início de mudanças sociais de grande importância para milhares de brasileiros, e já mostrou que alinhado a outras políticas tem potencial para ser particularmente para as mulheres beneficiárias, um meio pelo qual possam se reconhecerem como sujeitos de direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dispusemo-nos com esta pesquisa investigar as contribuições e os limites do PBF para a afirmação das mulheres como sujeitos de direitos a partir de experiências de escolarização e de trabalho de beneficiárias do Programa do município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais.

Para tanto, consideramos importante conhecer sobre alguns aspectos do município e como o mesmo se desenvolveu. Vimos que desde a sua fundação, Ribeirão das Neves fora pensada para acomodar a massa trabalhadora de baixa escolarização dos municípios mais desenvolvidos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com a saturação populacional e o déficit de moradias na capital, o município foi uma solução para absorver um massa de pessoas empobrecidas. Temos a vocação como cidade dos presídios, fato com íntima relação à situação do município em absorver um público pouco escolarizado. O município se encontra entre os mais pobres de MG, com índices baixos tanto no campo da educação quanto da produção econômica, sendo esta incipiente. A ausência de políticas públicas é notória, visto que as últimas foram no campo da segurança pública, mas na expansão do sistema prisional. O PBF e o CRAS, são consideradas as políticas de maior expressividade de Ribeirão das Neves.

O CRAS onde as beneficiárias entrevistadas são referenciadas é uma unidade pública com uma estrutura fragilizada e recursos humanos reduzidos, o que interfere diretamente nos serviços prestados aos usuários, pois os profissionais atuam concomitantemente em programas distintos executados no equipamento, entre eles o PBF referente a 40 bairros da regional Sede do município. Diante disso, a unidade apresenta dificuldades em manter o SCFV e até mesmo em atuar de forma efetiva junto às condicionalidades do Programa. De modo geral, podemos argumentar que o CRAS, para as beneficiárias do PBF entrevistadas, funciona apenas como um espaço burocrático, pelo qual elas acessam aos benefícios sociais viabilizados junto ao CadÚnico e não como um local de referência para que as mesmas conquistem outros direitos, tais como o direito à educação e ao trabalho. Entretanto, reafirmamos a importância da ferramenta do CadÚnico como meio pelo qual políticas públicas possam se articular, pois o mesmo contempla as informações completas dos usuários, dentre elas, as informações referentes à escolaridade.

Os relatos das experiências de escolarização das beneficiárias entrevistadas evidenciam um padrão de desistências dos estudos por elas quando ainda muito jovens, justificadas pelas condições de vulnerabilidades que perpassam suas vidas desde a infância, dentre elas a ausência

do poder público no que concerne a oferta de uma educação universal que considera as especificidades, ou pelos padrões de identidades gênero, os quais as mulheres desde muito cedo são responsabilizadas pelos afazeres domésticos, pela maternidade ou casamentos precoces. A negação do direito de se escolarizarem permanece durante a vida adulta, onde observamos a intersecção entre classe, raça e sexo de forma mais evidente, onde as particularidades da vida adulta impõem a essas mulheres obstáculos tais como, a incumbência solitária pela criação dos filhos ou dos netos e por todo o cuidado do lar, ou a escolha pelo trabalho em detrimento à educação devido à ausência de recursos financeiros. Ademais, a maioria das entrevistadas possui apenas o ensino fundamental, seja completo ou incompleto, o que aponta para uma inevitável inserção precária no mercado de trabalho.

Por meio de outro objetivo deste estudo, identificamos que as experiências de trabalho das mulheres beneficiárias entrevistadas são visivelmente marcadas pela negação de direitos. A falta ou ausência de escolarização, são apontadas pelas beneficiárias como justificativas para que exercessem trabalhos precarizados. Verificamos que grande parte das beneficiárias possui experiências em trabalhos com atividades tradicionalmente femininas, sobretudo, atividades relativas ao cuidado, o que mostra como a redução das práticas sociais a um destino natural, impulsiona a divisão sexual do trabalho. A maioria das beneficiárias entrevistadas exerceu atividades sem registro na carteira de trabalho, ou quando o tinha, o mesmo não correspondia às atividades exercidas de fato.

De maneira geral constatamos que mais da metade das beneficiárias se declara do lar. Concomitantemente, grande parte dessas mulheres teve seu futuro tanto educacional como trabalhista abruptamente paralisados. No bojo dessa discussão vemos como essas dificuldades se configuram em repetições históricas na vida das mulheres, com quase nenhuma mobilidade social vista nos últimos anos, principalmente para as mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade social, como as beneficiárias do PBF.

A partir do diálogo com os estudos do campo da Educação Popular e Trabalho e Gênero, observamos que embora nas últimas décadas o acesso à educação e ao trabalho venha sendo conferido a muitas mulheres, para as beneficiárias entrevistadas essa constatação não se configura uma realidade. O fato de termos entre as beneficiárias apenas duas mulheres com ensino médio completo e mesmo assim esses terem sido realizados fora do período regular, por meio de programas do governo, bem como o fato de termos entre elas uma mulher analfabeta, evidencia o quanto a modalidade da EJA se mostra útil para que essas mulheres se escolarizem. Entretanto, identificamos que no contexto do território estudado a EJA é preterida e inviabili-

zada por meio do PBF, bem como os cursos profissionalizantes. Observamos também, que apesar de grande parte das beneficiárias manifestar o desejo por trabalhar, prevalece ainda para essas mulheres a submissão ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos ou netos. Assim, percebemos como as inferências das relações de sexo, classe e raça funcionam como um dificultador para que acessem o direito social ao trabalho. Igualmente a baixa escolaridade é um ponto desfavorável para essas mulheres no que concerne ao acesso a um trabalho digno.

Quanto ao PBF, este estudo nos mostrou que o Programa contribuiu para que as beneficiárias entrevistadas pudessem se sentir mais autônomas no que concerne a tomada de decisão em relação às questões domésticas a partir do momento que se tornam responsáveis por gerir o benefício. Também permitiu que tivessem acesso a alguns benefícios não monetários por meio do Programa.

Todavia, evidenciou que as potencialidades que o PBF possui por meio das ações e programas complementares para que as beneficiárias se reconheçam como sujeitos de direitos, são permeadas por grandes limites no território em questão, tais como, a pouca ou a inexistente articulação do PBF com a política de educação e geração de trabalho, emprego e renda. Alinhado a isso, temos a baixíssima oferta de cursos profissionalizantes, sendo essa desarticulada da realidade concreta dos usuários da assistência social do município, especificamente da realidade das beneficiárias do PBF. Outro ponto que limita o acesso aos direitos pelas mulheres beneficiárias por meio do PBF, é a própria dificuldade que a equipe do CRAS enfrenta para executar os serviços no âmbito da proteção social básica para essas beneficiárias, devido, sobretudo, à falta de recursos humanos.

Verificamos que apesar do Programa centralizar na figura da mulher a titularidade e gestão do mesmo, não considera as questões de gênero que perpassam a vida dessas mulheres. Do mesmo modo, não se atenta para as especificidades das beneficiárias como mulheres, pobres e na maioria das vezes negras ou pardas. Vimos que mais da metade das beneficiárias entrevistadas estão inseridas no PBF há um tempo bastante considerável. Não obstante, continuam quase que sem mobilidade no que se refere à educação e ao trabalho. Sendo que uma das beneficiárias é ainda afetada de forma mais contundente pelas consequências dessa participação no Programa sem que este alavanque o acesso a direitos, pois além do analfabetismo impossibilitar que a mesma consiga realizar de forma efetiva a gestão do BF, nem mesmo a tarefa de ir ao banco para receber o benefício, sua baixa escolaridade permite. Nessa medida, consideramos que para as mulheres beneficiárias entrevistadas, o aprendizado via PBF tem pouca ou nenhuma representatividade para a construção de identidades e projetos de vida mais positivos para elas, enquanto mulheres em condição de vulnerabilidade social.

Contudo, somos conscientes da existência da conjunção de fatores que leva a esse quadro de estagnação educacional e econômica das beneficiárias do PBF entrevistadas. Podemos enumerar dentre esses fatores, a imobilidade econômica do município de Ribeirão das Neves, esse fator por si só já seria algo preponderante para selar o destino das beneficiárias, pois como já dissertamos, Ribeirão das Neves possui um poder público inoperante em relação às políticas públicas na área da educação, trabalho, saúde, mobilidade urbana, entre outros.

Concomitantemente, observamos por meio de suas experiências de escolarização e de trabalho, as dificuldades que as mulheres beneficiárias sempre tiveram ao longo de suas vidas para se afirmarem como sujeitos de direitos. O fato de serem mulheres em uma região que investe minimamente em políticas públicas para promover alguma ascensão social, é um agravante nesse contexto.

E, é exatamente nesse sentido, que mesmo frente às limitações e dificuldades do PBF, acreditamos que o mesmo se apresenta para essas mulheres não só como uma forma de amenizar os impactos da pobreza, mas como um Programa com grande potencial para que as beneficiárias acessem seus direitos no que concerne à educação e ao trabalho e amenizem as deformações sociais que perpassam suas vidas. Por sua característica de promoção e inclusão social, articulado a outras políticas, o PBF pode representar um importante meio pelo qual mulheres excluídas e socialmente vulneráveis possam acessar seus direitos. Especialmente, porque o Programa é a política de maior expressividade no âmbito da proteção social básica no município de Ribeirão das neves

Considerando que tais políticas sociais como as do PBF têm sido ainda mais negligenciadas nos últimos anos, sendo aos poucos desmanteladas devido às perspectivas neoliberais vigentes e que isso contribui para a imobilidade social, onde as mulheres em condições de vulnerabilidade social devido às circunstâncias e dados já relatados nesta pesquisa sentem profundamente os impactos negativos dessa omissão estatal, nos esforçamos e nos posicionamos para defender por meio da academia a importância do acesso ao direito à educação e ao trabalho pelas mulheres beneficiárias do PBF.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alice Rangel de Paiva et al. Presença Feminina em ciência e tecnologia no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.149-160.
- AGUIAR, Neuma Figueiredo. Diferenças de gênero e apoio à pobreza no Programa Bolsa Família (PBF). **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**. Brasília, dezembro de 2012. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/sumario_133.pdf. Acesso em 09 jan. 2018.
- ALVES, José Eustáquio Diniz.; CORRÊA, Sônia. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. São Paulo: ABEP/UNFPA, 2009, p.121-223.
- ARRAZOLA, Laura Suzana Duque. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p.240.
- ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.19-50.
- ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.137-146.
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011. 224p.
- _____. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 268p. Disponível em: [http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf). Acesso em 24 nov. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.9.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BARTHOLO, Letícia.; PASSOS, Luana.; FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Texto para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro, set. 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF. Acesso em: 28 mar. 2018.
- BELLO, Carlos Alberto. Percepções sobre pobreza e Bolsa Família. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. p.161.

BIROLLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, vol.21 n.1, p. 81-105, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100005>. Acesso em 13 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania (MC). **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI**, 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral%20Brasil>. Acesso em 02 jun. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Programas e Ações do MDS**, 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**, 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 05 fev. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Secretaria Nacional de Renda e Cidadania**, 2018. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0>. Acesso em 25 mar. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Manual do Pesquisador- Programa Bolsa Família: Brasil**, 2018. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmips/ferramentas/docs/manual_do_pesquisador_gestao_bolsa_familia.pdf. Acesso em 14 mar. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios Gerenciais do Cadastro Único (RelCad)**, 2017. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Cadastro%20%20C3%9Anico>. Acesso em 22 mai. 2018.

_____. Redução das desigualdades Sociais. In: ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social** – Brasília, 2016. p.24.

_____. Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 de junho de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Manual de gestão do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2. Ed, 2015, p.91-92.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015)**, Brasília, 2013. 114p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acesso em 11 jan. 2018.

_____. Constituição (1998). Emenda constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Modifica a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, em 2 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em 18 nov. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Portaria nº 251, de 12 de dezembro 2012. **Gabinete da Ministra**, Brasília. Disponível em: <ftp://ftp.datasus.gov.br/ftpbolsa/download/Portaria-no-251-12-de-dezembro-de-2012.pdf>. Acesso em 09 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC – 001/2012**: Programa Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Documento de Referência para Apresentação e Seleção de Projetos. Brasília, DF, 2012a. 14p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10384-chamadapublica2012-mulheresmil&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 22. mai. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1. ed. Brasília: MDS, 2009. 72p.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, Brasília, 2008. 236p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em 11 jan. 2018.

_____. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 de junho de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em 20 jan. 2018.

_____. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 set. 2004. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2004/09/17>. Acesso em 07 fev. 2018.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, Brasília, 2004. 104p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

_____. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Casa Civil da Presidência da República**, Brasília, 2003. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/mpv%20132-2003?OpenDocument. Acesso em 08 fev. 2018.

_____. Presidência da República. **Regimento Interno da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres**, 2003. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>. Acesso em 22 fev. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. 7 de dezembro de 1993. 52p.

_____. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Senado, 1988. 168p.

CAMARGO, Camila. Fracaro et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o cadastro único revela? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 9, p.157-176. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 20 maio. 2019.

CAMARGO, Pedro Cavalcanti; PAZELLO, Elaine Toldo. Uma análise do efeito do programa bolsa família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras. **Economia Aplicada**, v. 18, n. 4, p.623-640, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502014000400003&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em 17 jun. 2017.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 1. p.15-24.

CAMPOS, Paola Rogêdo. **O município de Ribeirão das Neves: um “bairro popular” em um centro metropolitano**. 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RAAO-7YKFL6>. Acesso em 06 mar. 2018.

_____. **O arquipélago de Ribeirão das Neves: a velha segregação na Metrópole belo-horizontina**. 2010. Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A070.pdf>. Acesso em 04 mar. 2018.

CARLOTO, Cássia Maria.; MARIANO Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p.258 - 272, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12337/8636>. Acesso em 26 fev. 2018.

CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia. **O desempoderamento de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família: questões de gênero no acampamento Ilha Verde – TO**. 2016. 129f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal de Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do To-

cantins, Palmas, Tocantins. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3606462. Acesso em 19 jun. 2017.

CORGOZINHO, Kamila Delfino Santos. **A feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: reinvenção das tradições?** 2014. 128f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de serviço social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Niterói, RJ. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1554236. Acesso em 02 jul. 2017.

COTTA, Tereza Cristina.; PAIVA, Luiz Henrique. O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2010. Cap. 2, p.57-99.

COUTO, Berenice Rojas; IAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel Degenszajn. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. R; IAZBEK, M. C; SILVA, M. O. S. S. RAICHELIS, R. **O Sistema Único da Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap.2, p.33.

CUNHA, José Marcos Pinto et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú - MG – Brasil, 20-24 de Set, 2004.

CHIZZOTI, A. Da pesquisa qualitativa. In: CHIZZOTI, A. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p.78-105.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel de Aquino. Dez anos do programa bolsa família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 6. p.109-124. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em 21 maio. 2019.

DELPHY. C. Patriarcado (teoria do). In: HIRATA, H et al. **Dicionário crítico do feminismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009, p.173-178.

DIHL, Estelamaris de Barros. **O Programa Bolsa Família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e limites**. 2015, 147f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5164?locale-attribute=en>. Acesso em 18 jul. 2017.

FALQUET, Júlia. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação. In: ABREU, Alice Ranguê de Paiva.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.37-46.

FERREIRA, Lina Penati. MARIANO, Silvana Aparecida. Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres? In: III SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 27 a 29 de maio de 2014, Londrina. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina: PR; 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2_Lina%20Penati%20Ferreira%20e%20Silvana%20Mariano.pdf. Acesso em 12 abr. 2018.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH/SUAS: anotada e comentada**. Brasília: MDS, 2011, 144 p.

FONTANELLA Bruno José Barcellos; RICAS Janete; TURATO Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan. 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>. Acesso em nov. 2018.

FONSECA, Andréa Ventura dos Santos.; BONETTI, Oswaldo Peralta; ETEL, Matielo. O desmonte da assistência social brasileira no governo Temer. **Convención Internacional de Salud**, Cuba, 2018, p.1-8. Disponível em: <http://www.convencionalud2017.sld.cu/index.php/convencionalud/2018/paper/view/1609/1215>. Acesso em 18 maio. 2019.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In.: HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.256-261.

FRANÇA, Viviane Helena de. **Qualidade de vida da população em extrema pobreza de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte**. 2016. 244f. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisas René Rachou, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/15096>. Acesso em 14 maio. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. 1. ed. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014. 44p.

_____. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar / Moacir Gadotti**. – 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007. 111p. Disponível em: http://acervo.paulo-freire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2773/1/FPF_PTPF_12_026.pdf. Acesso em 13 jun. 2019.

GENTILI, Pablo. Marchas y contramarchas. El derecho a la educación y las dinámicas de exclusión en América Latina (a sesenta años de la Declaración Universal de los Derechos Humanos). **Revista Iberoamericana de Educación**. n° 49, jan/abr, p.19-57, 2009.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira.; BRANDÃO, Nágela Aparecida.; NORONHA Ana Catharina Mesquita de. Contribuições do pensamento freiriano para a escolarização de mulheres trabalhadoras na Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p.20-37, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/43832>. Acesso em 27 set. 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino: batalha de ideias**, São Paulo, n° 1. 2011, p.12-20.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p.223-244, 1983.

_____. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: **II Conferência Anual do African Heritage Studies Assotiation**, Pittsburgh, 28 de abr, 1979. Disponível em: <http://www.blackpantherdna.com/2017/10/a-juventude-negra-brasileira-e-questao.html>. Acesso em 20 nov. 2018.

GUEVARA, Nicolás A Educação Popular no Século XXI. In: PONTUAL, Pedro, IRELAND, Timothy (orgs). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação -UNESCO, 2006, p.213-218.

HIRATA, Helena. Gênero, Patriarcado, Trabalho e classe. **Trabalho Necessário**. Ano 16, número 29, 2018, p.14-27. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/imagens/TN29_01_-_HIRATA.pdf. Acesso em 06 mai. 2018.

_____. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: In: ABREU, Alice Ranguê de Paiva.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.194-201.

_____. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan/jun, p. 24-41 2009. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/publicacoes/divisao%20sexual%20trabalho.pdf>. Acesso em 23 set. 2017.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em 20 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em 18 mai. 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Educação 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/05dc6273be644304b520efd585434917.pdf. Acesso em 20 mai. 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Educação 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em 22 jun. 2019.

_____. **IBGE Cidades, Ribeirão das Neves**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ribeirao-das-neves/panorama>. Acesso em 06 jan. 2018.

_____. Ribeirão das Neves, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=315460>. Acesso em 05 mar. 2018.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE,

2017. 145p. Disponível em; <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/. Acesso em 18 jan. 2018.

_____. **Atlas da Região Metropolitana de Belo Horizonte**, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_bh. Acesso em 02 mar. 2018.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangu de Paiva.; HIRATA, Helena.; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.17-26.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estud.**, São Paulo, n.86, p.93-103, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3300201000010000. Acesso em 03 nov. 2017.

_____. A propósito de las relaciones sociales de sexo. In: KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena.; ZYLBERBERG-HOCQUARD MARIE-Helene. **La division sexual del trabajo: permanencia y cambio**. 1. ed. Argentina: Asociacion Trabajo y Sociedad, 1997, p.31-39.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli.; TEIXERIA, Marilane.; NOBRE, Miriam.; GODINHO, Tatau. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo, 2003, p.55-64.

LAVINAS, Lena.; COBO, Barbara.; VEIGA, Alinne. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 6, n. 10, 2012. Disponível em: <http://www.re-daly.org/html/3238/323828757002/>. Acesso em: 14 jun. 2017.

LIMA, Ana Carolina Radd. **Interferência do Programa Bolsa Família na vida das mulheres da Favela do Vidigal**: um estudo de caso. 2015.103f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, RJ. Disponível em: [file:///C:/Users/PE-ZAO/Downloads/Ana%20Carolina%20Radd%20Lima%20-dis-serta%C3%A7%C3%A3o%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/PE-ZAO/Downloads/Ana%20Carolina%20Radd%20Lima%20-dis-serta%C3%A7%C3%A3o%20(1).pdf). Acesso em 02 jul. 2017.

LUDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. Cap. 2, p.11-24.

MARIANO, Silvana Aparecida.; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p.393-417, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922013000200011&script=sci_arttext. Acesso em 14 jun. 2017.

MARIANO, Silvana Aparecida.; SOUZA, Márcio Ferreira de. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p.147-177, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n18/2178-4884-rbcpol-18-00147.pdf>. Acesso em 20 maio. 2017.

MARTINS, Idione Mary Gonzaga.; MELLO, Marina Gracioso Figueira. A contratação do cuidador de idosos: Quem pagará essa conta? **Revista PORTAL de Divulgação** (São Paulo), 37, Ano IV, out. 2013.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014, 393p.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza.; DESLANDES, Suely Ferreira.; GOMES, Romeu (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petropolis, RJ: Vozes Limitada, 2002. Cap.1, p.9-21.

MOLYNNEAX, Maxine. Conditional Cash Transfers: A ‘Pathway to Women’s Empowerment’? **Research papers – IDS Series on Social Policy on Developing Countries**, 2008, p.1-97. Disponível em: <http://gsdrc.org/document-library/conditional-cash-transfers-a-pathway-to-womens-empowerment/>. Acesso em: 18 fev. 2018.

MORAES, Maria Célia Marcondes de.; MÜLLER, Ricardo Gaspar. História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p.329-349, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9653/8882>. Acesso em 22 nov. 2018.

MOREIRA, Gustavo Carvalho et al. Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 46, n. 4, p.973-1002, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v46n4/0101-4161-ee-46-04-0973.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

MOREIRA, Nathalia Carvalho et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 46, n. 2, p.403-423, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2410/241022289004.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2017.

MUNOZ, Claudio Baradit. **Práticas discursivas e modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em contextos rurais**: o caso da Zona da Mata Pernambucana. 2016. 133f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em Psicologia, Recife. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3128485. Acesso em: 21 jun. 2017.

NADÚ, Amanda do Carmo Amorim.; SIMÃO, Andréa Branco. Trabalho feminino e relações de gênero na perspectiva de beneficiárias do bolsa família. **Sinapse Múltipla**, Belo Horizonte, 5 (1), p.23-36. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/7665/9679>. Acesso em: 19 out. 2017.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. S et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 2002. Cap.3, p. 51-66.

NICKNICH, Mônica. As relações de gênero no contexto do direito social ao trabalho: reflexões acerca da discriminação e da desigualdade. In: NICKNICH, Mônica. **Direito, Trabalho e Mulher: diálogos como princípio da fraternidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. Cap. 3, p.191-289.

OIT- Organização Internacional do Trabalho, 2018. Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/WCMS_565971/lang--pt/index.htm. Acesso em: 04 dez. 2018.

OJIMA, Ricardo et al. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 12, n. 24, p.395-415, jul/dez 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4028/402837809004/>. Acesso em: 02. mar. 2018.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de.; SOARES, Sergei Suarez Dillon. Bolsa Família e Repetência: resultados a partir do CadÚnico, projeto frequência e censo escolar. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 18, p.285-296. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 21 maio. 2019.

PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de “capital humano”. **Cadernos de Pesquisa**, n.113, p.185-191, 2001.

PASSOS, Luana.; WALTENBERG, Fábio Domingues. Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 3, p.517-539, 2016. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/826>. Acesso em 10 jun. 2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UnB, 2009. p.287-291.

_____. A assistência social como garantia de direitos: crítica a equívocos conceituais e políticos. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Assistência Social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. 1. ed. Brasília: Thesaurus, 1996. Cap.2, p.33-46.

PITANGUY, Jaqueline; MIRANDA, Dayse. As mulheres e os direitos humanos. In: PITANGUY, J.; BARSTED L. L. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília, Unifem, Fundação Ford, Cepia, 2006, p.23. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 19. out. 2018.

QUADROS, Marion Teodósio de.; SANTOS, Giselle Maria Nanes Correia dos. Obstáculos na procura pela esterilização feminina entre mulheres do Bolsa Família. **Cad. Saúde Pública**,

33(4), 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n4/1678-4464-csp-33-04-e00152515.pdf>. Acesso em 17. fev. 2018.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PINSKY, Carla Basssamnezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.578-606.

RAICHELIS, Raquel.; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. O trabalho da equipe de Profissionais do Bolsa Família. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: verso e reverso**. 1.ed. Papel Social, 2016. Cap. 8, p.130-143.

RASELLA, Davide et al. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a mortalidade em crianças: uma análise nos municípios brasileiros. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 15, p.247-262. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 21 maio. 2019.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2013. 241p.

_____. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do programa Bolsa Família. In: CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. Cap. 23, p.359-366. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em 27 jun. 2019.

RIBEIRO, Felipe Garcia; SHIKIDA, Cláudio; HILLBRECH, Ronald Otto. Bolsa Família: um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. **Estud. Econ.** vol. 47. São Paulo Out./Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612017000400805. Acesso em: 02 abr. 2018.

ROCHA, Sônia. Apresentação. In: Sônia Rocha. **Transferências de renda no Brasil: o fim da pobreza?** 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. XIV.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Basssamnezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.333-481.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SALES, Tainah Simões. Um estudo de caso: o Programa Bolsa Família. In: SALES, Tainah Simões. **O Estado, a pobreza e o Programa Bolsa Família**. 1ºed. Curitiba: Editora Prisma, 2015. Cap. 4, p.209-261.

SANTOS, Danilo Braun et al. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 51(5):708-733, set.–out, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122017000500708&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 mar. 2018.

SANTOS, Giselle Maria Nanes Correia dos. **Gênero, desenvolvimento e Programa Bolsa Família**: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida de mulheres do Coque. 2014. 226f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2249399. Acesso em 15 jul. 2017.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco et al. Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. Cap.16, p.263-272. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em 21 maio. 2019.

SANTOS, Thamyris Maués dos. Percepção de mães beneficiárias ribeirinhas sobre o Programa Bolsa Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 33, p.1-8, 2017.

SANTOS, Thamyris Maués dos. **Percepção de mães beneficiárias ribeirinhas sobre o Programa Bolsa Família**: um olhar da psicologia econômica. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=94427. Acesso em 04 jun. 2017.

SANTOS, Yumi Garcia dos. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. **Cad. CRH**, 2014, vol.27, n.72, p.483. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n72/03.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 7.ed. São Paulo, 2011, 152p.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. In: SAVIANI, D. **Sobre a Natureza e Especificidade da Educação**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011, p.11-21.

SILVA, Andréia Bispo dos Santos. **O sujeito feminino e a política de assistência social uma análise da condição da mulher beneficiária do Programa Bolsa Família** – estudo de caso no município de Lauro de Freitas- Bahia. 2014. 146f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Salvador. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1440383. Acesso em 14 jun. 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: benefícios monetários e não monetários. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: verso e reverso**. 1.ed. Papel Social, 2016. Cap.5, p.83-100.

_____. Caracterizando o Bolsa Família: uma aproximação ao processo de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.33-62.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARNEIRO, Annova Miriam Ferreira. Condicionais do Programa Bolsa Família: controvérsias e realidade. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: verso e reverso**. 1. ed. Papel Social, 2016. Cap.6, p.117-127.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Antecedentes e Contextualização: trajetória de desenvolvimento do Bolsa Família. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: verso e reverso**. 1. ed. Papel Social, 2016. Cap.1, p.21-38.

SILVA, Osmar Henrique Ribeiro da. **Segregação espacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso de Ribeirão das Neves, Minas Gerais**. 2016. 99f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Viçosa. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8217>. Acesso em 03 mar. 2018.

SOARES, Sergei.; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: Desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, J. A; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2010. Cap. 5, p.27-55.

SOUZA, Laécia Rodrigues.; CAETANO, André Junqueira. Participação no mercado de trabalho e qualidade da inserção ocupacional entre mulheres e homens elegíveis ao Programa Bolsa Família no Brasil em 2006. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São Paulo, 2012. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2012. p.1-20.

SCHMIDT, Kelen Heinrich. et al. Foco e cobertura do Programa Bolsa Família na coorte de nascimentos de Pelotas, 2004. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102017000100221&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 20 jun. 2017.

SCHULTZ, Theodore. Capital Humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SPERANDIO, Naiara et al. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de energia, macro e micronutrientes: estudo das regiões Nordeste e Sudeste. **Revista de Nutrição**. Campinas, 29(6):833-844, nov./dez., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v29n6/1415-5273-rn-29-06-00833.pdf>. Acesso em 18 jul. 2017.

TABORDA, Ana Alice. **Sentidos e significados do benefício do Programa Bolsa Família para mulheres titulares residentes no Município de Duque de Caxias**. 2015. 114f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Programa de Pós-graduação em Nutrição, Rio de Janeiro. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2359133. Acesso em 28 jun. 2017.

TEIXEIRA, Lisiany Dantas Lopes. **Os impactos dos Programas Bolsa Família e Pronatec no alcance da autonomia de mulheres do bairro Santo Antônio em Teresina**. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Teresina. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4439260. Acesso em 10 jul. 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

TIMO, Theresa Raquel Reis. **Políticas de transferência condicionada de renda e seus efeitos sobre a vida das mulheres beneficiárias**. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=94427. Acesso em 15 maio. 2017.

TRIERWEILER, Roberta Rodrigues. **Gênero e cidadania feminina no Programa Bolsa Família: um estudo no loteamento Dunas em Pelotas / RS**. 2013.144f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, RS. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1798945. Acesso em 02 jul. 2017.

VIEIRA, Margarete Cutrim. **Impacto do Programa Bolsa Família na vida das famílias egressas com foco nas mulheres titulares do benefício em São Luiz/MA**. 2017. 114f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1402>. Acesso em 13 mar. 2018.

APÊNDICE A – Ficha de Caracterização Individual**EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE TRABALHO DE BENEFICIÁRIAS
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Data: ____/____/____

Nome Completo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____

Bairro: _____ Idade: _____

Estado Conjugal: _____ Número de Filhos: _____

Escolaridade: _____

Autodeclaração de Cor: () Branca () Preta () Amarela () Parda () Indígena () Outro

Religião: _____

Profissão: _____ Tempo de Experiência: _____

Ano de início do recebimento do benefício: _____

APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas – Beneficiárias

EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE TRABALHO DE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

I – Educação/Escolarização

Você já estudou em algum momento da sua vida? E como era a escola? Conte-me tudo que você lembrar sobre a escola, sobre os seus professores, sobre os seus colegas.

Enquanto estudava, você fazia alguma tarefa doméstica ou trabalhava fora de casa?

Se tivesse oportunidade gostaria de voltar a estudar? Por quê?

O estudo faz falta na sua vida? No seu dia a dia você percebe que o estudo faz falta em algum momento?

Em sua opinião o estudo faz mais falta para a mulher ou para o homem? Por quê?

II – Programa Bolsa Família (PBF)

Como você ficou sabendo do PBF?

O que mudou na sua vida depois que você passou a receber o benefício?

O PBF te dá alguma informação sobre as escolas de EJA da cidade?

O PBF te dá alguma informação sobre cursos profissionalizantes, sobre Educação Profissional?

Antes de receber o benefício do Programa você trabalhou alguma vez? Em que trabalhava?

Conte-me um pouco como era esse trabalho.

APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista Semiestruturada – Coordenação

EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE TRABALHO DE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

De maneira geral como ocorre o funcionamento do PBF no CRAS? Descreva sobre a efetivação das diretrizes do Programa e dificuldades enfrentadas?

Em relação ao trabalho com grupos de convivência para o público do PBF, a não existência desses grupos, ou a não adesão a tais ocorrem por quê?

Existe ou já existiu uma articulação entre o Programa, as escolas de EJA do município e os cursos de Educação Profissional ofertados pelo governo?

Em sua opinião, em que medida as beneficiárias do PBF aprendem e se reconhecem como sujeitos de direitos a partir da participação no Programa?

Para terminar: em sua opinião, qual o papel do PBF na vida das mulheres beneficiárias?

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Cara Senhora,

Eu, Amanda do Carmo Amorim Nadú, aluna do Curso de Mestrado em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, portador (a) do RG MG 11.169400, residente na Rua São Paulo da Cruz, 155/202 – Barreiro, Belo Horizonte, sendo meu telefone de contato 98894-8632 vou desenvolver uma pesquisa intitulada “Experiências de escolarização e de trabalho de beneficiárias do Programa Bolsa Família”, cujo objetivo é investigar as contribuições e os limites do Programa Bolsa família para a afirmação das mulheres como sujeitos de direitos a partir de experiências de escolarização e de trabalho de mulheres beneficiárias do município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais.

Para a realização deste estudo adotaremos os seguintes procedimentos: observação participante dos atendimentos e atividades realizadas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); entrevistas semiestruturadas com as beneficiárias do Programa; anotação em diário de campo. Por isso, pedimos a sua autorização para acompanhar os atendimentos e atividades e para gravar as entrevistas.

Gostaria de convidá-la a colaborar de forma VOLUNTÁRIA com esta pesquisa.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; Todos os dados serão utilizados EXCLUSIVAMENTE para fins de pesquisa. Portanto, sua imagem, sua identidade e suas informações serão utilizadas com padrões profissionais de sigilo e não serão utilizados para qualquer outro fim. Este estudo é importante porque seus resultados fornecerão informações, as quais poderão contribuir na condução do Programa, especialmente nas questões relacionadas às mulheres.

Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. Não existe outra forma de obter dados com relação ao procedimento em questão e que possa ser mais vantajoso do que o utilizado nesta pesquisa.

Eu, Amanda do Carmo Amorim Nadú, como responsável pela condução desta pesquisa, tratarei os seus dados com o devido profissionalismo e sigilo, garantindo a segurança da sua privacidade.

A Sra. tem o direito de ser mantido atualizada sobre os resultados parciais da pesquisa, e caso seja solicitado, darei todas as informações que a senhora quiser saber. A senhora também poderá consultar a qualquer momento o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais, responsável pela a autorização para a realização deste estudo.

Não existirão despesas ou compensações pessoais para nenhum participante em qualquer fase do estudo, incluindo exames e consultas, se necessário. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados deverão ser veiculados por meio de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível sua identificação. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Em anexo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida, esse termo de consentimento será impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo “Experiências de escolarização e de trabalho de beneficiárias do Programa Bolsa Família”, com o objetivo de analisar as contribuições e os limites do Programa Bolsa Família nas experiências de escolarização e de trabalho de mulheres beneficiárias do município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais. Eu tirei todas as minhas dúvidas sobre o estudo e minha forma de participação com a pesquisadora Amanda do Carmo Amorim Nadú - responsável pelo mesmo.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade, os riscos e benefícios e a garantia de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também, que minha participação é isenta de despesas ou gratificações e que tenho garantia do acesso aos resultados, onde os meus dados apenas serão divulgados com a minha autorização. Concordo voluntariamente em participar deste estudo sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido anteriormente ao estudo.

DADOS DO VOLUNTÁRIO DA PESQUISA:

Nome Completo: _____

Endereço: _____

RG: _____

Fone: _____

E-mail: _____

Assinatura do Voluntário

Ribeirão das Neves, _____ de _____ de 2018.

DADOS DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Nome Completo: Amanda do Carmo Amorim Nadú

Endereço: Rua São Paulo da Cruz, 155/202- Barreiro, Belo Horizonte, MG.

RG: MG. 11.169400

Fone: 31 98894-8632

Email: amandassocial2014@gmail.com

Assinatura do Pesquisador

Ribeirão das Neves, _____ de _____ de 2018.